



Universidade Estadual de Santa Cruz

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
RUI COSTA - GOVERNADOR

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
OSVALDO BARRETO FILHO - SECRETÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
ADÉLIA MARIA CARVALHO DE MELO PINHEIRO - REITORA
EVANDRO SENA FREIRE - VICE-REITOR

DIRETORA DA EDITUS
RITA VIRGINIA ALVES SANTOS ARGOLLO

Conselho Editorial:

Rita Virginia Alves Santos Argollo – Presidente

André Luiz Rosa Ribeiro

Andrea de Azevedo Morégula

Adriana dos Santos Reis Lemos

Dorival de Freitas

Evandro Sena Freire

Francisco Mendes Costa

Guilhardes de Jesus Junior

José Montival de Alencar Júnior

Lúcia Fernanda Pinheiro Barros

Lurdes Bertol Rocha

Nelson Dinamarco Ludovico

Rita Jaqueline Nogueira Chiapetti

Samuel Leandro Oliveira de Mattos

Sílvia Maria Santos Carvalho

Nelson De Luca Pretto

UMA DOBRA NO TEMPO

um memorial (quase) acadêmico

Ilhéus-Bahia


Editora da UESC

2015

CC BY - Nelson Pretto

Esta obra está sob a licença Creative Commons Atribuição 2.5 (CC-BY).



Você pode copiar, distribuir, transmitir e remixar este livro,
ou partes dele, desde que cite a fonte.

Mais detalhes em <http://creativecommons.org/licenses/by/2.5/br>

Direitos desta edição reservados à
EDITUS - EDITORA DA UESC

Depósito legal na Biblioteca Nacional,
conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

PROJETO GRÁFICO E CAPA
Alencar Júnior
Felipe Lavinsky (estagiário)

REVISÃO
Licia Maria Freire Beltrão
Sylvia Maria Campos Teixeira
Sueli Vasconcelos

TRATAMENTO DAS IMAGENS:
José Mamede

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P943

Pretto, Nelson De Luca.

Uma dobra no tempo : um memorial (quase) acadêmico / Nelson De Luca Pretto. – Ilhéus, BA : Editus, 2015.

259 p. : Il.

ISBN: 978-85-7455-392-4

1. Curriculum Vitae. 2. Pretto, Nelson De Luca, 1954-
- Carreira no ensino superior. 3. Professores – Brasil –
Biografia. 4. Educadores – Brasil. I. Título.

CDD 923.7

EDITUS - EDITORA DA UESC

Universidade Estadual de Santa Cruz

Rodovia Jorge Amado, km 16 - 45662-900 - Ilhéus, Bahia, Brasil

Tel.: (73) 3680-5028

www.uesc.br/editora

editus@uesc.br

EDITORA FILIADA À



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

*dedicatória versão nome e sobrenome
in memoriam*

Uma singela homenagem a dois mestres-colegas
e amigos: Mário Osório, da UNIJUI, e Felipe
Serpa, da UFBA, que com seus constantes e belos
escritos, mesmo sem o saberem, me estimularam
a escrever estas quase-memórias, como diria
Carlos Heitor Cony.

dedicatória versão coletiva

A todos os meus alunos e alunas que, ao longo
desses 40 anos de profissão, me animaram e
continuam animando a ser um professor
com um *jeito hacker de ser!*

Somos Todos Erroristas

Yo busco libertad con nombre y apellido como una caída libre en un salto hacia el vacío en un continuo desvarío en un suave sin sentido que me lleva hacia el delirio busco el error como forma de respuesta un colapso seguro que perturbe mi cabeza esta vida torpe que tanto tropieza es un regalo que atraviesa esta caja de sorpresa.

Una vida sin locura no es vida es un pedazo un redaso el murmullo de un zarpaso el trazo se delinea sin miedo al fracaso.

Sin exitismo olvidar el conformismo, viva el errorismo y todos sus desaciertos lo cierto no es tan cierto en un avance en retroceso lo que tu ves libre yo lo considero preso, preso de un modelo atrofiado del progreso...

No voy a pedir permiso ni pedir la palabra el que quiera escucharme bienvenido en esta sala porque lo que somos no es como debe ser pero es, crear es un acto que incomoda.

Ana Tijoux¹

¹ <http://letras.mus.br/ana-tijoux/somos-todos-erroristas/#radio>. Acesso em 3 out. 2014. Grato, Hermano Viana, pela sugestão naquela que era uma sempre instigante coluna semanal no jornal O Globo.

Apresentação

Este é um texto que precisa ser lido. Começo, assim, a minha nota de introdução com a afirmação de que a leitura deste texto é uma partilha do percurso, das experiências e das intervenções sociais e académicas de um querido amigo, Nelson Pretto, que agora nos revela no seu jeito muito próprio de nos contar e dizer de si, de como se fez professor para mudar o pensamento e a forma de ensinar, e transformar as práticas da educação num processo de descoberta para o mundo e o conhecimento.

Este é um texto que deverá ser lido por quem sabe e se atreve a pensar por si e, deste modo, irá partilhar, ao longo dos diferentes momentos da narrativa, as paisagens da razão e do conhecimento, o sentido de ser e intervir, como cidadão e académico, na comunidade e na universidade.

Uma razão construída na vontade e participação na construção da voz social, uma forma de agir e atuar que desde cedo, nos tempos de menino ainda, aluno no colégio, se afirmou no compromisso da solidariedade para questionar o poder estabelecido, e no envolvimento ativo para a mudança, mais tarde, como aluno na universidade. Um compromisso social que se afirmou também na inovação dos

percursos do investigador e membro da academia, que ele-geu como o seu campo principal de pesquisa na refundação do pensamento da universidade para a educação na sociedade digital.

Esta é uma narrativa que tem de ser lida sem reservas para assim seguirmos, na ausência das fronteiras que decorrem do discurso aberto que nos apresenta, o percurso do pensamento e da ação do investigador e do acadêmico, e, em particular, do ativista social profundamente envolvido na construção da cenarização da mudança e da inovação.

Através da presença continuada na coordenação e participação em programas de comunicação e inovação na educação, domínio de estudos em que centrou a sua atividade científica ainda no âmbito dos trabalhos do doutoramento e, após este, desenvolveu a sua intervenção como acadêmico na UFBA e nas demais instituições internacionais com as quais colaborou como pesquisador, diz-nos, de forma por vezes íntima, porque o faz com descrições próximas do sentido do vivido, mas sempre afirmativa face aos obstáculos com que se deparou, como se aproximou da educação vindo da física, como sempre pensou a educação como o percurso para a mudança individual e coletiva na construção de uma sociedade inclusiva a que sempre procurou e soube dar forma nas suas inúmeras iniciativas, como investigador, professor e Diretor da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

Esta é uma narrativa que sabe trazer o informal para reconstruir o formal, no tom consciente de quem está envolvido e é um ativista para a mudança, e sabe fazer da voz

social a voz para antecipar o futuro. Por isto mesmo precisa de ser partilhada, pois são enormes os contributos para pensarmos a universidade de amanhã.

Lisboa, 28 de abril de 2015

Paulo Maria Bastos da Silva Dias
Reitor da Universidade Aberta, Portugal

Sumário

Introdução	15
Como tudo começou.....	19
Rito de passagem: entrada na universidade	35
Duas experiências marcantes no ensino médio	49
A vida de professor da UFBA	63
Dos livros didáticos à televisão.....	89
O retorno à Bahia	111
Da Física à educação	151
A direção da Faculdade de Educação da UFBA	185
Na terra de Robin Hood	229
Uma dobra no tempo.....	257

Introdução

Foram vários começos, será que terá um fim?!
Sempre escrevi. Anotações, diários, blogues, páginas na internet. Sou um aficionado por guardar coisas, nas memórias, nos armários, nos Hds, nas nuvens, mas também nos velhos cadernos, alguns Moleskines originais...

A progressão para professor titular foi a provocação/necessidade última. Um dos documentos para a referida progressão era um Memorial Acadêmico. Assim, resgatando todos os materiais disponíveis, comecei a maratona em vários tempos, e a concluí em dezembro de 2014.

Entre os achados, um arquivo com um primeiro texto, iniciado em 1998, já como se fosse um memorial, com a ideia de fazer um relato de minhas atividades na Universidade Federal da Bahia, desde o momento em que me transferei do Instituto de Física para a Faculdade de Educação. Tinha como objetivo, naquela época, anexá-lo ao meu pedido de afastamento para um pós-doutoramento que terminei realizando na Universidade de Londres, entre 1998 e 1999. Não consegui concluir minhas anotações, elas não foram necessárias naquela época, e as deixei guardadas na minha memória, e também em alguma nuvem que ainda nem existia. À época, a ideia de escrever sobre os últimos dois ou três

anos levou-me, involuntariamente, para muito mais longe. Comecei, na verdade, a fazer uma grande reflexão sobre minha atuação profissional e logo percebi, na prática, o quanto essas dicotomias vida privada/vida pública, profissional/pessoal, razão/emoção, estão profundamente equivocadas. Todos esses elementos que, do ponto de vista teórico, são hoje estudados por mim, estão absolutamente imbricados.

O objetivo foi o de ter um registro dos meus movimentos e, com isso, poder fornecer aos colegas leitores (sejam eles obrigados pela burocracia ou simples curiosos sobre a vida de um profissional de uma universidade pública) elementos para uma avaliação de minha atuação profissional (será mesmo só isso?) nos últimos anos.

Os escritos ficaram parados. Como já mencionei, sou um ser obcecado pela memória. Guardo tudo, absolutamente tudo. E tento ser organizado, coisa que mais recentemente me foi facilitada, não só pelos recursos das tecnologias digitais como também por um campo que tenho me dedicado, a dos metadados e, com ele, o aparecimento da ideia de *tags* (etiquetas) – pequenas e fundamentais marcas que nos permitem localizar as coisas num bater de tecla.

Retomemos, pois, o fio da meada. Fiz uma retrospectiva desde os tempos de menino, depois como estudante e, assim, fiz um percurso quase cronológico (*pero no mucho*) até os dias de hoje, na Faculdade de Educação, onde, já com 60 anos, me submeti à tal avaliação e, com isso, progredi para o nível de Professor Titular da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Deixo já registrado o meu profundo agradecimento aos colegas professores que participaram da comissão avaliadora, os professores Sérgio Coelho Borges de

Farias (UFBA - Presidente da comissão), Paulo Bastos Dias (Universidade Aberta de Portugal), que escreve a apresentação deste livro, Lúcia Santaella (PUC-SP), Augusto César Rios Leiro e Carlos Freitas, ambos titulares da UNEB. Foram, com muita honra e agradecimento, suplentes os professores Waldemar Sguissardi (UFSCAR), Mary de Andrade Arapiraca (UFBA) e Arnaud Soares de Lima Júnior (UNEB). Um outro mais que especial agradecimento ao colega da Faculdade de Comunicação da UFBA, professor de fotografia, José Mamede, pelo tratamento das imagens. Deixo já registrado, também, dois outros especiais agradecimentos: um, à querida colega Licinha, pela cuidadosa leitura e preciosas sugestões na versão final desses escritos; outro, à equipe da EDITUS – uma jovem e promissora editora universitária - que me acolheu, sempre, com um enorme carinho.

Minha ideia foi a de fazer algo descritivo, mas que contemplasse também, ao longo do texto, algumas análises sobre a minha atuação profissional, bem como uma breve análise sobre cada uma das etapas, incluindo os lugares por onde andei, a própria UFBA e a Faculdade de Educação. Procurei rechear este memorial com outros documentos e textos para fornecer ao leitor alguns links (através de notas de rodapé), e, com isso, permitir uma compreensão mais detalhada de minha atuação ao longo dos anos associada a reflexões teóricas que venho fazendo e que têm gerado artigos, livros, intervenções na mídia, numa perspectiva de produção de conhecimento mais ampla do que o simples estar atuando no interior da academia. Não me preocupei, no entanto, em aqui elencar e referenciar tudo o que produzi, por achar, primeiro, algo desnecessário e, segundo, porque

tudo que faço e produzo, está disponível em minhas páginas na internet.

Um outro alerta importante, pois pode causar estranhamento ao leitor. Para nós, em nosso grupo de pesquisa, escolhemos grafar internet com “i” minúsculo e não mais com o maiúsculo. Isso por compreendermos que, nos dias de hoje, ela já se configura como um meio corriqueiro de acesso à informação. Da mesma forma que não escrevemos telefone, televisão, ou qualquer outro meio ou suporte, com maiúsculo, não justificando, portanto, nominá-la como substantivo próprio. Compreendemos que Internet pode ser o nome desta rede de redes, mas não vemos mais necessidade de escrevê-la com essa dimensão própria.

Espero que essa seja uma gostosa leitura e que o estimule, principalmente, a agir. Revendo tudo o que já escrevi para este memorial, posso identificar claramente que a palavra **agir** é a que melhor poderia sintetizar esses anos todos de atuação.

Boas leituras.

Nelson Pretto
Julho de 2015.

Como tudo começou

Em março de 1973, cheguei pela primeira vez ao Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como ex-aluno do Colégio Antônio Vieira, aprovado no vestibular de janeiro daquele ano, colégio que frequentei durante sete anos, desde que cheguei à Bahia, aos 11 anos de idade, vindo do Rio Grande do Sul. No Vieira, além dos anos escolares, que segui sem repetir do primeiro ginásial até o terceiro, fui muito envolvido com o Centro de Ciências, Grupo de Escoteiros e Grêmio (naquela época, por causa da repressão militar, chamávamos de CORESA - Conselho de Representantes de Sala), do qual fui Secretário e depois Presidente.

Retornar um pouco aos meus primeiros anos pode ajudar na compreensão do meu percurso formativo.

Nasci em Porto Alegre/Rio Grande do Sul, em 19 de novembro de 1954. Lá vivi até os meus cinco anos. Iniciei meus estudos no Colégio Santa Teresinha, no bairro de Petrópolis, onde morávamos. Quando estava com cinco anos e meio, nossa família mudou-se para a pequena cidade de Joaçaba, vizinha de Herval do Oeste, divididas pelo rio do Peixe, bem no centro do Estado de Santa Catarina. Em Joaçaba, vivemos por mais ou menos cinco anos. Foi uma rica experiência aquele período,

pois saímos de uma Porto Alegre considerada desenvolvida, onde já contávamos com televisão, jornais, sistema de transporte coletivo, automóveis circulando por todos os cantos, para habitar uma pequena cidade, muito calma, e muito bem arrumada. Joaçaba era banhada pelo rio do Peixe e alguns pequenos córregos que cortavam outros pedaços das duas cidades. Um deles passava bem ao fundo da casa onde morávamos, na rua Roberto Trompowski e, se o atravessássemos, chegaríamos ao lado do cinema na rua principal, a XV de novembro. Muito me diverti atravessando - e morrendo de medo! - a pinguela do fundo de casa para ir ao cinema do outro lado. Lá vivemos - agora já eu e um irmão, Sérgio, quatro anos mais novo - um período muito rico, tanto pela vida de rua como de escola. Estudei no colégio Cristo Rei, um colégio de freiras, localizado no alto de uma colina relativamente perto da nossa casa, de tal forma que a ida e a volta à escola fazíamos, quase sempre, caminhando ou, para ser mais preciso, correndo, pois essa era a forma como aquele bando de meninos andava pela cidade. Lembro, como se fosse hoje, o final da aula, quando tocava um sinal, e a professora, para autorizar a nossa saída, recitava uma oração-pergunta que, ao final, nos levava a dizer em coro e alta voz uma frase tipo: “é o Cristo Rei!!!”. Claro que isso era dito com uma energia, altura e felicidade espetacular. Essa era a senha, ou o grito de guerra, para o bando abandonar a sala, empurrando-se pelas portas e pelas escadas que nos levava até a rua e, daí, ladeira de barro a baixo, a descermos em disparada, sem não atropelar e derrubar alguns, passar por cima de outros, para, finalmente, chegar à parte baixa da ladeira, onde começava o calçamento e estava a igreja Santa Teresinha, a partir de onde nos despedíamos dos colegas e, como

verdadeiros santos, rumávamos para as nossas casas. Meu último meio ano de escola em Joaçaba já não foi mais no Cristo Rei, e, sim, no Colégio Marista da cidade, mais distante de nossa casa, um colégio só para meninos, e que tinha uma área verde muito grande com uma ênfase forte nos esportes, o que foi muito marcante para mim. O tempo lá foi pequeno, e não sei se por isso, esporte terminou não sendo o meu forte.

Foi em Joaçaba, entre tantos momentos ricos de uma infância muito bacana, numa pequena cidade do interior, onde vivi uma experiência marcante e que, talvez de maneira quase premonitória, foi me levando para muito próximo da área de comunicação. A cidade não tinha televisão, nem mesmo uma repetidora. Portanto, saíra de uma Porto Alegre que, à época, tinha uma emissora – a TV Piratini, filiada aos Diários e Emissoras Associadas, de Assis Chateaubriand – para uma cidade onde não tínhamos televisão. Joaçaba era, pois, completamente diferente para um garoto entre cinco e 10 anos que já havia visto televisão e que não tinha, mesmo que por um período muito curto, a televisão como o embalador do sono noturno. Período curto, aliás, pois não havia possibilidade da criança ficar na televisão até altas horas. Por volta das oito e meia da noite, entrava, religiosamente, uma propaganda dos cobertores Parahyba, cantando uma musiquinha que não me sai da mente até os dias de hoje: “já é hora de dormir, não espere mamãe mandar, um bom sono para você e um alegre despertar”¹. Pois

¹ Letra do jingle da referida propaganda. Entre outros *sites*, encontrei a vinheta aqui: <https://www.youtube.com/watch?v= YOJlvWHyEd4>. Acesso em 12 ago. 2014.

bem, um grupo de lideranças de Joaçaba, entre as quais estava meu pai, trabalhou para trazer para a cidade uma retransmissora de televisão. E assim, num dia que não tenho mais como recordar, mas que deve ter sido em torno de 1963, foram instaladas algumas antenas retransmissoras em cima de um morro próximo da cidade e no clube principal, creio que o Clube do Comércio, e também os equipamentos para a montagem do estúdio da televisão. Eu, atento a tudo, estava lá, sem perder um único segundo de toda aquela movimentação. E acompanhava tudo com o privilégio de poder estar dos dois lados: como um menino que via tudo com curiosidade e, mais curioso ainda porque, pelo fato de ter meu pai na equipe de montagem, podia estar lá por dentro, vendo os chamados bastidores daquela empreitada. Foi simplesmente emocionante.

Na verdade, a televisão funcionou por uns três ou quatro dias, se a memória não me falha. Transmitia-se das salas do tal Clube para um salão, que ficava logo ao lado do estúdio, e para mais uns três ou quatro aparelhos de televisão, distribuídos nos bares e sorveterias da redondeza. Enormes câmeras e telecines, um cenário feito com pedaços de pano pintados, o símbolo da televisão sendo um anzol fazendo o “J” de Joaçaba era a marca daquela emissora de quatro dias. Para transmitir um filme, projetava-se a película em uma parede, e a câmara filmava a projeção. Do lado de fora, a meninada e os adultos se deliciavam com aquela coisa fascinante.

Fui desta forma batizado com o universo da televisão e da comunicação, o que me levaria, por coincidência, ou não, a ter este como sendo um tema prioritário na minha formação acadêmica. Aliás, não fosse o fato de

ser um jovem e desconhecido autor, com o meu primeiro livro – fruto da minha tese de doutorado – estar sendo publicado por editora do porte da Papyrus e, desta forma, não me permitindo bancar a necessária presença das imagens de todos esses fatos no meu livro *Uma escola sem/com futuro: educação e multimídia* (1996), desde aquele ano já estariam publicadas algumas das imagens deste período fascinante que ajudam a construção da memória da televisão brasileira. A editora considerava complicado e caro incluir imagens e, desta forma, como tinha pouco poder de barganha, nada pude fazer, e as imagens não puderam ser utilizadas. Mas a história ficou registrada, e dali em diante muitas outras coisas aconteceram...

E mais adiante retornamos a elas.

Saí de Joaçaba, de novo para Porto Alegre, para organizarmos a nossa mudança para a Bahia. Foi praticamente um ano de preparação, por várias razões. Primeiro, porque meu pai viria para Salvador para a implantação de uma indústria – a pioneira Novopan, que produziria aglomerado de madeira e laminado plástico – no recém-criado Centro Industrial de Aratu (CIA), que oferecia condições facilitadas, forma como era vendido no Sul do Brasil, com um Plano Diretor que contemplaria uma série de incentivos e infraestrutura básica (água, telefone etc.) necessária para a implementação de diversas indústrias, dando início a um ciclo de desenvolvimento no estado da Bahia, que seria complementado com o Polo Petroquímico de Camaçari, alguns anos depois. Pois nas minhas andanças com meu pai, eu com meus 11 ou 12 anos, ouvia que o empreendimento era arriscado e

lembro escutar, como curioso, conversas de meu pai e seus colegas de trabalho explicando que a escolha do lugar para a instalação da NOVOPAN tinha sido estratégica porque, já que ela estava em um terreno que ficava na divisa de Simões Filho com Salvador, caso o projeto do CIA não desse certo, o investimento não seria perdido, pois, em termos de infraestrutura, seria possível, sem grande dificuldade, trazer de Salvador, pelo menos água, energia e telefone.

No período de um ano em Porto Alegre, estudei no Colégio Anchieta, colégio jesuíta muito rigoroso, mas que me impressionava pelo tamanho de suas edificações e pelo espaço que ocupava, na época, numa curta avenida, a Nilo Peçanha, que no colégio mesmo se encerrava. Hoje, visitando Porto Alegre, vejo o meu antigo colégio praticamente no meio de uma cidade que se expandiu para aquele lado de forma impressionante, engolindo o velho Colégio Anchieta.

Enfim, a mudança para a Bahia, depois deste pequeno período em Porto Alegre, estava pronta. Demoramos três ou quatro dias para percorrer os cerca de três mil quilômetros que separam Porto Alegre de Salvador. De lá, em julho de 1966, chegamos a Bahia. A expedição – era assim que nos sentíamos ao sair de Porto Alegre para Salvador na década de 60 do século passado – chegou a Salvador em 28 de julho de 1966. Uma nova etapa de minha vida teve início.

A chegada ao Colégio Antônio Vieira foi especial, rica e impactante. Foi, a bem da verdade, quase que um novo nascimento para mim. Salvador era uma cidade completamente diferente de Porto Alegre. Eu já com meus 11, 12 e 13 anos comecei a ganhar espaço na cidade. Circulávamos muito, ainda tínhamos tranquilidade de ir e vir sem grandes problemas

com a violência, como hoje vivemos. Meu primeiro amigo, José Roberto Chaves de Almeida, me deu o suporte emocional inicial para enfrentar – é essa a palavra que temos que usar mesmo, pois nesta fase tudo é desafio, são os desafios da adolescência que se aproximavam – e com isso comecei interagindo com os colegas de turma, e daí com os demais do colégio. Minha entrada nesse novo mundo não foi fácil, mas eu tinha um trunfo – que um dia relatei, em 5 de setembro de 2002, quando tive o privilégio de receber o título de cidadão soteropolitano, num projeto de lei proposto pelo vereador Emiliano José (PT-BA)² que ora repito: “Eu corria muito... e isso me fez logo ser chamado para os babas e para o garrafão, brincadeira esquisita de uma cidade que se mexia de uma forma estranha para aquele gaúchinho das coisas certinhas... Era cada porrada! mas eu tinha aquele trunfo, talvez o único: o de correr muito. Terminava sendo escolhido sempre... Zé Roberto deve lembrar bem, pois foi o primeiro grande companheiro que fiz. Na verdade, foi ele

² A cerimônia de outorga do título foi muito bacana. Um querido amigo, diretor de teatro e colega da UFBA, Paulo Dourado, tomou a iniciativa de dirigir o evento, sim porque uma simples sessão da Câmara virou um verdadeiro evento. Muitos, muitos amigos, colegas, ex-alunos participaram da preparação e do momento propriamente dito, que se encerrou com o querido bloco O Povo Pediu, que praticamente nasceu em minha casa nos anos 1978/1979, tocando e animando a todos. Participaram da montagem teatral criada por Paulo Dourado, Meran Vargens, Joana Schinitnan, Carlô Borges, o querido e saudoso Wilson Melo, entre vários outros queridos(as) que colaboram com aquela magnífica performance. Matéria da TVUFBA sobre a cerimônia disponível <http://ripe.ufba.br/nlpretto/videos/np-cidadao-baiano>. Acesso em 20 out. 2014.

quem me adotou... Daí pra frente, fui sendo adotado pela cidade, por essas gentes que eram tão diferentes das gentes que eu conhecia até então e, hoje, passo a ser adotado, com certificado e tudo!”³

Enfim, correndo para lá e para cá, fui enfrentando a nova situação, a nova vida e... gostando, gostando muito.

Entrei, logo quando ainda estava na segunda série do chamado ginásio, para o Clube de Ciências, que me parece, era recém-criado. O professor Dailton, um querido mestre que encantava a todos nós com os seus ensinamentos, era de uma dedicação ímpar. Estava sempre disponível e, claro, com isso estimulava-nos para os fenômenos da física, da química, da biologia. Fui presidente do Clube de Ciências, mas não tenho nenhum registro formal deste período, fora algumas fotos de nossa participação nas feiras, sempre organizadas pelo professor Dailton, que articulava isso com outros colégios onde ele também dava aulas, como o João Florêncio Gomes, no bairro da Ribeira, na Cidade Baixa. Com isso, além da ciência, das Feiras, tínhamos mais conhecimento desta rica e bela Salvador da década de 1960. Também, sempre sob a liderança do mesmo professor – que vivia plenamente o colégio, como um exemplo de mestre que muito me influenciou – entrei para o grupo de escoteiros. Passava, na verdade, o tempo todo na escola. Dois fatos interessantes nos levam de novo ao *link* com a televisão. Na 3ª série ginásial, recebemos, apenas por um ano, um novo colega, que era absolutamente virtuoso no tocar

³ O discurso integral foi incluído em meu livro **Escritos sobre educação, comunicação e cultura**, publicado pela Papirus em 2008.

violão e guitarra. Não sabíamos nada sobre ele, apenas que se chamava Armando Macedo. Um programa de televisão muito famoso naquele período era comandado por um apresentador muito polêmico, Flávio Cavalcanti. A TV Itapoan, única emissora de televisão em Salvador, retransmissora da rede de Assis Chateaubriand, os Diários e Emissoras Associadas, tinha um programa, *A Grande Chance*, com uma edição nacional e outras edições regionais. Para a final regional o famoso (e conservador) apresentador se deslocava para as cidades para apresentar, ao vivo, a finalíssima regional. Nosso colega Armando Macedo inscreveu-se e, com sua virtuosidade, e nossa força, pois eu era uma espécie de líder da torcida, com megafone em mãos e tudo, foi o vencedor da etapa local, que ocorrera no imponente Teatro Castro Alves, e posteriormente a nacional. Virou o nosso famoso e conhecido Armandinho Macedo que, depois, viemos saber ser filho de Osmar Macedo, um dos criadores do Trio Elétrico.

O outro evento, conectado com o tema televisão, teve a ver também com a mesma TV Itapoan e com um programa que, mais uma vez, trazia para Salvador um apresentador que começava a ficar famoso, Serginho Bittencourt. Era um programa de variedades, tendo, em um dos seus quadros, um concurso em que candidatos se inscreviam para realizar uma matéria sobre uma notícia publicada no dia pelo jornal Diário de Notícias, do mesmo grupo. O programa era ao vivo, novidade na televisão brasileira, e a matéria era escolhida no início do programa, dando aos concorrentes as duas horas do programa para apurar as notícias. Eu e meu querido amigo, parceiro de muitas experiências, o saudoso Cláudio da Costa Pinto, nos inscrevemos e fizemos a tal matéria, já nem me

lembro sobre que tema e muito menos com que recursos. Recordo que fotografamos um entrevistado e, naquele curto período, revelamos a foto no laboratório que possuía em casa. Ao apresentarmos a matéria, os jurados comentavam e escolhiam a vencedora. No júri, um famoso e curioso colunista social, caiu em rasgados elogios ao nosso trabalho, encerrando com sua famosa “resistir quem há de”! Ganhamos uma passagem para ir a Lima, no Peru, mas não a usamos.

Vivi plenamente aquele período de tal forma que, ainda como aluno da 4ª série ginásial (hoje 9º ano), assumi o cargo de Secretário do grêmio da escola, como já mencionei, na época denominado de CORESA. Este foi um rico período de formação política. Nós, os alunos, e com forte apoio dos padres, iniciamos um curso noturno para adultos – o Supletivo, como era denominado na época – nas próprias dependências do Colégio. Envolvido com toda a organização do curso e não satisfeito com isso, escalei-me para estar em sala de aula e, assim, minha primeira experiência foi como professor de Geografia. O que eu queria mesmo era ensinar, estar em contato com aqueles adultos e, me restou, ser professor de uma matéria que nem era o meu forte. Usava nesta época um cabelo bem grande e, com uma fita de couro, o prendia na testa, dando um aspecto bem curioso para aqueles adultos que viam naquele jovem menino o seu professor mais estranho. Mas preparava as fichas com os dados da Geografia Física que me cabia ensinar e, com afinco, me dedicava e me deliciava com as aulas. Praticamente, todas as noites, estava no Colégio para acompanhar esta experiência. Desta, surgiu a mais rica de todas, que foi a ida para o distante, àquela época, bairro de Cosme de Farias, para

aulas de alfabetização de adultos, utilizando o método de Paulo Freire. Um jovem de classe média, deslocando-se de ônibus pela cidade até Cosme de Farias, chegava à escola do bairro, sob a orientação de um padre que não mais me recordo o nome, começava a dar aula a senhoras e senhores, a maioria com mais de 60 anos. Tudo significava muito, muito mesmo, e marcou-me de forma indelével. Terminada as aulas, descíamos uma íngreme ladeira, adentrávamos mais ainda no bairro e, chegando à casa do padre, bebíamos uma cachacinha e conversávamos sobre a experiência formativa e os desafios para a educação e para o país. Fui sendo formado politicamente em muito boa companhia.

Ainda no Vieira, vivi outra experiência significativa e que terminou, também ela, sendo marcante na minha formação. Muitos dos meus colegas tinham um maior envolvimento político, pertencendo a grupos guerrilheiros que lutavam bravamente contra a ditadura militar, instalada no país em 31 de março de 1964. Por conta desse envolvimento, alguns destes colegas eram fortemente vigiados pela polícia e pelo exército. Lembro-me de fazermos reuniões políticas no Santuário Nossa Senhora de Fátima, dentro do espaço do colégio, para discutir a situação do país e as formas de manifestação e resistência. Aconteciam muitas manifestações, e a cidade vivia um imenso burburinho. Certo dia, estava em aula quando recebo chamado urgente do *Seu Teles*, o guardião da disciplina, temido por todos, mas, no fundo, um bom coração, dizendo-me que deveria sair correndo pelo fundo do colégio, pela horta da escola na Curva Grande, onde hoje está o Departamento de Polícia Técnica Nina Rodrigues, levando o nosso colega

Fabinho, pois o diretor, Padre Fábio Bertoli, estava segurando militares do exército que queriam entrar no colégio para pegá-lo, acusando-o de subversivo. Não podíamos fugir dali para a casa dele, no bairro da Graça, pois sabíamos que a região também estava cercada. Claro que, com muito medo, perambulamos um bom tempo pelas ruas da cidade, esperando o tempo passar e a partir daí decidir o que faríamos. Era o tempo suficiente que me permitia avaliar o quanto aquele gesto dos padres jesuítas era importante para a minha formação. A defesa das liberdades, a proteção dos seres humanos, a solidariedade, tudo isso passou a fazer parte de minha formação de modo definitivo, a partir destes pequenos-grandes gestos e acontecimentos.

Na 4ª série do ginásio, fui convidado por Carlos Eduardo Carvalho, Cadu, para fazer parte da diretoria do CORE-SA. Percebia eu, desde aquele momento, que havia um interesse dos mais velhos, como Cadu e os demais que já estavam no colegial (hoje, ensino médio), na formação de quadros para assumir o grêmio e toda a luta política que era travada naquele período. Foi um desafio fenomenal. Estávamos, neste ano de 1969, num período difícil no país, e o Vieira era assim uma espécie de oásis para a organização política. Minha turma da 4ª série ginásial era bastante ativa; alguns, como eu, numa ação mais para dentro do próprio colégio e, outros, para uma ação mais externa, articulada com diversas organizações políticas. Lembro que, neste ano, como já havíamos feito nas séries anteriores, produzimos alguns jornais da própria turma, além de estarmos envolvidos com o jornal do próprio grêmio, que era, digamos assim, o órgão oficial. O jornal daquele ano chamou-se, justamente, *Conclusão*, tendo

de novo presença forte dos colegas Cláudio da Costa Pinto, José Roberto Chaves de Almeida, José Henrique Messeder, Fábio Nóvoa e alguns outros mais.

Ao chegar ao primeiro ano do colegial, mais um desafio: as turmas mistas. Pela primeira vez, teríamos as meninas na nossa sala, convivendo com aquele bando de jovens que nunca tinham convivido cotidianamente com o sexo oposto. Lembro ter sido esse, um desafio maior. No primeiro ano, depois de ter sido Secretário, fui levado por Cadu e sua turma, a ser o Presidente do grêmio. Outro desafio e lembro muito fortemente, na campanha, de ter que visitar as turmas de 3º ano do colegial, portanto turma de colegas no mínimo dois anos mais velhos que eu. Era difícil enfrentar os debates e as discussões políticas! Como sempre, tudo isso foi se constituindo nas bases de uma formação mais sólida que me prepararia, mais adiante, para, como professor, também me deparar com situações bastante difíceis no contato e relacionamento com os alunos.

Ao final de 1972, o término do colegial e a entrada na universidade, tendo que enfrentar, para tal, o exame vestibular. Muitas dúvidas, como de resto, de todos os jovens nesta idade. A família, numa pressão velada - às vezes nem tanto -, indicando a engenharia elétrica como sendo a profissão que me aguardaria com grandes possibilidades. No meu interior, algo dizia que não era isso. Nunca fui um aluno exemplar. Era um aluno de notas medianas, apenas suficientes para passar. Sabia que o vestibular para Engenharia Elétrica seria um desafio difícil de ser transposto. Terminei escolhendo-a mesmo assim, colocando em segunda opção o curso de Física, matéria que muito me encantava. Tinha uma profunda

admiração por um jovem professor que representava muito para todos os seus alunos. Frequentávamos sua casa, conversávamos muito, ouvíamos música, discutíamos Física, e isso foi marcante em minha formação. Mas o tempo e as mudanças na educação em nossa cidade e país foram nos afastando, até o nosso rompimento numa das cenas que muito marcaram minha vida, quando, anos depois, já como professor de Física das escolas particulares de Salvador, numa das nossas fenomenais greves, deparei-me com o meu antigo mestre, agora dono de uma rede de escolas particulares, em frente à sua escola, no Rio Vermelho, ameaçando-nos com a polícia. Foi enorme a decepção e, neste momento, muito claramente, fui percebendo o significado e a impossibilidade de relacionar a educação com o mercado. Dediquei-me ao tema mais adiante, ao tratar da publicidade das escolas em Salvador, a partir da análise dos *outdoors* que ocupavam a cidade em períodos específicos do ano, normalmente quando estavam abertas as matrículas para os anos seguintes, na busca de atrair mais alunos. Fiz uma pesquisa sobre o tema, através de um levantamento fotográfico da publicidade das escolas em Salvador, realizado ao longo de 2000 e 2001, com mais de 300 peças publicitárias, que foi apresentado no VI Colóquio sobre Questões Curriculares - *Currículo: pensar, inventar, diferir* - ocorrido na UERJ, em 2004⁴. Já dizia, naquela época, “que a lógica do *ranking* e da competição terminou sendo

⁴ PRETTO, N. L. Mídia, currículo e o negócio da educação. In: MOREIRA A.F.; ALVES M.P.; GARCIA R.L. (Orgs.). **Currículo, cotidiano e tecnologias**. Araraquara-SP: Junqueira & Marin, 2006. p. 111-148.

inculcada em nossa sociedade de tal forma que as políticas públicas terminam, também elas, sendo vistas como competidoras entre si.” Apoiado em Atílio Boron (2001), sociólogo argentino, que nos trouxe a ideia da naturalização do capitalismo, passei a pensar, também, na naturalização de diversos outros processos, entre os quais a mídia, e mais particularmente, a relação entre o sistema educacional e a publicidade. Os resultados são impressionantes, e creio ser importante trazer para cá pelo menos duas situações mencionadas naquele meu texto acadêmico, como fechamento, pelo menos temporário, do tema. Primeiramente, nos chama a atenção a questão da pós-graduação: “Não foi com pouco espanto que lemos, por exemplo, uma nota publicada no Jornal da Ciência Hoje com os seguintes dizeres: ‘Algumas *empresas de ensino superior tentam vender* a incautos seus cursos de pós-graduação, propagandeando que eles são recomendados pela Capes’⁵. A Capes, obviamente, desmente que recomende cursos e, claro está, muito menos esses. Mas esse tipo de ação das empresas da educação já se tornou corriqueira e, o que é pior, para boa parte da população já parece ser *natural* este tipo de investida e, principalmente, de publicidade”⁶.

Sempre procurando valorizar as qualidades da educação oferecida por estas empresas de educação, as imagens vistas nas ruas de Salvador – e que não diferiam das encontradas em outras cidades por onde andava – traziam sempre uma perspectiva de sucesso.

⁵ JCH, 04/06/2004, pag. 03, grifos meus.

⁶ PRETTO, N. L. **Mídia**, p. 148.

Outra situação a ser mencionada é a das universidades públicas, que também foram atacadas por esta perspectiva mercadológica. Dizia eu, no referido texto, que “essas iniciativas de publicizar seus méritos têm chegado, inclusive, nas próprias instituições públicas, muito provavelmente pelas suas dificuldades de sobrevivência, instalando-se, assim, uma lógica - perversa! - de *ranking*, estimulando a competição e o individualismo, e é lamentável, obviamente, que minha própria universidade, a Federal da Bahia, caía nessa armadilha e, a partir da avaliação realizada por um órgão de imprensa, vá às ruas com um outdoor proclamando-se *a melhor graduação do Norte e Nordeste*”.

Mas voltemos à minha entrada no ensino superior. Era o tempo do terror do vestibular, ainda com um estilo de seleção e provas com muito mais coisas para decorar do que para raciocinar - o oposto do que viria a ser a minha maior característica como professor nos anos seguintes. Entremos pela frente na questão, ou melhor, pelas bordas (palavra que irá me acompanhar muito de perto ao longo dos anos seguintes, como espero aqui apresentar).

Rito de passagem: entrada na universidade

No Instituto de Física, a surpresa e o medo de adentrar no ensino superior. O rito de passagem do ensino médio para a universidade é uma marca deste momento da formação da juventude. É o novo espaço de convivência quando deixamos de lado a estrutura do ensino médio⁷, com controles, orientações psicológicas e pedagógicas, de quase nenhuma autonomia, para a entrada em uma instituição onde, desde cedo, passamos a conviver com a pesquisa e os pesquisadores, cientistas e professores que, contava a lenda, pouco ligavam para os alunos. A ideia que nos passavam era de que, diferente do colégio de onde vínhamos, na universidade, cada um tinha que cuidar de si próprio e pronto. Na Física, algo diferente parecia acontecer

⁷ O leitor já deve ter percebido um uso das expressões *colegial*, *segundo grau* e *ensino médio* ao longo do texto. Essas são, nessa ordem, as denominações do atual ensino médio ao longo dos últimos anos. Peço, portanto, licença ao leitor para essas oscilações, uma vez que em alguns momentos, por conta da época em que me refiro ao nível escolar, uso uma ou outra denominação.

mesmo! Comecei, já nessa época, a entender um pouco o que mais tarde se tornou o meu tema de pesquisa: a relação da ciência – e dos cientistas – com a sociedade.

Os quatro anos como aluno no Instituto de Física foram muito ricos. Muitas discussões, algumas brigas, e o início de uma relação de amizade com um grande número de colegas, professores e funcionários. Naquele tempo, estamos falando de 1974 a 1978, como alunos, vivíamos a universidade como um todo, não ficávamos, como hoje acontece, presos a uma unidade. Nossa base era o Instituto de Física, mas percorríamos a Filosofia e Ciências Humanas, a Matemática, Química, Geociências e também, para minha alegria, a Escola de Teatro. Lá fiz umas disciplinas ligadas à voz, onde conheci uma genial figura, a atriz e professora Lia Mara. Irreverente e quase *louca*, como deve ser um professor. E minha voz, se melhor colocada não ficou, foi elevada a uma condição especial: a de quem fala com altivez! Representar, sussurrar, gritar, tudo isso no Teatro Santo Antônio, no Canela, palco de uma UFBA que começava a se configurar, enquanto universidade, nas décadas de 50 e 60 do século passado, sob a batuta do reitor Edgard Santos, que fundou a universidade e a *reitorou* por cerca de 15 anos⁸. Escrevi um pouco sobre o tema em mais de um dos artigos publicados com relativa regularidade na imprensa baiana. Em 2005, no jornal *A Tarde*, afirmei: “A UFBA mexe com a cidade. O movimento da cidade mexe com a UFBA. Essa

⁸ RISÉRIO, A. **Edgard Santos e a reinvenção da Bahia**. Rio de Janeiro: Versal, 2013.

dança, às vezes, não tão harmônica, toca na estética urbana, nas configurações espaciais e culturais dos bairros e da vida das pessoas. Pensar a cidade, enquanto espaço físico, é também papel da UFBA e não só dos especialistas da Faculdade de Arquitetura. É papel de todos nós, de todas as áreas, refletirmos, opinarmos e sermos ouvidos sobre todos esses aspectos da vida das cidades. Além disso, a UFBA, enquanto uma universidade pública, tem a obrigação de, também nos métodos, apresentar novas práticas. Um plano diretor precisa ter a sensibilidade de ouvir e sentir o clamor daqueles que vivem o cotidiano dos espaços da universidade e da cidade. Por isso, quando olhamos para o Canela, e vemos os históricos e charmosos prédios da Reitoria, do Teatro Santo Antônio, hoje Teatro Martim Gonçalves, com a nossa Escola de Teatro, da Escola de Belas Artes e as residências estudantis do Canela e da Vitória, percebemos que elas fazem parte dos contornos de nossa cidade e da vida dessa cidade. Mais do que tudo, vemos que eles ainda existem e resistiram (a duras penas, é *vero!*) à violenta especulação imobiliária que se alastra pela cidade de São Salvador da Bahia, justamente porque, e somente porque, são um patrimônio federal, como também é a colina de São Lázaro, que abriga a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas”⁹.

Assim, já buscava apresentar a importância de pensarmos a universidade numa perspectiva mais ampla, para além do que simplesmente uma escola de terceiro grau. Essa temática passou a integrar o conjunto

⁹ PRETTO, N. L. A UFBA e a sociedade. **A Tarde**, 2005.

de minhas preocupações e pesquisas nos anos seguintes, e também minha atuação política na defesa de uma universidade pública que com a sociedade dialogasse intensamente. Atuação que se materializou no período em que dirigi a Faculdade de Educação e nas duas vezes que concorri ao cargo de Reitor da UFBA, em 2006 e 2014, como veremos adiante. Percebo que minha vivência, no Instituto e, na UFBA, foi fundamental para essa compreensão do papel da universidade na vida de um jovem em formação. Lembro, com muito gosto, do nosso Diretório Acadêmico (DA), que mais se constituía num espaço da luta política e da rebelião do que um espaço de serviço, e o que é pior, de venda de serviços, como vivi intensamente na relação com os DAs na Faculdade de Educação quando dela fui diretor, junto com a professora Mary Arapiraca. O que percebemos é que os DAs, já nos anos 2000, passaram a buscar na prestação de serviço da venda de cópias, o mundo da captação de recursos. O nosso DA daquela época, era o local dos encontros e desencontros. Ouvíamos música (Jimmi Hendrix e Janis Joplin, com mais frequência, se não me falha a memória), fumávamos, bebíamos de tudo, (meio escondido, claro), conversávamos e pensávamos sobre a vida. E muita política, muita! Era um tempo no qual tínhamos mais tempo. Ainda não havíamos sido atacados pela mosca da produtividade neoliberal que, com toda a força, veio nos anos seguintes impregnar a universidade. Nestas horas, lembro-me de Alejandro Piscitelli, em um livro de 2002, quando afirma que, diferente de ontem, vivemos hoje no tempo dos computadores, tempo medido em nanosegundos. Para ele, “as pessoas se tornaram muito

conscientes do tempo e, com o correr do tempo, a pontualidade se converteu tanto em uma necessidade como uma virtude e, por fim, como uma obsessão”¹⁰.

Mais uma vez, em *A Tarde*, escrevi sobre esse tempo e as nossas condições na universidade que vivi como aluno e, logo depois em 1978, como professor, lembrando a minha chegada à UFBA. “Quando cheguei, na Física, em 1978, fui acomodado numa sala, com ar-condicionado, mesa, máquina de datilografar, telefone, papel e caneta. Os livros de que precisávamos estavam na biblioteca, ou os comprávamos, porque também não se publicava tanto quanto hoje. Lá fazia minhas pesquisas e dava aulas. O que aconteceu de lá para cá foi uma transformação brutal no nosso jeito de viver na universidade. A pós-graduação ganhou força, apareceram os grupos de pesquisas cadastrados no CNPq e o Currículo Lattes – o Orkut da academia –, a Capes intensificou a avaliação e... a guerra começou.” E concluo o artigo com uma referência ao mestre Milton Santos que anotei de uma fala sua lá na UFBA. “Lembro Milton Santos: ‘essa ideia de que a universidade é uma instituição como qualquer outra, o que inclui até mesmo a sua associação com o mercado, dificulta muito esse exercício de pensar’. De fato, com um dinheirinho extra por cada publicação, atentos ao próximo edital, com a avaliação da Capes batendo às portas, deixando todos de cabelo em pé, e com a lógica do ‘publicar (em inglês) ou perecer’, parece que estamos chegando perto do fim da uni-

¹⁰ PISCITELLI, A. **Meta-cultura**: el eclipse de los medios masivos en la era de Internet. Buenos Aires: La Crujía, 2002. p. 99

versidade, enquanto espaço do pensar e do criar conceitos. Viramos, pura e simplesmente, o espaço da reprodução do instituído. É o próprio fim da universidade”¹¹.

Mas tudo isso, para mim, já era um prenúncio da vida alucinada que teria dali para frente, e olhando para trás, vejo que sempre fui meio como os meninos de hoje, que nos meus escritos passei a denominá-los de *geração Alt-Tab*, por conta da rapidez com que eles mudam de uma tela para outra, usando estas duas teclinhas do computador. Certamente, se fosse um jovem de hoje, teria sido diagnosticado com a tal TDAH (Transtorno do Deficit de Atenção e Hiperatividade) e seria mais um dos que estariam tomando Ritalina!¹², e, com quase absoluta certeza, engrossando as estatísticas dos estudos da minha colega Lygia Viegas¹³.

Já nesse período, tive que me dividir entre a universidade e as primeiras aulas no segundo grau. Estimulado pelo agora já ex-padre, Silvino, que à época estava no Instituto Social da Bahia (ISBA), dava aulas de recuperação naquele colégio ao mesmo tempo em que iniciava minha vida profissional formal como professor, com carteira assinada, no

¹¹ PRETTO, N. D. L. O Fim da Universidade. **A Tarde**, [S.l.], 21 Jun 2011. p. 2.

¹² Veja a substância do remédio de marca que ficou marcante na sociedade moderna no verbete da wikipedia Metilfenidato, localizado em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Metilfenidato>. Acesso em 24 out. 2014.

¹³ Professora da Faculdade de Educação da UFBA, pesquisadora sobre a medicalização da educação. A nossa *Revista entreideias: educação, cultura e sociedade*, da qual sou editor, publicou em seu volume 3, nº 1 (2014), um dossiê por ela coordenado e intitulado "A medicalização da vida escolar: enfoque multidisciplinar".

Colégio Nossa Senhora de Lourdes, em Nazaré. Foi em 21 de agosto de 1973¹⁴.

A experiência de aluno do Vieira e professor do Lourdinha e do Social – nomes de guerra dessas escolas – me iniciou na percepção política da profissão. Comecei a entender o quão diverso era, de fato, o sistema particular de ensino. De um lado, conhecia a realidade de um colégio particular como o Vieira, com valores e compromissos com a ética e a cidadania. De outro, vivia a experiência de um colégio que se iniciava – o Social – com a busca de atender ao mercado da educação que já se anunciava e, ao mesmo tempo, vivia a experiência mais estranha para o momento e, quem sabe, até para hoje, que era o Nossa Senhora de Lourdes. Colégios como esse, tinham o jocoso, porém adequado, apelido de *fábricas*. Quando a referência era para ser mais direta, a denominação era: *pagou, passou!* Tive a oportunidade de

¹⁴ Já havia trabalhado com carteira assinada como vendedor de uma empresa que representava os motores elétricos da Eberle, em Caxias do Sul, e também de uma máquina de jateamento de esferas de vidro, em São Paulo. Tinha em torno de 16 anos nesta época, mas importante salientar que a empresa de representação era de meu próprio pai, o que facilitou minha vida. Mas foi uma rica experiência de ir todo o dia ao bairro do Comércio, em Salvador, conviver com aquela parte histórica da cidade, hoje tão degradada, que vibrava e era a marca da Bahia. Para a venda dos dois produtos – que, aliás, não consegui concretizar nem mesmo uma venda! – fui encaminhado, por meu pai, obviamente, para visitas técnicas nas duas empresas, em Caxias do Sul e em São Paulo. Visitas essas que me fizeram viajar pela primeira vez de avião – um luxo! e ter a possibilidade de conhecer duas empresas tecnológicas que, absolutamente me encantaram. Mais uma vez, a dimensão ciência e tecnologia de mim aproximava-se. E eu dela.

ouvir do próprio diretor da escola, em uma reunião de final de ano em 1973, que, naquele ano, havia sido aprovado, no mês de dezembro, um aluno morto em agosto! Essas eram as escolas chamadas de *fábricas* na Bahia, aquelas escolas que aprovavam alunos que, às vezes, nem lá apareciam. O seu diretor, pecuarista, professor e advogado, era Hildérico Pereira de Oliveira, na época, também, deputado federal. Obviamente, mal aparecia no colégio. Sua história de vida está ligada à educação, tendo fundado diversos colégios em Irecê, Salvador, entre outros¹⁵. Foi de sua própria boca, a frase que acabo de mencionar e que me impactou profundamente. Era o início de uma carreira, acho que já imaginava, que seria longa. Depois dessa experiência, veio a peregrinação por inúmeros colégios particulares de Salvador e Feira de Santana. Em paralelo com o *Lourdinha*, como já mencionei, atuei no Instituto Social da Bahia. Comecei com as aulas de recuperação de Física e, logo no ano seguinte, portanto em 1974, assumia a disciplina de Física no segundo grau.

Mas também esse início não foi tão assim arrumadinho, como pode parecer. A chegada à profissão de professor, iniciada nestes dois colégios, se deu mais por uma inquietude minha do que por já antever que essa seria a minha profissão. Isso porque, não aceitando a condição de, já na universidade e com quase 20 anos, permanecer morando na casa dos pais, tão logo entrei na universidade saí à procura de emprego. Bati na porta do mestre e amigo Padre Silvino (não paramos de chamá-lo de padre!). Su-

¹⁵ Conforme: <http://www.al.ba.gov.br/deputados/Deputados-Interna.php?id=324> Acesso em 29 jun. 2014.

geri a ele que me desse um espaço na mecanografia¹⁶ do colégio. Desde esse tempo já era apaixonado pelas artes gráficas e pela edição de apostilas e livros. Silvino me desencorajou e sugeriu que comesse logo com as aulas de Física, afinal era o curso que estava fazendo. Ofereceu-me, então, as aulas de recuperação que aconteciam no colégio para aqueles alunos que não haviam logrado passar nas unidades regulares. Eram aulas em horários extras, com os alunos mais bagunceiros, claro, e, portanto, mais desafiantes. Eu, um professor verdinho, entregue aos monstros, assim, *de chofre*, como se diz! Foi riquíssima a experiência, pois tinha praticamente a mesma idade dos meus alunos, alguns, inclusive, mais velhos. E assim, fui, literalmente, empurrado para ser professor de Física. Depois das aulas de recuperação, passei a ser professor regular dos primeiros e segundos anos do Instituto Social da Bahia. Estavam, nessa mesma escola, alguns professores que ficaram meus amigos e que, por terem certo prestígio e poder junto à *dona* do colégio, Maria Alice, uma freira que o conduzia com mão de ferro, conseguiam ter influência nos rumos do ISBA – seu nome oficial. Refiro-me, especialmente aos professores Jacson Azevedo e Emerson Palmeira. Muitos outros estavam juntos, claro, mas lembro de quando lá cheguei, esses já eram professores da casa e que, de certa forma, estavam construindo o projeto desta nova escola que nascia e ganhava espaço em Salvador, como alternativa aos tradicionais colégios privados como Vieira, Marista, Salesiano, e públicos, como Severino, Central, Iceia e João Florêncio Gomes. Queria o Social

¹⁶ Esse estranho nome era dado ao setor que cuidava da impressão das apostilas e provas, utilizando os mimeógrafos (a tinta e a álcool).

ocupar um espaço entre os tradicionais e as tais *fábricas*, recebendo, portanto, alunos egressos dos grandes colégios, normalmente no meio do ano, e com problemas, ou de aprendizagem ou de comportamento. Tarefa árdua, portanto. Mas logo, logo, esta escola firmou-se no mercado (*ooppss*, já começávamos a usar esta palavrinha para o campo da educação e isso já causava em mim um estranhamento, que, com o passar do tempo, foi se transformando em uma verdadeira luta política em defesa da educação pública. Voltarei ao tema adiante.). O percurso no ISBA foi marcante para minha vida profissional. Primeiro, por ser, de fato, minha primeira experiência formal de sala de aula, com alunos regulares e em uma escola que procurava se consolidar como séria. Além disso, por ser um jovem professor, recém-ingresso no curso de Física, ensinando uma disciplina sempre considerada o terror de todo o segundo grau. Minha formação foi se dando na prática, no enfrentamento dos desafios diários, a cada aula. Busquei, ao longo de todo esse período, fazer com que os alunos compreendessem a Física mais do ponto de vista fenomenológico do que com uma matéria a ser decorada. Nada fácil. O imediatismo dos alunos era enorme, enquanto a busca de compreensão do fenômeno e não da imediata solução de problemas com aplicação de fórmulas, era desafio cotidiano. Ainda como um *verde* professor, tinha eu mesmo dificuldade de compreender completamente essa reflexão que hoje faço. Percebo, quando hoje analiso as provas e os exercícios que passava, e que guardo na memória e em cadernos mantidos organizados, desde os primeiros até os últimos anos de trabalho no ensino médio em 1980. Esse é um aspecto que merece um destaque desde já: a minha preocupação com a memória. Desde meus primeiros momentos como profissional da educação, mantive organizado

todo o material por mim produzido. Acreditava, e hoje mais ainda, que conhecer o passado é fundamental para uma plena vida no presente e para a construção de um futuro promissor. Assim, sempre tive com a guarda de documentos uma preocupação extra. Desta forma, hoje é possível consultar e analisar todo o material que produzi durante este período de ensino médio.

Mais um necessário salto no tempo me leva aos dias de hoje e ao projeto *Memória em Vídeo da Educação na Bahia* – projeto de ensino, pesquisa e extensão que coordeno desde 2010. Este projeto, uma ação do nosso grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologias (GEC) na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, constituiu-se com o objetivo de compreender a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão universitárias como sendo algo para além da Carta Magna brasileira e, muito menos, como algo que deva ser realizado no interior das universidades por professores que se dedicam a uma ou outra dessas frentes que caracterizam uma universidade pública. Essa indissociabilidade precisa estar presente de forma cotidiana em todas as ações de todos os professores e pesquisadores de uma universidade pública, comprometida com a sociedade na busca da formação da cidadania e do avanço do conhecimento, em todas as áreas. Assim, procuramos, em todas as ações do nosso grupo de pesquisa, articular de forma interdependente a pesquisa – mola propulsora da produção dos conhecimentos – com o ensino, tanto de graduação como de pós-graduação, assim como da extensão universitária. O projeto *Memória em Vídeo da Educação na Bahia* nasceu com esse intuito e é fruto do projeto de pesquisa *Você é o que compartilha: movimentos sociais colaborativos e educação*, apoiado pelo CNPq, que

busca compreender de que forma a produção colaborativa e o compartilhamento, presentes de forma intensa em diversas áreas do conhecimento, podem contribuir para uma melhor compreensão dos desafios educacionais. Também busca compreender de que forma essas práticas e posturas podem estimular uma mudança (radical) no papel dos professores (e dos alunos), contribuindo para que deixem de assumir a função de meros consumidores de informações para se constituírem em a(u)tores dos processos formativos, com intensificação da perspectiva de produção de culturas e conhecimentos no interior da escola e da universidade. Associado a isso, introduzimos no curso de Pedagogia da UFBA uma disciplina de graduação denominada *Memória em vídeo da educação na Bahia* (EDCC61), cujo objetivo maior é o de resgatar, através de depoimentos, a vida, o pensamento e as ações de educadores baianos com significativa contribuição para a educação em nosso Estado. Ao longo de cada semestre, através de um estudo profundo em torno da vida de dois educadores baianos previamente escolhidos, os estudantes de graduação preparam-se para realizar entrevistas-depoimento com o entrevistado de forma a possibilitar que suas ideias, suas impressões e reflexões sobre a educação, cultura, ciência e sociedade possam ser registradas em vídeo, em depoimentos descontraídos que possibilitem um profundo registro de suas memórias. Em paralelo com o estudo teórico sobre a educação e os nossos personagens, nossos estudantes realizam oficinas de produção para que possam estar qualificados para realizar todo o processo – desde a montagem do espaço para as gravações até a edição, sempre em *software* livre, dos depoimentos já realizados. Esse rico processo de pesquisa, reflexão e operacionalização das entrevistas, constituem-se, desta forma, em

um aprendizado para os futuros professores, ao mesmo tempo em que resgatamos a história dos personagens e da própria educação, agora não mais apenas da e na Bahia, mas em um espaço maior, uma vez que ao se promover o livre pensar, cada um pode extrapolar a sua vivência para um universo muito maior do que o seu local de origem. Assim, os vídeos produzidos, licenciados em *Creative Commons*, ficam disponíveis para que todos os interessados possam usá-los da forma em que se encontra, como material bruto, mas também, e aí reside a maior importância deste trabalho, reutilizá-los de diversas formas, remixando-os e produzindo novos materiais que, evidentemente, devem obedecer às mesmas condições do licenciamento que realizamos. O que esperamos nessa nítida atividade extensionista, é a promoção de uma intensa circulação desses produtos e dessas ideias. Desta forma, seguindo o mesmo princípio de valorização da memória, hoje já pode ser encontrado no portal da nossa Rede de Intercâmbio de Produção Educativa (RIPE)¹⁷, uma plataforma em *software* livre, desenvolvida por nós como projeto de pesquisa – mencionarei novamente, mais adiante –, todos os depoimentos já realizados que incluem longas entrevistas com os educadores: Iracy Picanço, Edvaldo Boaventura, Leda Jesuino, Dilza Atta, Amabilia Almeida, Roberto Santos, Silvestre Teixeira, Makota Valdina, Maria Augusta Rosa Rocha, Hélio Carneiro Moreira, Aurélio Lacerda e José Carlos Souza e, estes três últimos, numa parceria com o Sindicato dos Professores do Estado da Bahia (SINPRO) com o objetivo de recuperar a história do Sindicato, entre os quais, me incluí.

¹⁷ <http://www.ripe.ufba.br> *Comunidade memória da educação na Bahia*.

Pois voltemos aos meus primeiros anos de ensino. É justo por conta dessa preocupação com a memória que, hoje, posso recuperar todos esses elementos (artigos, provas, fotos, filmes, vídeos...) e, com isso, poder rever todo o material produzido e refletir sobre a concepção de ciência e do seu ensino. Evidente fica, visto com o olhar de hoje, que, naquele início, vivia um conflito entre o currículo instituído, que determinava um ensino centrado no conteúdo – sempre pressionado pelo vestibular – e a necessidade de pensar a formação daquela juventude de 14 a 18 anos em uma perspectiva mais ampla, uma formação cidadã, que incluísse a formação política e ativista – palavra que nem pensávamos em utilizar na época – associada a uma compreensão da Física, da ciência em última instância, que não se reduzisse a decorar meia dúzia de fórmulas para a resolução de problemas. Mas, nos primeiros anos, hoje percebo, essa última concepção, se não foi predominante, terminou sendo muito forte, lamentavelmente.

A partir do trabalho no Social, comecei a atuar em muitos outros colégios como Capuchinho, em Feira de Santana, Marista, 2 de Julho, e também os cursinhos pré-vestibular Universitário e UCBA. Duas destas experiências foram singulares e merecem uma reflexão um pouco mais aprofundada. Nos Marista, pude experimentar variações em torno do instituído, mas com forte significado simbólico: foi possível fazer a diferença, mesmo estando enquadrado numa escola tradicional. Na Escola Nobre, a quebra dos paradigmas da escola tradicional e a implantação de uma experiência singular, e, na minha percepção, atual até os dias de hoje.

Duas experiências marcantes no ensino médio

Começamos pelo trabalho que foi desenvolvido no Colégio Nossa Senhora da Vitória – Marista – em Salvador, nos anos de 1976 a 1978.

Iniciei os meus trabalhos no Colégio Marista de Salvador em 1º de março de 1976. Fui contratado para ser professor de Física de duas turmas, das quatro oferecidas, do primeiro ano do segundo grau. A primeira dificuldade vinha por conta de algo muito simples: das quatro turmas eu ensinava apenas em duas. E nas outras, o professor era um colega mais preocupado, desde o primeiro ano, em preparar os alunos para o vestibular. Consequência: suas aulas eram essencialmente centradas na aplicação de fórmulas. As minhas, ao contrário, nas não-fórmulas. Até aí não tínhamos grandes problemas se, por uma opção mais dele do que minha, mas que muito me agradava, como as provas de unidades eram únicas, ele me pedia para elaborá-las. Sempre permiti aos alunos consultar livros nas avaliações, pois não estávamos preocupados, repito, com as respostas prontas e, sim, com os raciocínios. Obviamente que, no momento de uma avaliação unificada para as quatro turmas, sendo eu o

responsável pela elaboração das questões, levava ao desespero os alunos das turmas que não eram minhas. Convivi um bom tempo com esse drama, mas não abri mãos de fazermos provas mais voltadas para a compreensão dos fenômenos do que para aplicação de fórmulas. Cuidava pessoalmente da elaboração das questões e da própria confecção da prova de tal forma que ela se constituía em uma peça do curso.

Não só os alunos das outras turmas reclamavam. Recebia também reclamação, através da direção do colégio, na pessoa do Irmão Aquiles, que trazia a queixa de alguns pais que diziam não entender muito bem esse “tal professor de física” que incluía, em suas provas, trechos do *Pequeno Príncipe*, de Galileu Galilei, de Bertold Brecht, entre outras coisas. Uma destas reclamações vinha de um pai de dois irmãos, ambos meus alunos, ele professor da Escola Politécnica da UFBA. Compreensível. No entanto, recebia o apoio da direção da escola e continuava com o trabalho. Nossas discussões passavam pelas questões tradicionais do currículo de Física dos primeiros anos do ensino médio, mas sempre contextualizadas de maneira mais ampla. Um exemplo marcante foi o final do primeiro ano, em 1977: a avaliação final das minhas duas turmas, foi a representação e análise da peça Galileu Galilei. Ao longo de todo o segundo semestre, realizamos a leitura do texto de Bertold Brecht e, para as oficinas que ocorriam em horário extra, a direção do colégio aceitou contratar a atriz Isa Trigo para trabalhar com os meus alunos na preparação da peça, com oficinas de dramaturgia onde, além de toda a preparação, discutíamos os conceitos tratados no texto da peça. Na aula de Física, estes conceitos eram aprofundados com toda a turma, que

vivia plenamente todo o trabalho. A apresentação final, no auditório do colégio, foi apoteótica! Pena não ter nenhuma fotografia ou vídeo daquele momento.

Energia Nuclear foi outro tema muito caro e, mais do que isso, me colocou em uma situação amedrontadora. A essa altura, estamos em 1979, já ensinava também na Escola Nobre da Bahia – que merecerá mais detalhes a seguir – e também no Instituto de Física da UFBA, como professor-colaborador (também voltaremos a isso adiante). Para tratar do tema energia, promovia uma profunda reflexão sobre o Acordo Nuclear que o Brasil havia firmado com a Alemanha para o desenvolvimento da energia nuclear no país, acordo que, tudo indicava, contemplava a criação de bomba atômica. Vivíamos numa época ainda dura da ditadura militar. O tema seria tratado com a realização de um júri simulado onde estaria no banco dos réus o Acordo propriamente dito. Como preparação, elaborei uma longa lista com 39 indicações de leitura. As turmas – no Marista e na Escola Nobre – se debruçavam sobre os livros e artigos que tratavam do tema e preparavam os ataques e as defesas ao Acordo, aprofundavam todos os temas ligados à energia e, mais especificamente, à energia nuclear. O estudo e os debates foram muito ricos, e o Acordo, para minha tristeza, foi absolvido. Mas eu fui acusado. Fui acusado pelos militares de plantão, naquele ainda duro período, de estar incitando a juventude contra o governo. Explico melhor. Ainda morava com minha família e, voltando da reunião anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), recebo um recado assustador: “o Coronel fulano de tal, deixou este telefone aqui e pede para retornar para agendar uma ida sua

ao Quartel da Mouraria”. Tremi nas bases, pois sabíamos muito bem ser esse um dos locais do terror imposto pelo regime militar. Claro que entrei em pânico e parti para conversar com amigos, advogados e outras pessoas mais próximas do sistema, mas que tinham uma postura crítica ao governo. Depois de muita conversa e orientação, lá fui eu para a tal entrevista, no último andar do quartel da Mouraria. Muito gentil, o tal coronel me dá boas vindas e começa a falar sobre educação. Conversa vai, conversa vem, ele menciona o tema da energia nuclear e a minha insistência em discutir o Acordo Brasil-Alemanha, acordo para o bem do nosso país, afirmava ele. Eu falava pouquíssimo, ficava quase mudo, quando ele me questiona por que nas minhas indicações bibliográficas eu apenas indicava um lado. Tento argumentar, e ele tira da sua gaveta esquerda um papel com a minha bibliografia, material distribuído em sala na Escola Nobre da Bahia, com um tremendo carimbo vermelho “TOP SECRET”. (Identifiquei que era a da Escola Nobre e não do Marista por uma simples razão: estava impresso em mimeografo à álcool, portanto, com letras azuis e, não, pretas, como era o do Marista que utilizava mimeografo à tinta). Argumentei que não achava tendencioso, inclusive porque havia, logo como segunda referência, o livro *A Energia*, da Biblioteca Científica da *Life*, o que não me parecia tendencioso contra o Acordo. Ele, de pronto, rebate: “sim, professor, mas o senhor enfatiza muito em sala um tal jornal *Versus* – com u! – e um tal senhor, Bernardo Kucinski, que é um comunista contra os interesses do país”. Além disso, como tínhamos trazido o jornalista Bernardo Kucinski para falar sobre o Acordo, já numa ação conjunta do Instituto de

Física com o Marista, e no colégio o debate aconteceu na sua Capela – por ser o maior lugar disponível, o coronel ficou indignado e bradou: “e vocês ainda o trouxeram para falar e o colocaram para pregar essas coisas em uma capela!!!”. O resultado é que tomei um belo de um sermão e fui liberado, para meu total alívio.

A experiência da Escola Nobre da Bahia (ENBA) foi especial. Um dono de uma escola, que não sabia como colocar a escola em destaque na cidade, chama um conhecido professor de Português, meu mestre no Vieira, na 3ª série do ginásio, e uma referência na cidade, Jaime Barros, para coordenar um projeto diferente de educação para o ensino de segundo grau (hoje, ensino médio). A escola ficava na Pituba, bairro de classe média e média alta de Salvador. Jaime convoca, então, para pensar um projeto experimental, um conjunto de professores que ele conhecia bem, que já tinha certa experiência (e fama!) nas escolas de Salvador e, com essa equipe, começamos a desenhar aquilo que ficou conhecido como *Um projeto experimental para o 2º grau da Escola Nobre da Bahia*. A ideia era a de integrar todos os conteúdos de todas as disciplinas e buscar uma formação integral dos jovens. Estavam juntos, nesse projeto, também Jaime Barros, José Carlos Souza, Emerson Palmeira, Bruno Jardim, Bruno Moreno, Emanuel Fernando, Ricardo Ladeia, Jorge Rangel, Madalena Ferreira Santos, entre outros. Para o desenvolvimento da proposta, tínhamos reuniões semanais, todas as terças-feiras, e a escola, para poder atrair bons professores, pagava o dobro por hora em comparação às tradicionais escolas. Conseguimos juntar um time responsável e alegre e, com isso, fizemos a programação de todas

as atividades do ano. Tudo integrado. Como mencionei em um dos meus primeiros artigos acadêmicos, publicado na *Revista Brasileira de Ensino de Física*, em 1980¹⁸, “achávamos (e achamos!) que era importante para o aluno uma visão do todo. Era importante darmos à educação o sentido que ela realmente tem. Que ela fosse um processo onde o aluno é um elemento que juntamente com professores, coordenadores, diretores funcionários da escola, participa do processo educacional”, e continuava citando trecho de Paulo Freire que havíamos utilizado no projeto do curso, uma vez se o aluno não for considerado como sujeito do processo formativo, ele “rebaixa-se a puro objeto. Coisifica-se”¹⁹.

O *Projeto*, como o chamávamos carinhosamente, mantinha o quadro de horários com as disciplinas específicas, pois tínhamos que compatibilizar os nossos horários com os dos outros colégios onde atuávamos, mas o assunto das aulas acabava indo de uma para outra, sem interrupção. Assim, como consta no referido artigo, todo o curso consistia em uma temática geral, ou seja, girava em torno dela, garantindo, dessa forma, a unidade de informações. Todas as disciplinas integradas no tema trabalhavam dando contribuição para o entendimento do tema como um todo. Para tal, centramos todo o curso no trabalho do aluno, não em aulas expositivas. Obviamente

¹⁸ PRETTO, N. L. Um projeto experimental para o segundo grau. **Revista de Ensino de Física**, v. 2, n° 2, p. 30-41, 1980.

¹⁹ FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. 4ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974, p. 30.

o *Projeto* não resistiu muito e, em 1979, foi interrompido. Escrevi no artigo: “Nossa experiência durou pouco, pelo menos por enquanto. Certamente ela irá durar muito mais em nossas cabeças (...). Este trabalho, que ainda está no seu início de vida, mas certamente com muita vida, teve que ser desativado por discordâncias ideológicas entre a direção e os professores e por razões econômicas também”.

Uma outra experiência muito rica neste início de carreira como professor foi o meu primeiro curso de formação de professores, ministrado em conjunto com o colega Sérgio Farias, na Universidade Estadual de Feira de Santana. Todo o projeto que desenhamos partia do pressuposto de que a formação dos professores passa, certamente, por um conjunto de conhecimentos científicos (os chamados conteúdos da ciência), mas passa, também, com igual importância, por uma vivência formativa que vai além dos conteúdos. Foi o que fizemos, usando material produzido a partir de histórias em quadrinho, com um audiovisual (*slides* e música em um gravador) que produzi a partir de uma magnífica história desenhada por Claudius Seconn, que relatava sua experiência com a equipe de Paulo Freire na África, com debates sobre temas atuais (da época e de hoje!) como “o que o ensino de ciências tem a ver com a seca no nordeste?” e, também, com as saídas pelas ruas de Feira de Santana para levantamentos urbanos e ambientais.

Ao mesmo tempo em que estudava minha graduação e atuava profissionalmente, tinha forte envolvimento com o sindicato e com as sociedades científicas. Minha relação com a Sociedade Brasileira para o Progresso

da Ciência (SBPC) é uma relação quase que umbilical. Afirmei certa feita, em um artigo em *A Tarde* que “desde meus primeiros anos de universidade, ainda na década de 70, estava eu por lá, um jovem e barbudo estudante de Física, militando na histórica SBPC. Lutávamos em defesa da ciência, da educação, da cultura em nosso país. Era um momento muito duro, de muita repressão, e vivemos isso plenamente, especialmente na reunião do Ceará, proibida pelos militares e transferida para a PUC/SP, e as de Brasília, com os trágicos cercos pelo exército ao bar Beirute, reduto animado da esquerda.”²⁰

Foi assim, também, naquele período com a Sociedade Brasileira de Física (SBF). Considero importante para a formação profissional, seja qual for a área, os jovens experimentarem, desde cedo, uma relação intensa com o seu sindicato e com sua associação de classe, seja ela científica ou profissional. Enfim, dizia que minha relação com a SBPC vem desde o momento em que entrei na universidade. Envolvimento que me aproximou de muitos e queridos colegas que passaram a fazer parte de minha vida, pessoal e profissional, como amigos. Menciono aqui, de memória: João Zanetic, Luís Carlos de Menezes, Ernest e Amélia Hamburger, todos esses meus mestres, e meus colegas e futuros amigos, Décio, Soninha, Mingo, Kapa, Laerte. Falta gente, mas o que fazer se o que se faz com a memória é sempre assim, traiçoeiro?

²⁰ PRETTO, N *A SBPC e a ciência na Bahia, Salvador: A Tarde*, 14.07.2011, p. 2.

Desde aquele tempo, vivia a Universidade como um todo e não apenas a Física e seu ensino ou a pesquisa. Como mencionei, brevemente, junto com um jovem grupo de estudantes, fomos nos integrando à turma do ensino de Física da SBF. Lembro-me da forte influência que tiveram João Zanetic, Luís Carlos de Menezes, Ennio Cadotti, Ernesto e Amélia Hamburguer sobre o nosso jovem grupo. Anualmente encontrávamo-nos nas reuniões da SBPC. Íamos a praticamente todas. Eram grandes fóruns de discussões sobre o ensino das ciências e da física, em particular. Além das monumentais farras que fazíamos, nos qualificávamos em cursos que nós mesmos pressionávamos para serem oferecidos. Tínhamos, portanto, uma atuação política muito intensa. Na SBF, a velha “briga” entre os ditos físicos e o pessoal de ensino era grande. Pelo que sei, apesar de não estar mais envolvido com a área, esse conflito ainda permanece. Mas nossa atuação era muito forte e organizada. Percebo que, já nessa época, atuávamos em rede, mesmo sem ter nenhuma rede tecnológica, pois estamos falando de um tempo muito anterior à chegada da internet. Vivíamos conectados, articulando, trocando correspondências e usando, eventualmente, o telefone, que não funcionava muito bem e era muito caro. Viajávamos bastante, também. De ônibus e de carro e, mais tarde, de avião. Não ficávamos parados. O grupo foi ficando mais próximo. As cartas que trocávamos eram fantásticas, verdadeiras produções artísticas que, quando não eram produzidas coletivamente, certamente coletivamente eram lidas.

Politicamente, atuávamos de forma intensa. De um lado, o enfrentamento das questões mais amplas, ligadas à democratização do país e às liberdades, pois vivíamos ainda um duro período da rígida e violentíssima ditadura militar. De outro, a ditadura dos decretos na área educacional. Nessa época, surgiu a Resolução 30/76 do Conselho Federal de Educação (CFE) que introduzia os cursos de curta duração para o ensino de ciências e outra, para os Estudos Sociais da área de humanas. Organizávamos muitas discussões para combatê-la e, da SBE, fizemos pressão para um maior envolvimento da SBPC na discussão. Em função disso, foi criada uma comissão nacional para elaborar propostas alternativas, e eu passei a representar a Bahia na comissão nacional, agora já como professor do Instituto de Física. Para subsidiar minha participação, organizamos na UFBA inúmeras reuniões, estando quase sempre presentes professores dos Institutos de Matemática, Química, Física, Biologia, Geociências e do curso de Licenciatura em Ciências Naturais (localizado na Faculdade de Educação) que, frequentemente, discordavam das nossas posições. Foi um período muito difícil. No entanto, eu continuava representando a Bahia e a UFBA, apresentando as divergências e buscando manifestar todas as posições discutidas no coletivo baiano. Não era fácil, pois não conseguíamos uma mobilização muito grande dos nossos colegas. Após muitas discussões, essa comissão nacional elaborou o documento *Sugestões para a formação de professores da área científica para as escolas de 1º e 2º graus*, posteriormente publicado na revista da SBPC (*Ciência e Cultura*, 33(3), mar.81, p. 369-377).

Ao longo desse período, o nosso articulado grupo de estudantes de Física, todos já associados à SBF, começou a atuar de forma mais intensa na busca de melhorias no ensino das ciências. Durante a realização II Simpósio de Ensino de Física (SNEF) de 1976, propusemos a criação dos Núcleos de Professores de Física do Segundo Grau em vários estados, e aqui na Bahia estive à frente de um deles. Lembro que o mais ativo destes foi o de Minas Gerais, tendo à frente o professor Quintão. Trabalhamos na criação do *Núcleo baiano de professores de física do segundo grau*, para reunir professores de Salvador e algumas outras partes do Estado, sob a liderança do Instituto de Física da UFBA. Se não nos constituímos no mais importante Núcleo, conseguimos aglutinar um razoável número de professores de Física que, pela primeira vez, se reunia e discutia os problemas do seu ensino na Bahia. E mais, foi praticamente este Núcleo que liderou os protestos contra a destruição das principais escolas públicas de 2º grau de Salvador, quando da proposta de criação do CIENA, no final da década de 1970, promovendo uma série de debates públicos sobre o tema. São memoráveis as reuniões que fazíamos no Colégio Central para implantar estes Núcleos e protestar contra esta política. Naquela época, brigávamos com todas as nossas forças contra a destruição daquelas que eram as instituições tradicionais da educação pública baiana: os colégios Central, Severino, ICEIA e João Florêncio Gomes, como sendo os principais. Fazíamos reuniões nesses colégios, na busca de, por um lado, aglutinar os professores de Física de Salvador, e, por outro, pressionar simbolicamente o governo

no sentido de dar mais apoio ao ensino público em nosso Estado. Como mencionado, o tema Resolução 30/76 também foi bastante mobilizador, e fazíamos reuniões com um razoável número de professores de Física.

Ao longo desse período profissional no segundo grau, na rede particular, tínhamos um grupo de professores que atuava de forma bastante articulada, em função das dificuldades salariais e de condições de trabalho fomos ampliando nossas ações políticas e, com isso, ficou evidente que o nosso Sindicato dos Professores no Estado da Bahia (SINPRO-BA) não nos representava. Foram anos de lutas, com muita mobilização e alegria. Fizemos algumas das greves mais memoráveis da história recente da educação da Bahia e, à medida que o movimento crescia, cada vez mais, percebíamos a necessidade de uma articulação para a retomada do nosso sindicato. A situação era dramática, pois as greves eram fortes, conseguíamos ampla mobilização, constituíamos um comando de greve para negociar com o Sindicato Patronal – no entanto, tínhamos de enfrentar o nosso próprio sindicato. Liderávamos a greve, mas, sendo o sindicato oficial quem poderia efetivamente fechar os dissídios coletivos, tínhamos que negociar de dois lados: de um, com os donos das escolas e do outro, com o nosso próprio sindicato que teria, oficialmente, que nos representar para assinar os acordos. Não era fácil. Lembro de nomes como os de Raimundo Duarte, Sérgio Guerra, Sonia Neder, Petilda Vasquez, Emerson Palmeira, Jackson Azevedo, José Carlos Souza, Aurélio Lacerda, Milton Belitani, Zilton Rocha, Diogo (que me fuge o sobrenome) e tantos outros colegas que, como eu, lutavam pela retomada do SINPRO.

Durante esse período, a sede do sindicato era numa pequena sala, escura e com cheiro de mofo, situada Rua da Ajuda, em pleno centro de Salvador. Era um sindicato dominado pelos conhecidos *pelegos*, que estavam mais preocupados com os donos e diretores das escolas do que com os próprios professores. Profissionais que não tinham nenhum compromisso com a educação e, muito menos, com a categoria. Lembro que era quase impossível se sindicalizar. Íamos àquela sede do Sindicato e, quando a encontrávamos aberta, com um funcionário histórico, Natanael, acho que era esse o nome do velho funcionário que mais parecia o presidente, tentávamos de qualquer forma conseguir fichas para podermos nos sindicalizar. Essas fichas nunca apareciam. Às vezes, íamos em grupo e, enquanto uns conversavam com o funcionário, ficávamos de olho para ver se encontrávamos em algum canto uma ficha. Lembro-me da alegria quando um de nós conseguia retirar de lá uma ficha. Saíamos correndo para reproduzi-la e, com isso, demos início a uma grande campanha pela sindicalização de professores. Era o início da retomada. Estávamos no ano de 1979. De lá pra cá, o nosso Sindicato nunca mais foi o mesmo, tendo uma história de lutas e reivindicações marcantes para a história do ensino de segundo grau na Bahia. Um desses momentos gratificantes foi a transferência da sede do SINPRO, daquela velha sala na Rua da Ajuda para o bairro dos Barris. Momento de festa para uma categoria cansada de não ser representada à altura. Nessa nova sede, planejamos nossas ações ao longo de anos e, lamentavelmente, perdemos o querido colega e amigo Milton Bellitani, professor de história, que lá se acidentou construindo aquilo que seria o nosso primeiro e novo auditório próprio.

A vida de professor da UFBA

Tão logo me formei, ainda dando aulas no segundo grau, comecei meu envolvimento com o Instituto de Física. Havia convidado o professor Cláudio Guedes para dar aulas no segundo grau no Social e lá trabalhamos juntos por um pequeno período. Esta foi a oportunidade para que ele, percebendo a necessidade de professores para o Instituto de Física, indicar o meu nome e, então, fui convidado, já em março de 1978, a entrar no Instituto para ser professor-colaborador²¹. Retomando, ou melhor, quase nem saindo do Instituto, agora como professor, percebi que havia muita coisa a ser realizada na disciplina para a qual fui contratado: Física Geral e Experimental I (FIS001). Junto com os colegas,

²¹ O professor-colaborador era uma categoria criada nas universidades públicas para poder contar com professores contratados por tempo determinado e sem concurso público, em princípio em caráter emergencial, para dar aulas complementares em função da ausência temporária de professores nos Departamentos, como gravidez, afastamento para pós-graduação, doença, entre outros. Mais adiante, veremos o quanto essa *categoria* de professor de eventual passou a ser permanente, até os dias de hoje.

começamos uma grande reestruturação da disciplina. Foram inúmeras reuniões, seminários, envolvimento com os diretores acadêmicos e colegiados de Biologia, Farmácia e Licenciatura em Ciências Naturais para pensar uma nova FIS001, mais adequada aos futuros profissionais que dali saíam para o mundo do trabalho. Reestruturamos muitas coisas, implantamos um novo laboratório para o curso, novos módulos de experiências e novas abordagens teóricas. Fui logo alçado a coordenador da disciplina e, durante cerca de quatro anos, trabalhamos juntos, Judite Almeida, que era a nossa mestra decana, Sérgio Esperidião, Maria Cristina Martins (na época, hoje Penido), Ivanilson Trindade e eu. Tínhamos a companhia de Roque, servidor técnico-administrativo que nos dava suporte no laboratório.

A crise da universidade já se nos apresentava como uma realidade. O Instituto de Física sempre esteve muito presente em todas as movimentações da categoria dentro da UFBA. A nossa Associação dos Professores Universitários da Bahia (APUB) tinha uma presença muito forte dos físicos, e o Instituto sediava muitas das suas atividades. Era ainda um período difícil da ditadura militar e as greves foram se sucedendo, pois as condições do ensino superior, desde aquela época, eram lastimáveis. O movimento docente crescia e, imediatamente, passei a me incorporar às lutas, participando da APUB e, conseqüentemente, das greves que começaram a acontecer durante todos esses meus primeiros anos de professor da UFBA. Participava ativamente de todas as assembleias e discussões sobre os movimentos e, junto com outros colegas, como Itamar Kalil, Fritz Gutmann, Ronaldo Mota, Emanuel Nelito Araújo e Edison Peixoto e, à

época, os estudantes Isabel Matos e Iami Rebouças. Tinha muito mais gente, claro, mas a memória não ajuda a lembrar todos os nomes. Destaquei esse grupo, pois tivemos, na greve de 1980, uma participação singular. Criamos uma comissão, junto ao Comando de Greve, que deu o que falar. Era a CAC – Comissão de Agito e Cascata. Obviamente esse era o nome fantasia, que nos autodenominávamos junto ao Comando, pois estava em nossas responsabilidades promover atividades para que a greve fosse, de fato, uma greve de ocupação. Foram memoráveis as nossas saídas pela cidade com carro de som, pedindo alimentos para distribuir para os servidores técnico-administrativos em função dos cortes dos salários praticados pelo governo. Mas a CAC vivia plenamente o período do chamado desbunde, pois era o momento que começam a retornar ao país alguns dos exilados em consequência da ditadura militar. Organizamos na sala 105 (acho que era esse o nome) do Instituto de Física alguns debates e lembro bem de um com Juca Ferreira e Renato da Silveira, justamente sobre “O desbunde e a política” (o nome era mais ou menos esse). Saíamos pelas praias fazendo panfletagem, organizávamos festas, como a “Festa da Lua”, em São Lázaro, festas monumentais na Escola de Belas Artes, que se transformavam em festas da cidade, pois a animação era enorme e praticamente virava um evento da cidade e não só da UFBA. A universidade, a bem da verdade, interagia mais com a cidade. Realizamos, no Campo Grande, uma grande feira, que durou um dia inteiro, onde cada unidade da UFBA tinha um estande, e os professores – estávamos quase todos por lá – e os estudantes passavam o dia todo realizando atividades, e a população para lá acorria.

Como professores-colaboradores estávamos na universidade sem nenhuma garantia profissional e desempenhando todos, exatamente todos, os papéis dos professores efetivos. E o número de substitutos crescia assustadoramente. Era um período de intensa mobilização política e sindical. Na UFBA, com a APUB praticamente funcionando dentro do Instituto de Física, promovemos muitas mobilizações e, dentre as tantas graves que fizemos – eram praticamente anuais – uma delas foi marcante: a de 1980, que tinha como uma das reivindicações a solução para o crescente número de professores colaboradores. Não tenho esse número relativo à UFBA, mas era uma quantidade impressionante. De acordo com Jorge Abrahão de Castro, em sua tese de doutorado, na época, 1979, dos 33 mil membros do corpo docente das instituições autárquicas brasileiras, cerca de 1/3, ou seja, 10 mil eram professores-colaboradores²². Tenho na lembrança²³ que a minha incorporação como professor assistente se deu após a greve de 1980, quando era ministro da educação o general Rubens Carlos Ludwig, que ocupou o cargo de 1980 a 1982, sendo Presidente da República o general João Batista de Oliveira

²² CASTRO, J. A. **O processo de gasto público na área de educação no Brasil**: o Ministério da Educação e Cultura nos anos 80. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas-SP, 1987, p. 160.

²³ Não consegui localizar nos meus arquivos funcionais a confirmação desta informação e as leituras que fiz não me permitiram confirmar se foi neste período mesmo. O colega Arthur Matos me ajuda nesta lembrança, mas também sem muita certeza. Tudo indica que fomos incorporados através do decreto 85.487, de 11 de dezembro de 1980.

Figueiredo, já no período de distensão. No meio das negociações para o fim da greve, o Ministro incorporou, por decreto, todos os professores-colaboradores em exercício naquele momento. Desta forma, minha vida formal na UFBA tem início retroativo a 19 de abril de 1978, data do meu primeiro contrato como professor substituto.

O envolvimento com a UFBA foi num crescendo sem parar, afastando-me das escolas particulares. Assim, dediquei-me, integralmente, à pesquisa, ao ensino e à extensão. Sempre mesclando, o ensino da física e da ciência, a educação, a cultura e as tecnologias. Nessa época, eu já tinha um bom vínculo com a Faculdade de Educação, que fora iniciado desde as disciplinas pedagógicas que cursei como parte da licenciatura em Física. Durante o tempo do Instituto, fui muito incentivado por um querido professor, Humberto Tanure, muito duro, mas sempre muito atencioso e disponível. Além de Tanure, outro mestre que marcou minha formação pela forma como nos apresentava o conhecimento científico e como discutíamos a Física, foi o também querido professor Benedito Leopoldo Pepe. Pepe marcou-me, juntamente com aquele que seria meu guru, ao longo de toda a vida, Luiz Felipe Perret Serpa, a quem dedicarei mais espaço adiante, pela sua visão da ciência, da história e filosofia da ciência. Tanure, por outro lado, marcou-me pela sua crítica às matérias pedagógicas e à Faculdade de Educação (Faced). Tinha uma excelente relação com meus ex-professores e depois colegas da Faced e, claro, compreendia claramente as críticas feitas por Tanure, sem, no entanto, concordar com todas. Verdade que as críticas levantadas por ele, tinham certa simpatia em todo o Instituto e, vejo ainda hoje, pare-

ce ser uma posição meio corriqueira em diversas universidades, aqui no Brasil e no mundo. Certamente, este é um belo tema que ainda merecerá ser aprofundado e que, pelo menos levemente, voltarei a tratar. Lembro até hoje de estar com Tanure, sentado nos sofás que ficavam na portaria do Instituto, quando lhe contei que estava fazendo uma excelente disciplina chamada Metodologia do Ensino Superior. Após uma solene gargalhada, Tanure afirmou em alto e bom som: *não existe metodologia do ensino superior... Isso é bobagem! Metodologia para o ensino superior é sentar a bunda na cadeira e estudar... cabô!!!* Percebi, na hora, o tamanho do desafio que teria pela frente com o meu projeto de ser professor e pesquisador da educação. E isso, terminou sendo motivador para enfrentar todos os desafios que viriam pela frente.

Ao longo do curso, fui me dividindo entre as aulas do curso de Física, as matérias pedagógicas na Faculdade de Educação, as aulas que ministrava no ensino médio e o nosso Sindicato. Nesse contexto, começo a me preocupar também com a ocupação dos espaços da mídia, fosse para os temas da educação, fosse para os temas da ciência de uma maneira geral. O mesmo Tanure, em 1979, escreveu um pequeno documento de uma ou duas folhas, fazendo uma crítica a uma apostila de Física II sobre a Teoria dos Erros. Intitulou este documento de *Panflete*. Gostei muito da ideia! Sempre considerei que ficávamos muito fechados em nós mesmos, dentro da universidade, esperando o término de artigos sofisticados para que pudéssemos discutir as ideias, as primeiras ideias. Sem conhecer ainda, já pensava e procurava agir na linha do Acesso Aberto que, mais tarde,

passaria a ser meu objeto de estudo, tendo como referência entre outros autores, John Willinsky, Stevan Harnard e Gary Hall²⁴. Voltando aos *Panfletos*, como gostei da iniciativa, dei andamento à proposta e passei também a escrevê-los, irregularmente, tanto no Instituto de Física como depois em outros setores da UFBA, e também quando estava no INEP, na FUNTEVÊ (Fundação Centro Brasileira de Televisão Educativa) e na USP. A ideia pegou, vários deles circularam, uns polêmicos, outros apócrifos, mas o importante era que as informações circulavam possibilitando a discussão das ideias. Quando escrevi o *Panfleto sobre as licenciaturas*, creio em 1982, fazendo-o circular entre os colegiados e os departamentos da UFBA, houve uma grande reação, já que fazia uma dura crítica às licenciaturas de curta duração que o Colegiado de Ciências à época defendia. Mas não somente o conteúdo dos Panfletos geraram polêmicas, também a sua forma. Uma professora chegou a comentar comigo: “como pode, um *panfleto* na academia?!”. Percebo que aqui, mais uma vez, estávamos pensando em rede, em listas de discussão, só que ainda não tendo a internet à disposição.

E fomos além dessas provocações via Panfletos. Aqui, a SBPC retorna à minha vida. Ainda como jovem professor da UFBA, acompanho a decisão de realizar em Salvador, a 33ª reunião anual da entidade. Não tive dúvida e me coloquei à disposição da professora Maria de Azevedo Brandão, então secretária regional, para ajudar na programação do evento,

²⁴ No meu segundo pós-doutorado, na Universidade Trend de Nottingham trabalhei com essa temática.

que aconteceria na UFBA, entre 8 e 15 de julho de 1981. No fundo de sua casa, no bairro da Federação, em um quartinho, reuníamos-nos quase que diariamente para tratar de todos os detalhes desse evento que, já sabíamos, seria de grande porte com uma verdadeira multidão de participantes, uma vez que a SBPC continuava a se constituir um importante espaço de resistência à ditadura militar e pela defesa da democracia.

Não foi fácil a organização daquela reunião pois tínhamos que atuar de forma a viabilizar tudo, numa Salvador e UFBA sem infraestrutura para grandes eventos. Lembro de participar de comissões como a de transporte, que, vendo a dificuldade de locomoção da turma jovem, incluiu dentro das pastas uma folha impressa com os dizeres: “Carona – participante da SBPC”. Coisa impensável nos violentos dias de hoje, esse simples papel possibilitou a circulação de muita gente pela cidade e, claro, o estabelecimento solidário de muitos e muitos encontros e farras! Mas lutamos também por algo muito simples, como a criação do cartaz da reunião anual. Queríamos o cartaz oficial sendo produzido aqui e distribuído para todo o país, já que a reunião era aqui sediada. São Paulo comandava tudo, como de costume, e não aceitava o nosso cartaz. Tínhamos criadores competentes, e nosso desejo era de que o cartaz oficial tivesse a nossa cara. Defendemos essa proposta o tempo todo e fomos vencidos, sendo produzidos dois cartazes. Afimeei no artigo já referido²⁵ que o nosso cartaz, “elaborado por Carlos Sar-

²⁵ PRETTO, N. A SBPC e a ciência na Bahia, Salvador: **A Tarde**, 14.07.2011, p. 2.

no, estampava a imagem de pessoas enfiando suas cabeças em buracos de um muro e saindo com elas... quadradas. Queríamos uma ciência redonda! Queríamos uma ciência redonda, que rolasse e levasse consigo uma multidão de jovens cientistas que não pensasse de forma quadrada, muito menos enquadrada. Uma ciência e uma entidade que compreendessem que fazer ciência é fazer política.”

Mas ainda tínhamos uma outra novidade marcante e sustentada com vigor por Maria Brandão: a instalação de um escandaloso circo no meio do campus de Ondina da UFBA. De novo, trago o artigo já mencionado pois ele relata bem o que queríamos. “O circo de 81 representou a ciência das massas e para as massas. Não era só o espaço para as atividades culturais, que eram muitas e animadas, mas o espaço dos grandes debates acadêmicos e, principalmente, políticos. O campus de Ondina da UFBA estava tomado por barracas de comidas e bebidas, gentes barbudas e cabeludas, cientistas anônimos e famosos, que, ao passarem, levavam junto uma legião de admiradores. Estes, atentos, lotavam as salas nas animadas conferências. Quando o famoso era muito famoso, e o tema muito quente, a sala se tornava pequena. Imediatamente começava a gritaria: circo! circo!, indicando a necessária e imediata transferência para o grande palco daquela 33ª Reunião Anual. Emocionante!”²⁶

O circo nunca mais abandonou a SBPC e, por várias vezes, afirmo que as reuniões da SBPC se constituem em verdadeiras festas da ciência.

²⁶ Idem, ib.

Neste período, além das atividades já mencionadas, fui convidado por Vivaldo da Costa Lima - então diretor da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia - para dar uma consultoria ao programa educacional no Centro Histórico de Salvador, que abrigava principalmente, os bairros do Pelourinho e Maciel. Aceitei o desafio e, em um primeiro momento como consultor, terminei assumindo a coordenação do projeto educacional da Fundação. Foi um rico tempo, porque tive a oportunidade de viver de perto o desafio de ajudar aquela criançada, filhos das prostitutas que moravam na área, verdadeiramente jogados no mundo. Montamos um programa educacional que não fosse apenas centrado em conteúdos, já que grande parte daqueles meninos não estava na escola formal e não podíamos condicionar a participação no nosso programa à matrícula no ensino regular sob o risco de estarmos cometendo uma dupla discriminação. Foram dois anos e pouco (1979/1981) de uma rica experiência. Depois daí, tão rico quanto, assumi o trabalho no *Projeto de Reestruturação da Área Cultural do Estado* (PROAC), quando Geraldo Machado era o Presidente da Fundação Cultural do Estado da Bahia, durante os anos de 1981 e 1982. Esse projeto, instituído através da Portaria nº 50 de 01/06/1982, era coordenado por Gisélia Figueiredo Passos, e participavam da equipe Juca Ferreira, Manoel Manuca Passos Pereira, Maria de Lourdes Souza e Silva e eu. Um trabalho de pouco mais de um ano, mas que me permitiu estabelecer *links* com os mais diferentes segmentos da cultura baiana, em suas mais diversas vertentes. Cada dia mais ia percebendo que, sem internet, sem grandes tecnologias, começaram a fazer parte do meu vocabulário e do meu cotidiano palavras como intera-

ção, conexão, *links*, multiculturalidade, multirreferencialidade, redes, hipertextos, local, não-local, diferenças. Tocávamos o projeto quando nos chega uma provocação do governo de São Paulo, na época sendo o governador Paulo Maluf, já em final de mandato, para a realização de uma grande feira, a Feira da Cultura Brasileira. A ideia do projeto era levar para São Paulo, manifestações culturais de todo o Brasil e o desafio, lá e cá, era constituir uma mostra significativa de cada região. Além disso, do ponto de vista político, tínhamos de avaliar se aceitaríamos um convite que tinha um jeitão bem eleitoreiro. A decisão foi encarar o desafio e escancarar... Organizamos uma tremenda mobilização na Bahia e conseguimos reunir uma delegação de cerca de 300 artistas, estando nós na retaguarda dessa invasão baiana. Foi a única delegação que resolveu botar a boca no trombone em São Paulo. Muitos debates, Juca à frente, música, poesia, artes plásticas, cinema, e muito, muito barulho e fumaça na capital paulista. Quase transformamos a feira em Feira da Cultura Baiana! Na Praça da Sé, o ainda desconhecido Lazo Matumbi soltou a voz e encantou. A retaguarda, se a memória não falha, tinha muito mais gente além dos já citados, entre os quais Tuninho Borges e Vander Prata. No processo de mobilização, lembro como se fosse hoje, a nossa luta por uma participação democrática e ampla. Convidamos o Sindicato dos Músicos para ajudar no processo de seleção dos que iriam e, quando nos deparamos com a lista, eram só os do próprio Sindicato. Espalhamos a notícia, queríamos participação ampla e os demais músicos soltaram o verbo e, com isso, conseguimos reverter, ampla e profundamente, a lista de participantes. Nada fácil este trato com a política sindical!

Mas fomos, voltamos e creio que esta ainda é uma parte da história da cultura baiana que merece ser resgatada e aprofundada.

A cada dia ficava mais evidente a necessidade de uma especialização em algo que não fosse exatamente a Física. Ficou claro para mim que teria de ser em educação. Ainda dando aula em cursinhos pré-vestibulares, (quase ia me esquecendo dessa terrível e desgastante façanha, que me deu muita experiência, um pouco de dinheiro e também muita tristeza e aborrecimento! Mas, para falar mal deles, tinha de estar lá e foi o que fiz) tentei a seleção no Mestrado na Faculdade de Educação da UFBA. Era o ano de 1980. Fiz bem as provas, e chegou a hora da entrevista. Ao sentar para ser entrevistado, frente a uma banca que incluía uma professora-doutora da famosa Universidade de São Paulo, que ali trabalhava como professora visitante, fui recebido com uma pergunta a queima roupa feita por ela: *you sabia que como professor de cursinho you ganha duas vezes mais que eu, doutora em psicologia da Universidade de São Paulo?!* (Lembro como se fosse hoje a imponência do uso da palavra USP, dita *de boca cheia*, como dizemos aqui na Bahia!). De pronto, respondi: *problema seu!* Na mesma hora que a resposta saiu, concluí que a entrevista poderia ter terminado ali, pois não seria daquela vez o meu acesso à tão esperada Pós-graduação. Não desisti. Ao longo do ano seguinte, fiz, como era permitido, quatro disciplinas como aluno especial, incluindo uma com a tal professora-doutora, Psicologia da Educação, onde durante um semestre exercitamos a elaboração de planos de aulas com base nas teorias behavioristas, muito em moda na educação naquela época. Dois anos depois, pois a seleção só ocorria de dois em

dois anos, entrei no Programa de Pós-graduação em Educação da Faced. Fiz o curso e a dissertação, mesmo continuando a dar aulas e a coordenar os laboratórios no Instituto e na UFBA como um todo, inclusive participando de outra monumental greve, em 1982, que me rendeu, entre outras coisas, uma ainda mais monumental briga com minha orientadora! Somente no último semestre, meu Departamento me liberou das aulas para poder dar a redação final à dissertação, o que foi feito em computador Itautec na sala do departamento de Física da Terra do Instituto de Física, durante os meus tempos livres à noite. Foi uma experiência incrível e exaustiva. Como eram trabalhosos aqueles primeiros programas de computador, mas, assim mesmo, já começava a ver o quão fascinante aquilo poderia ser.

Como todo mestrando, cheguei com um anteprojeto amplo, buscando aglutinar todas as coisas que fazia. Pensava em tantos temas por estar lotado no Instituto de Física - que me dava todo o apoio, o tempo todo! - me sentia muito preso a escolher uma temática em que o ensino da física ou, no máximo, das ciências, fosse o centro. Foi muito difícil. Cada vez mais ampliava a temática, não diferindo de todos os iniciantes na pós-graduação, seja mestrado ou doutorado, especialmente nas humanidades. Como disse na introdução de minha dissertação, "em 1976, ainda como estudante do curso de Física da UFBA, mas já como professor de Física, em colégios particulares de Salvador, fazíamos (ah! porque terminei escrevendo na primeira pessoa do plural!!! nada mais detestável e formal!!!) uma disciplina, na Faculdade de Educação, com o prof. Luiz Felipe Serpa. Foi essa a primeira oportunidade de colocar *pra fora* um pouco das angústias sobre nossa prática em sala

de aula, sobre uma abordagem um pouco (na época pensávamos que era só um pouco!) diferente do ensino da Física(...)"²⁷. Angústias que me levavam a pensar no ensino de ciências nas classes populares, o ensino de ciências em áreas de pobreza, as formas de percepção dos fenômenos naturais e o ensino de ciências, as ciências das classes populares, e mais um mundo de temas e subtemas, de objetos de pesquisa. A temática dos livros didáticos surge como aglutinadora de quase todas estas temáticas e, desta forma, sob a orientação da professora Iracy Picanço, concluí a dissertação: *Os livros de ciências da primeira à quarta série do primeiro grau*. Na construção deste trabalho, foram fundamentais as orientações de dois grandes professores, depois colegas e amigos: Luiz Felipe Serpa e João Zane-tic. Sem os dois, eu não teria feito nada, pelo menos na direção do que fora arquitetado. Felipe Serpa, depois Reitor da UFBA, exerceu sobre mim forte influência ao longo de toda a minha formação. Eram memoráveis, ricas e agradáveis suas aulas na Faculdade de Educação durante a minha graduação. Foi a oportunidade para, longe do Instituto de Física, conhecer e aprofundar as teorias de Thomas Khun, Carl Popper, Paul Feyerabend, entre tantos outros. Suas aulas nos levavam a pensar para além da ciência moderna, e com ele, navegávamos por outros saberes. Até hoje tenho ao meu lado a referência de Robin Horton²⁸, com o texto *Diferenças entre culturas tradicionais*

²⁷ PRETTO, N. L. **Os livros de ciências da primeira à quarta série do primeiro grau**. Dissertação (Mestrado), UFBA/Faced. Salvador/BA, 1983.

²⁸ HORTON, R. *Diferenças entre culturas tradicionais e culturas de orientação científica*. In: DEUS, J. **A crítica da ciência**. Rio: Zahar, 1974. p. 187-205.

e culturas de orientação científica. Como afirmei, ao longo do mestrado, estive muito próximo de Felipe e, não raro, partia para Ouro Preto, onde ele coordenava o escritório local da Fundação Pró-Memória, para com ele discutir o meu trabalho e, claro, beber uma boa cachacinha mineira.

Antes de passar para a reta final do mestrado, que deu o que falar, creio ser importante mencionar um movimento do qual participei ativamente no bairro onde moro, o Rio Vermelho. Bairro historicamente ocupado por pescadores, local da tradicional festa de Yemanjá, no dia 2 de fevereiro, bairro boêmio e repleto de espaços culturais. Como morador do bairro, junto com muitos outros amigos, percebemos que havia ali uma velha fábrica de papel que estava abandonada. Tínhamos informação de que sua operação já estava acontecendo em outra cidade perto de Salvador e que, em breve, a fábrica poderia ser destruída. Com uma imponente chaminé, marca do período da industrialização, a fábrica, apesar do seu estado de quase abandono, constituía-se num espaço marcante na fisionomia do bairro. Começamos um movimento, que ficou conhecido como o Movimento da Fábrica, lutando para que a mesma fosse transformada em um centro cultural, nos moldes do que acontecera em São Paulo bem poucos tempos antes, com o Centro Cultural SESC Pompeia. Entrei de corpo e alma nesta batalha. Foi algo sensacional do ponto de vista de mobilização e de agitação na cidade. Em vez de passeatas, fazíamos *danceatas*.

Promovíamos atividades culturais, festas, palestras, peças de teatro, em todos os espaços do bairro e em volta da fábrica, como se o centro cultural já estivesse em pleno funcionamento. Aproveitávamos todas as

oportunidades de minhas viagens a Brasília por conta da universidade, e agendava encontros com o Ministro da Cultura. Íamos até a casa de Jorge Amado, no bairro, para gravar depoimentos com ele em coletivas à imprensa que nós mesmos agendávamos. Fui falar sobre o movimento no Conselho de Cultura do Estado da Bahia, conselho do qual, depois, entre 2006 e 2010, fui membro titular. Minha preocupação com a memória, desde e sempre, me fez ter praticamente quase tudo que saiu na imprensa ligado à esse movimento, estando hoje disponível numa página da internet²⁹.

Nosso documento de trabalho, com as bases do nosso movimento e campanha foi escrito a muitas mãos.

Mesmo longo, penso que vale a pena trazer para cá um pedacinho daquele texto.

A Bahia do bonde, do veraneio sossegado nas praias de Amaralina já passou. A cidade atualmente vive um momento no qual já precisou até de cirurgia plástica de coqueiros transplantados com placas de sinalização e tudo, prá poder revitalizar a sua paisagem tropical.

Uma nova cidade com novos costumes abre caminho à força, espremida entre braços de mar, becos estreitos e preguiçosas ladeiras. O que passou, passou, mas está marcado para sempre na memória da cidade e no coração do seu povo, tão apaixonado pela sua

²⁹ No Facebook: <https://www.facebook.com/movimentodafabrica>. Acesso em 10 nov. 2014; no Youtube, um vídeo, fruto de um audiovisual que eu mesmo produzi a partir dos slides que tinha: <http://bit.ly/movimentodafabrica>. Acesso em 18 nov. 2014.

cidade, porque nela se reconhece, porque ela é uma extensão do seu sofrimento e de sua alegria.

Salvador tem um jeito de corpo, traz o ritmo e as marcas dos longos anos de gostosas convivências com o seu povo.

É um pouco desta cidade que, sem saudosismo, ou apesar dele, devemos preservar, enfrentando inimigos poderosos, dos quais um dos piores é o nosso próprio desânimo, desilusão, conformismo e indolência diante da progressiva destruição física e cultural da cidade. Os espaços destinados ao lazer são abandonados, e a cultura relegada em segundo plano em nome de prioridades discutíveis. A miséria e a falta de recursos justificam o desmazelo e a mediocridade.

Estamos resolvidos a sair desta pasmaceira, dessa indesculpável indiferença com o que se passa em Salvador, e acreditamos que este é um sentimento comum e que tende a se manifestar cada dia com mais força e amplitude³⁰.

A fábrica foi demolida. No lugar, um posto de gasolina e uma loja McDonald's ocupam o lugar onde queríamos cultura, lazer e diversão. A chaminé ficou, como memória para nossa luta, ou, quem sabe, provocação, para demonstrar a força do capital e a estreiteza de visão dos nossos governantes.

Mas voltemos ao meu mestrado. A apresentação final ocorreu em setembro de 1983, e, nos questionamentos da

³⁰ Documento “Uma proposta de intervenção no Rio Vermelho: Assuma a Fábrica”, versão em cópia reprográfica, em maio de 1984.

banca, um comentário de um dos seus integrantes merece destaque, pois, de certa forma, foi uma crítica que estimulou muito a minha postura acadêmica a partir dali. Dizia ele: “apesar da linguagem jornalística, o trabalho está bom...”. Ficou claro para mim que a busca de uma escrita que não seguisse os ranços da academia incomodava. Não poderia eu ter feito diferente, por um lado, pela concepção de ciência, universidade e educação que já tinha e que foi sendo aguçada com o passar do tempo: sempre acreditei na importância da relação da universidade com a sociedade e isso se materializava numa necessária e intensa relação com os meios de comunicação. Por outro lado, seria totalmente incoerente se meu texto de mestrado não fosse um texto que dialogasse mais intensamente com o leitor, pois esse foi o enfoque de toda a dissertação. Na busca de compreender como os professores viam a ciência e os cientistas, entrevistei os professores e assim escrevi sobre os resultados encontrados: “o cientista é visto como um indivíduo profundamente atípico, distante de todos e com características tão especiais que só uns poucos *iluminados* e socialmente bem posicionados podem fazer parte da chamada comunidade científica. Por conseguinte, a ciência é colocada como algo distante”³¹.

Insistia também, desde aquele momento, em um aspecto que se foi consolidando ao longo do tempo em relação à postura de cientistas e da própria ciência, que era, nos livros didáticos, apresentada como algo “absolutamen-

³¹ PRETTO, N.L. **A ciência nos livros didáticos**. Salvador; Campinas: UFBA; Unicamp, 1985. p. 25.

te a-históric[o]. Sem referência a seu processo de criação e muito menos ao contexto em que foi criada e, o que é pior, na tentativa de suprir esta lacuna passa uma visão da História da Ciência como se fosse, como já dizíamos, um armazém, um depósito onde se guardam as vidas dos cientistas, seus feitos e suas obras”³².

O resultado da pesquisa extrapolou em muito o ambiente universitário, mas não por conta do estilo da escrita e, sim em função das denúncias que continha. Esclareço: para analisar a concepção de ciência nos livros didáticos, primeiro foram identificados os livros de Ciências mais utilizados na Bahia. Identificadas as cinco coleções, partimos para, de um lado, analisar os conteúdos de cada uma delas e, de outro, identificar seus autores para entrevistá-los e, assim, buscar compatibilizar a visão de ciência de cada um com os seus produtos intelectuais, os livros. O livro mais utilizado na Bahia era “Ainda brincando”, de autoria de Joanita Souza, publicado pela Editora do Brasil. Comecei, então, a peregrinação para identificar a autora. O resultado foi surpreendente: ela não existia, ou pelo menos não tínhamos como identificá-la, muito menos encontrá-la. Ao longo dos dois anos de pesquisa, entrevistei diversos autores e editores e não conseguia chegar à autora campeã de vendas. Não tive dúvidas em escrever na dissertação que “o livro mais utilizado no 1º grau em Salvador não tem quem por ele se responsabilize, no que diz respeito ao seu conteúdo! Esta autora não existe? Quem fez este livro?”³³.

³² Idem, ib., p. 77.

³³ Idem, ib. p. 36.

A partir daí, o tema ganhou destaque nos principais jornais e revistas brasileiros³⁴, pois, de fato, era uma situação *sui generis*, uma vez que nos parecia inadmissível que os livros utilizados pelas crianças e professores fossem livros produzidos nas próprias editoras a partir de colagens de programas e conteúdos, já que, nas visitas que fiz às editoras em Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, encontrei arquivos com os programas de todos os estados e municípios que, certamente, subsidiariam a produção dos livros.

A dissertação foi logo transformada em livro e submetida à editora da UFBA e depois também à Editora da UNICAMP. Merece destaque aqui a crítica que o texto recebeu do parecerista que analisou a proposta do livro: para um texto que fazia uma profunda crítica à ciência e à postura dos cientistas, havia citação demais. Achei pertinente, e por demais curiosa essa observação, pois ela demonstrava a insegurança do jovem professor-pesquisador em enfrentar os cânones da ciência. Para tal empreitada, usei o recurso de repetir e usar, em alguns momentos *ad nauseam*, os argumentos de autoridade. Nada mais rico do que esses processos de análise pelos pares, para contribuir com o amadurecimento profissional. Feitas as devidas modificações, começou o longo processo para viabilização da sua publicação. A principal dificuldade enfrentada era conseguir a autorização das editoras dos livros

³⁴ No encarte que publiquei posteriormente, intitulado “Como foi enfrentada a burocracia para se produzir este livro – ufa!” foram listadas nas revistas: **Veja** de 30/09/1983, **Isto É** de 08/08/1984, e **Leia** de outubro de 1986, entre outros.

para o uso das imagens (*fac-similes*) das páginas analisadas. Os editores da UFBA não queriam enfrentar o poderoso conglomerado das editoras privadas – fortes até os dias de hoje – e assim, o livro não saía. Finalmente, em 1985, o livro foi publicado, e para o seu lançamento produzi um encarte com os recortes de jornais e um texto explicativo de todo o processo, que obviamente não foi incluído no livro comercializado, mas foi por mim amplamente divulgado e distribuído³⁵.

A grande repercussão do meu mestrado foi me empurrando, cada vez mais, para articular de forma muito intensa o Instituto de Física e a Faculdade de Educação, e ambos com o sistema de ensino público do Estado da Bahia. Eu continuava como professor do Departamento de Física da Terra do Instituto de Física, porém atuando na pesquisa junto à Faculdade de Educação, estreitando os laços já existentes entre estas duas unidades da UFBA. Não fui o primeiro a fazer esta ponte. Na Faced, já estavam Luiz Felipe Serpa, Estrela, José Luís, Bela Serpa, Hermes Teixeira, Sérgio Farias, se não me falha a memória, todos físicos ou químicos que estavam lotados no Departamento de Educação II.

Com um pé lá e outro cá, atuava no sentido de articular as duas unidades na pesquisa e nas intervenções na sociedade. Começamos, então, – e aí tenho que falar na primeira pessoa do plural mesmo, dado que uma grande quantidade de colegas foi sensível à minha provocação e passamos a montar um maravilhoso grupo –, a trabalhar na perspectiva de realizar

³⁵ PRETTO, N.L. Encarte *Como foi enfrentada a burocracia para se produzir este livro – ufa!*, Ilustrações. Girafa. Brasília/DF, maio de 1987.

uma série de encontros que nos possibilitasse articular a pesquisa científica da universidade com a realidade educacional das escolas públicas do Estado da Bahia. Foi assim que, em dezembro de 1984, realizamos o primeiro *Encontro sobre o Livro Didático na Bahia*³⁶ e, logo no ano seguinte, o segundo, desta vez com uma mobilização que envolveu todo o Estado. A ideia que presidiu esse movimento era a de articular intensamente a discussão sobre a qualidade dos livros didáticos com as políticas públicas, tanto para os livros especificamente, como também para as políticas educacionais em geral. Sempre nos foi muito claro que não adiantava pensar nesses campos de forma estanque. Ao mesmo tempo, outro princípio presidia nossas ações, desde os idos de 1985, e que já mencionei levemente: não adiantava produzir conhecimento sem uma comunicação profunda com a sociedade. Em outras palavras, era necessário atuar intensamente do ponto de vista acadêmico, ao mesmo tempo em que estar politicamente ativo e, principalmente, dialogando com a sociedade através de uma ocupação dos espaços midiáticos. Ainda hoje – e talvez mais ainda – esse princípio preside todas as minhas ações acadêmicas e não acadêmicas (existirá esta distinção?!). Mas voltemos à ideia de realizar os tais encontros. Começamos um verdadeiro trabalho de mobilização sobre a temática do livro didático. Todas as nossas ações partiam de um terceiro princípio: não adiantava chegar aos mais diversos cantos do Estado, se não tivéssemos, para partilhar este trabalho,

³⁶ <http://ripe.ufba.br/nlpretto/videos/encontro-livro-didatico-1985.avi>
e <http://bit.ly/livrodidaticobahia>, Acesso em 25 set. 2014.

colegas – que logo ficaram amigos e amigas – que colocassem a mão na massa. Foi este o critério. Quem toparia entrar nessa quase maratona de realizar pesquisas e estudos sobre a qualidade dos livros didáticos e, ao mesmo tempo, mobilizar professores dos diversos níveis para, simultaneamente, qualificarem-se e atuarem de forma intensa na transformação da realidade educacional do nosso Estado. Foi o que fizemos e, sem modéstia nenhuma, com muita qualidade. Os encontros preparatórios foram acontecendo em Alagoinhas, Barreiras, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Jequié, Juazeiro, Petrolina (PE), Lençóis, Paulo Afonso, Santo Antônio de Jesus e Vitória da Conquista. As universidades estaduais foram se mobilizando, interna e externamente. Foram mais de 33 municípios envolvidos diretamente, com mais de 3.000 professores participando e entrando na discussão. A repercussão foi imensa... Não me esqueço daquele dia de 1985, quando em Juazeiro, Bahia, participava de uma entrevista em uma rádio local. O locutor anunciava, meio eufórico, a presença do professor da UFBA que estava ao vivo nos estúdios – uma pequena sala com um gravador cassete e um microfone antigo – para discutir a qualidade dos livros didáticos com os ouvintes. Eu falava dois minutinhos, ele interrompia e anunciava uma música de Roberto Carlos. Enquanto a música estava no ar, e eu esperava a continuidade da entrevista, chegavam telefonemas de pais preocupados com os livros didáticos dos filhos. Inacreditável! Pessoas que ligavam do interior de Pernambuco e Bahia, ouvindo Roberto Carlos cantar e eu falando sobre a qualidade dos livros didáticos! Foi emocionante, e não me esquecerei desse momento. Isso se repetia em muitas cidades. A imprensa nos dava um espaço quase inacreditável, e

entendíamos que a razão disso era exatamente a mobilização e articulação que fazíamos entre teoria e prática. A universidade se abria e chegava perto daqueles que a consideravam inacessível, como algo distante que nada tinha a dar e receber. A universidade chegava, assim, bem mais perto de uma população simples e desassistida, mas com muito desejo de atuação e participação.

Essa preocupação em ocupar espaço na mídia com as questões da educação me acompanha desde sempre. Isso porque compreendo o papel da universidade em pesquisar importantes temas, mas que não podem circular apenas nas revistas acadêmicas. Por isso a nossa luta em defesa da divulgação científica, luta que conquistou importantes trunfos como a criação de uma aba própria no Currículo Lattes³⁷, especificamente voltada para a divulgação científica. Ainda temos muito que avançar, pois, apesar de lá podermos registrar nossas produções em divulgação, ainda percebemos que a avaliação da produção é tida como algo secundário, sem o devido peso.

Na realidade, o que colocamos como sendo fundamental é a ideia, um verdadeiro princípio, da democratização da informação. Voltemos aos *Encontros sobre Livros Didáticos*, porquanto materializamos esse princípio e retomamos a discussão sobre qual universidade queremos. Todo o trabalho de mobilização, divulgação e memória do II Encontro foi realizado numa forte articulação com a Faculdade de Comunicação,

³⁷ Sistema implantando pelo CNPq com o registro acadêmico da vida dos professores brasileiros (<http://lattes.cnpq.br>)

a partir da montagem de uma verdadeira central de produção de notícias, com a criação de um jornal, o *Boca a Boca*, totalmente produzido pelos 15 alunos da disciplina Prática de Jornalismo, sob o comando da professora Nadja Miranda. Estes alunos, viajaram, fotografaram, escreveram, gravaram vídeos, enfim, atuaram durante todo o semestre por conta da discussão da temática livro didático/educação. A mobilização deles foi enorme. O depoimento de uma estudante que participou da experiência demonstra a riqueza do processo: “foi uma grande oportunidade de trabalhar sério, sem ser uma coisa forjada”. Para a professora Nadja, além disso, a experiência possibilitou uma forma de se trabalhar na universidade como não é comum. Para ela “essa foi uma oportunidade enorme, uma coisa rara porque a gente não se vê, a gente não faz nada junto na universidade”³⁸. A mobilização foi tão grande que meus colegas, professores da Faculdade de Educação, num tom jocoso, chamavam o nosso trabalho de a *SBPC do livro didático*. Para a realização do II Encontro, conseguimos financiamento do INEP, da FAE e do CNPq, uma vez que queríamos que os professores tivessem todas as condições para participar, com um trabalho profissional e não apenas com ação voluntária. Os professores receberam passagens e diárias para viajar, repassamos verbas para as universidades estaduais atuarem no projeto, fortalecendo a ideia de rede, mas desde aquele momento, uma rede sem um centro maior, supervalorizado. De fato, a construção de um projeto coletivo com condições para a atuação coletiva de todos.

³⁸ Depoimentos no vídeo mencionado na nota 32.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) foi envolvido e envolveu-se de fato no projeto. Mais precisamente sua Diretora Geral, professora Vanilda Paiva, que sempre viu neste projeto uma possibilidade efetiva de transformação da realidade, tanto da política do livro didático como da educação de uma maneira geral. Sugeri a ela, o que foi prontamente aceito, tentarmos implantar algo semelhante ao que aqui fizemos, porém em nível nacional. Imaginávamos fazer uma grande mobilização de professores para analisar e discutir os livros didáticos e, consequentemente, todo o nosso sistema educacional. Por conta dessas ideias, recebi o convite para atuar no INEP, em Brasília, e montar uma proposta de intervenção do órgão sobre a temática do livro didático. Aceitei e, em março de 1986, fui colocado à disposição pela minha Universidade para atuar no INEP. As coisas não foram bem como esperado, mas fui para Brasília experimentar por quase dois anos o ar seco e o céu amplo do planalto central.

Dos livros didáticos à televisão

Permaneci em Brasília entre 1986 e 1987. Rica experiência que me possibilitou ter uma visão mais ampliada de como se constroem as políticas públicas no país. Os desafios foram enormes, e o trabalho original com livros didáticos sofria todo tipo de pressão das grandes editoras e reações dentro do próprio governo. A relação que tentávamos estabelecer com a FAE - Fundação de Assistência ao Estudante - órgão do MEC responsável pela política do livro didático no país - era muito difícil e não conseguimos avançar muito. Do ponto de vista funcional, para poder ficar à disposição necessitava de um cargo no INEP e fui, então, designado para a Coordenação de Estudos e Análises, apesar da portaria oficial referir-se a outro departamento, que era o que estava disponível para o momento. Nessa Coordenação, tive a alegria de trabalhar com inúmeras pessoas que vinham de universidades ou eram funcionários de carreira do próprio MEC e aqui, também, não foi nada fácil a coordenação dos trabalhos. Outras temáticas da educação faziam parte do conjunto de preocupações da Coordenação, contudo, o *velho* tema do livro didático estava sempre presente. Para qualquer ação do INEP nesta seara, não havia alternativa senão a de trabalhar articulado com a FAE, até porque concordávamos

com a necessidade de atuar organicamente no governo. Só que isso era quase impossível, pois havia concepções diametralmente opostas em termos de educação e de política de livro didático entre os dois órgãos. Era evidente que também existia uma enorme pressão das editoras sobre aquele órgão. O mercado do livro didático era – e ainda é! – muito poderoso, e os editores deixam isso explicitado sem meias palavras. Em 1984, como parte dos textos que subsidiavam os debates nos Encontros de 1985, ainda na Bahia, escrevi: “A mobilização dos editores, por sua vez, é perfeitamente compreensível já que, como disse o editor Sergio Vaissmann no XII Encontro Nacional do Livro Didático do 1º grau, organizado pelo Instituto Nacional de Pesquisa (INEP), ‘a indústria editorial não é composta de sociedades filantrópicas: o lucro é a mola mestra para o seu desenvolvimento’. É evidente que editores estão preocupados em defender o seu mercado, ainda mais nesse setor que só em 1982 faturou oito bilhões de cruzeiros com os livros didáticos. Livros, na verdade, que quase sustentam o mercado editorial de pelo menos um pequeno número de grandes editoras, já que, segundo o Sindicato Nacional dos Editores de Livros, de 1978 até 1981, 30% de toda a produção editorial brasileira foi de livros didáticos de 1º e 2º graus”³⁹. Portanto, o leitor já deve imaginar a dificuldade de tratar do tema dentro do Ministério, com vistas ao estabelecimento de políticas claras para o setor. Um salto no tempo e chegamos ao trabalho que realizamos em conjunto com Carolina Rossi-

³⁹ PRETTO, N. L. **Escritos sobre Educação, Comunicação e Cultura**. Campinas: Papirus, 2008. p. 115.

ni e Bianca Santana sobre os Recursos Educacionais Abertos (REA), tema a que voltarei mais a frente. O livro organizado por nós – *Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas e políticas públicas*⁴⁰ – apresenta um detalhado estudo sobre o tema realizado por Carolina Rossini e Cristiana Gonzalez, onde fica evidente, até os dias de hoje, o grande poderio das editoras e a enorme concentração nesse mercado.

Voltando ao INEP, as nossas reuniões com a FAE, para estabelecermos alguns parâmetros mínimos, eram difíceis, e os conflitos aumentavam quase que quotidianamente. As pressões eram de toda natureza. Lembro que na 38ª reunião anual da SBPC, realizada em 1986, em Curitiba/Paraná, fui entrevistado pelo jornal *Folha de São Paulo* sobre a questão e mantive, publicamente, as críticas que fazia nas reuniões internas do governo. Insistia que a FAE era um órgão com tamanha independência que nem se considerava MEC. O Secretário Geral do MEC, à época, era o ex-Secretário de Agricultura de Pernambuco, o muito hábil Aluísio Sotero, sendo Ministro o também pernambucano Marco Maciel. Mantínhamos com Sotero um bom diálogo. Era diretora de Pesquisa do INEP a professora da Universidade Federal do Paraná, Acácia Kuenzer, e o diretor geral, o professor Pedro Demo. Em todas as oportunidades, alertávamos sobre a situação difícil com a FAE. O seu orçamento sempre foi maior que o de muita Secretaria do próprio MEC. Depois da publicação

⁴⁰ SANTANA, B.; ROSSINI, C.; PRETTO, N. L. **Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas e políticas públicas**. Salvador: Edufba, 2012. Livro disponível em: <http://www.livrorea.net.br>. Acesso em 3 nov. 2014.

das minhas declarações, fui diretamente para uma reunião da FAE que ocorreria na Fundação João Pinheiro, em Belo Horizonte. Ao chegar, o circo estava armado. Quase não houve a reunião, já que fizeram uma pressão enorme sobre mim. Continuei sustentando que, antes de tudo, era um acadêmico que estava naquele cargo, e que não poderia deixar de colocar publicamente minhas divergências internas aos órgãos do governo, quando percebia que questões quase que elementares não eram encaminhadas, simplesmente por falta de decisão política. A reunião terminou num clima muito tenso, e retornei à Brasília. Tive apoio, como de costume, da direção geral do INEP. Não sofriamos pressão para implementar as nossas propostas e projetos, mas, por outro lado, essa liberdade de atuação era, ao mesmo tempo, acompanhada de muito pouco envolvimento da direção geral na condução das políticas. Exceto, claro, quando a pressão extrapolava os limites da chamada normalidade. Isso aconteceu, ainda com a temática livro didático, quando Pedro Demo, muito pressionado, chamou-nos para pedir esclarecimentos. Esse foi mais um dos episódios vividos que demonstra como se construía a política do livro didático no país. Vamos aos fatos. A pedido do Ministro Marco Maciel, o INEP recebeu uma coleção de livros de matemática, de autoria de Arnaldo Niskier, para serem analisados. Nossos planos e projetos sobre o tema não incluíam a possibilidade de o INEP fazer análise de livros didáticos. Porém, dessa vez, vinha com uma ordem do Ministro! Tínhamos, por outro lado, um grande banco de dados de pesquisadores de várias áreas, inclusive para os livros didáticos. Para dar andamento à demanda, encaminhamos a coleção para ser analisada por professores especialistas no

assunto, na Universidade de São Carlos. O parecer que nos retornou considerou o livro de qualidade desejável. Tão logo recebemos o parecer, o encaminhamos à direção e esta o enviou ao Ministro. Mais adiante, o jornal *Folha de São Paulo* estampa uma manchete denunciando que os professores do estado de São Paulo haviam recebido, sem os haver escolhido, muitos livros de matemática e que eram exatamente aqueles para os quais havíamos solicitado a avaliação. Tínhamos, como sempre, uma relação muito próxima com os jornalistas que cobriam o MEC. Ficávamos no anexo II do MEC, portanto perto da Assessoria de Comunicação, localizada no último andar do prédio principal. Nossa relação com os jornalistas era permanente porque acreditávamos ser importante poder tê-los por perto, pois, regularmente, tínhamos muitos pesquisadores, de todo o Brasil, participando de discussões sobre os rumos da educação brasileira, com base nos resultados das pesquisas em andamento, boa parte financiada pelo próprio INEP. Logo, aproximar esses pesquisadores da mídia era algo, no nosso entendimento, muito importante. No dia da matéria sobre livro didático, fui imediatamente procurado por uma jornalista para saber o que tínhamos sobre o tema. O resultado da análise que demandamos estava conosco, mas a demanda havia sido feita pelo Ministro em caráter sigiloso. Decidimos, então, não entregar os pareceres, mas confirmamos a existência da pesquisa e, passamos o nome do seu coordenador, professor Newton Duarte, da UFSCar. No dia seguinte, a *Folha* fez uma matéria bombástica sobre o tema e, claro, ela explodiu no meu colo, no INEP. Fiz um relatório completo sobre o caso, entreguei à direção, e não se tocou mais no assunto.

Uma das principais frentes que propusemos na época para o trato da questão do livro didático era, como sempre foi, o fortalecimento do professor. Acreditávamos que só com um professor fortalecido, bem formado e informado, poderíamos enfrentar a fúria das editoras e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade do ensino. Para chegar ao professor, desenvolvemos o projeto de um jornal impresso, que seria distribuído a todos os professores do Brasil, tratando da questão do livro e do ensino. Desenhamos o projeto e partimos para a sua execução e, em agosto de 1986, foi publicado o número 1 do *Jornal do Professor do 1º grau*, com uma tiragem de 335 mil exemplares.

Mais adiante, já não mais tão envolvido com o tema livro didático, continuei a publicar na imprensa alguns artigos sobre o tema. Em outubro de 1996, novamente na *Folha de São Paulo*, publiquei um artigo no qual mantive publicamente as críticas que vinha fazendo sobre a política do MEC. Afirmava, e isso é importante quando retomamos a ideia de uma base nacional comum para o currículo, que o importante era – e lamentavelmente continua sendo – termos “uma base – no nosso caso, escolas e professores – bem qualificada para tratar este material como qualquer material científico e cultural, ou seja, sujeito à crítica”. Sem isso, “não teremos solução para o problema. Ou teremos a pretensão de contratar alguns iluminados para elaborar, em Brasília, um livro ideal para ser adotado em todo o Brasil? Não podemos esquecer, aliás, que essa proposta sempre circulou no Planalto Central...”⁴¹.

⁴¹ <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/10/07/cotidiano/5.html>. Acesso em 27 out. 2014.

Ao mesmo tempo em que tínhamos esses problemas, percebi que conseguimos avançar bastante na direção de implementar uma política de financiamento mais democrática para as pesquisas em educação no Brasil. Mais do que isso, conseguíamos articular, o que me parecia muito importante, o desenhar das políticas públicas com a pesquisa científica. Foi assim que produzimos uma série de Termos de Referência sobre Livro Didático, Alfabetização, Formação de Professores e Ensino Profissionalizante, *Termos* que serviram de referência, como o próprio nome já diz, para a demanda de pesquisas em todo o Brasil. Para a montagem desses documentos, eram convidados pesquisadores renomados das áreas do conhecimento em questão e, durante três ou quatro dias, em Brasília, com o suporte do nosso grupo, se produzia um rico material conceitual sobre cada um dos temas. Desde a gestão de Vanilda Paiva, os *Termos* eram produzidos, e conseguimos dar continuidade a eles durante a gestão de Pedro Demo, intensificando a sistemática como uma forma de balizar as pesquisas que seriam contratadas pelo INEP. Esse conjunto de iniciativas e de financiamento de pesquisa culminava com outra interessante prática que me parece ser importante resgatar.

O INEP daquela época era uma espécie de agência financiadora da pesquisa em educação. Verdade que concorria um pouco com o próprio CNPq, e este foi mais um dos esforços feito por aquelas gestões, no sentido de aproximar as duas agências. Mas havia um grande diferencial: as pesquisas apoiadas pelo INEP tinham um acompanhamento por parte da equipe que estava na Diretoria de Pesquisa/Coordenação de Estudos e Análises. Esse acompanhamento se dava com a realização sistemática de grandes

encontros, com cerca de 20, 30 pesquisadores, financiados pelo INEP, que eram levados à Brasília, e permaneciam conosco em reunião durante dois ou três dias, participando de intensas discussões sobre os temas em questão e os andamentos das pesquisas, com a apresentação e a avaliação coletiva dos seus resultados. Este material dava subsídios para mais pesquisas e, principalmente, para a definição de políticas públicas por parte do Ministério. Obviamente, isso acontecia quando conseguíamos espaço nas agendas do Ministro e do Secretário Geral para a apresentação dos documentos. Foi exatamente por conta desses *Termos* que o INEP foi envolvido com a temática da educação a distância e da televisão educativa.

No ano de 1986, percebi, tão logo cheguei, certo interesse dentro do Ministério da Educação com o tema dos satélites na educação. Ainda era Vanilda Paiva a Diretora-geral e, lembro como se fosse hoje, quando entrei em sua sala ela me disse à queima roupa: “toma, leia este livro de Laymert que isso poderá ser útil para nós num futuro bem próximo”. Não entendi muito bem o porquê daquela indicação de leitura, mas fui cumprir a lição da nova chefe! O livro era *Desregulagens* de Laymert Garcia dos Santos, da UNICAMP⁴². Ele, em seu doutoramento na França, havia analisado o *Projeto SACI*⁴³ que se implantou no final da década de 1960, no Nordeste do

⁴² SANTOS, L. G. **Desregulagens, educação, planejamento e tecnologia como ferramenta social**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

⁴³ A experiência do Projeto SACI pode ser vista, entre outros, em ANDRADE, A. A. M. **Política e afeto na produção de identidades e instituições: a experiência potiguar**. Scielo, 2005. 30 v. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n30/a11n30>>. Acesso em 31 out. 2014.

Brasil. Devorei o livro e me encantei pelo tema. Nem bem terminei o livro, soube da saída de Vanilda Paiva e da entrada de Pedro Demo que, tão logo chegou, me convidou para permanecer no cargo. O assunto da educação a distância e do uso dos satélites ganhou espaço e, como havia dito da *tarefa* dada a mim por Vanilda para o novo diretor, ele me incumbiu de acompanhar o tema. Assim, como representante do INEP, participei do Ciclo de Debates sobre o Ensino a Distância, promovido pelo Ministério das Comunicações. Foi nesse momento que conheci Silvia Magaldi, que dirigia o setor de Educação da Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FUNTEVÊ), na época, uma fundação diretamente ligada ao MEC e que pouca relação com ele estabelecia. Com o INEP, então, nem sinal de alguma ação em conjunto existia. Participamos, portanto, do tal Ciclo de Debates que, como de costume, não avançou muito na questão, mas me possibilitou aproximar o INEP daqueles profissionais comprometidos com a televisão educativa que estavam na FUNTEVÊ. Compreendendo a importância do tema e da aproximação destes dois setores do MEC – FUNTEVÊ e INEP– começamos a trabalhar juntos, a partir deste Ciclo de Debates, iniciando a elaboração de programa de pesquisa e ações com o objetivo de realizar o levantamento e organização da produção teórica sobre o tema educação e televisão, ao mesmo tempo em que buscávamos construir um acervo de materiais educativos de televisão e rádio e, também, realizar ações de sensibilização, visando ao aproveitamento desses materiais. Porém não conseguimos dar andamento à proposta, por dificuldades nas duas instituições.

Nesta mesma época, representei o INEP na Comissão Interministerial que estudou a "possibilidade de implementação de um sistema de educação básica via satélite". Um pouco da história contei em meu livro *Uma escola sem/com futuro: educação e multimídia*, editado pela Papyrus em 1996⁴⁴ e, recentemente, em 2013, reeditado pela Edufba⁴⁵. Naquele ano de 1986, o Ministério das Comunicações tentou revigorar o *Projeto SACI* – mesmo sem explicitar o que estava fazendo – com esta Comissão Interministerial instituída pela portaria nº 3090/86, que envolvia os Ministérios da Comunicação e Educação. Percebi claramente que, na verdade, o interesse no tema era muito mais do Ministério das Comunicações do que do MEC. A primeira evidência desse deslocamento do centro de interesse estava nos representantes dos órgãos na Comissão. Enquanto do Ministério das Comunicações participava o alto escalão, como Secretário-geral (algumas das reuniões foram em sua sala, inclusive), a representação do MEC era apenas o INEP, que me tinha escalado como representante, portanto um funcionário do terceiro escalão de um órgão de terceiro escalão. E, mais uma vez, minha surpresa pela ausência da FUNTEVÊ na comissão. De qualquer forma,

⁴⁴ PRETTO, N. L. **Uma escola sem/com futuro: educação e multimídia**. 1ed. Campinas: Papyrus, 1996.

⁴⁵ PRETTO, N. L. **Uma escola sem/com futuro: educação e multimídia**. 8ed., revista e atualizada. Salvador: Edufba, 2013. Esta é uma versão atualizada (a 8ª versão do livro) e, o mais importante, licenciado em *Creative Commons* by NC, 2.5, estando, portanto, disponível para cópia, remixagem, adaptações e criação de obras derivadas, conforme a especificação deste tipo de licença. Retornaremos à temática do licenciamento mais adiante no corpo do texto.

assumi o compromisso interno no INEP de que estaríamos também *representando* a FUNTEVÊ, pelo menos era esse o nosso compromisso, do mesmo jeito que já fazíamos isso em relação aos pesquisadores que atuavam na área. Esse era o princípio de atuação do INEP naquele período, o de ser, em termos relativos, o porta-voz da comunidade científica nas definições das políticas públicas, que aconteciam nos gabinetes em Brasília. Achávamos importante poder participar desta Comissão com um respaldo maior da comunidade científica que se debruçava teoricamente sobre o tema, entre outras razões, por considerar a proposta, que nos era apresentada pelo Ministério das Comunicações, de grande envergadura. Porém, nossas posições eram sistematicamente derrubadas nas reuniões. O Ministério das Comunicações já possuía um plano para o uso do satélite na educação e ficava evidente que a presença do INEP (e do MEC), naquele momento, era secundária e sem nenhum poder. Algumas vezes, insisti internamente, de que era importante a presença do Diretor-Geral, Pedro Demo, nas reuniões, pois ficava evidente que a discussão e as decisões estavam em um nível muito acima do que eu poderia ali representar. Por outro lado, à medida que os debates aconteciam e tínhamos acesso às propostas, fomos verificando o que, de fato, já nos parecia desde o início. Primeiro, de que o uso do satélite que estaria sendo lançado já era uma definição estratégica do governo para ocupar a órbita geoestacionária à altura da Amazônia brasileira. O uso educacional, portanto, era uma maneira de justificar com argumentos sociais uma decisão já tomada do ponto de vista estratégico-militar. Segundo, o projeto que existia era uma repetição do antigo *Projeto SACI*, que passamos a conhecer a partir do livro de Laymert Garcia dos Santos, já referido. Era de tal forma primário o debate que, em

alguns momentos, propunha-se na reunião a emissão de aulas de 20 minutos para todo o país via satélite, seguidas de orientações locais nos restantes 40 minutos da hora, sem nem mesmo considerar as diferenças de fuso horário – aspecto questionado por mim numa das reuniões. Outro interessante fato foi termos recebido, em uma das reuniões, um documento completo com a proposta e sem nenhum timbre ou assinatura. Ao chegar ao INEP, percebemos que o referido documento era o mesmo documento da proposta do SACI idealizado pelo INEP, algumas décadas atrás, só que copiado sem os timbres que o identificavam. Pelas informações que nos chegaram depois, a comissão não mais se reuniu e não consegui encontrar nenhum documento posterior que apresentasse as conclusões dos trabalhos.

Esse envolvimento do INEP e meu, em particular, com os temas da comunicação (satélite, televisão, livros didáticos) possibilitaram que estabelecêssemos com INEP e FUNTEVÊ, um profícuo relacionamento, imediatamente apoiado pelas direções dos dois órgãos. No INEP, Pedro Demo, e, na FUNTEVÊ, Roberto Parreira. A partir dessa ação conjunta, começamos a montar a nossa própria agenda para o tema. Foi desta forma que nasceu a ideia de construirmos o *I Encontro Brasileiro de Educação e Televisão*, numa copromoção do INEP com a FUNTEVÊ, realizado em 1987, no Hotel Nacional, em Brasília. Nosso objetivo era o de "estudar e discutir questões básicas sobre a relação entre educação e televisão no Brasil de hoje, especialmente enquanto sociedade de comunicação de massa"⁴⁶. Esse encontro, que reu-

⁴⁶ *1º Encontro Brasileiro de Educação e Televisão*, folheto de divulgação, Brasília, junho, 1987.

niu profissionais das televisões educativas e comerciais de todo o Brasil, juntamente com acadêmicos e pesquisadores, foi fruto de uma árdua tarefa de organização, pois implantamos uma ação conjunta do INEP, que estava em Brasília, com a FUNTEVÊ, que estava no Rio. E não tínhamos internet. Foram telefonemas, ofícios, fax, reuniões no Rio e em Brasília, acertos da programação, financiamento, tudo feito coletivamente pelas duas equipes. Todo o evento foi gravado pela TVE do Rio para um futuro tratamento, mas, lamentavelmente, nada foi feito e, com isso, maravilhosos depoimentos foram perdidos, como de costume, num país de memória tão curta. Ao longo deste tempo, busquei localizar essas gravações fazendo contatos com a equipe do acervo da agora TV Brasil, pertencente à Empresa Brasileira de Comunicação. No último contato que fiz, desta feita com o gerente de Documentação e Pesquisa, Bruno Rasga, fui informado por ele de que “o processo [de digitalização] é lento e só para que tenha uma ideia, somente no formato *betacam* temos em acervo mais de 150 mil fitas.” Ainda de acordo com Bruno Rasga, já existe um “projeto chamado: Plano de Preservação, Disponibilização e Incentivo ao uso dos acervos EBC”, que prevê a recuperação de todas as mídias, a organização, padronização, unificação dos acervos herdados e a criação de um centro de memória, para agrupar todo o acervo e viabilizar a disponibilização dos conteúdos para a sociedade, dentre outras ações específicas para o tratamento e guarda dos acervos. É um projeto audacioso, que tem previsão de execução em um prazo de 10 anos e que, certamente, vai precisar do apoio de outras instituições”⁴⁷.

⁴⁷ Conforme troca de *e-mails* em fevereiro de 2015.

Hoje, volto a participar de encontros e seminários sobre a temática e percebo o quanto aquele evento foi pioneiro e o quanto, recomeçamos tudo no país.

Mais uma vez, mudanças no INEP. No meio do ano de 1987, Manoel Marcos Formiga, que já exercia cargos no governo federal e no CNPq, passa a ser o novo Diretor Geral do INEP. Num dos primeiros encontros comigo, o novo diretor colocou o assunto livro didático em pauta – tema que já havia sido seu objeto de estudo anteriormente – e apresentou as linhas da sua administração no que se referia a esse objeto, com a seguinte frase: “a partir de hoje, livro didático é comigo e começamos da estaca zero!” De pronto respondi: “e sem mim, claro!”. Não poderia concordar em *zerar* os últimos dois anos de trabalho coordenados por mim, mas que representava uma continuidade do que a equipe do INEP já vinha fazendo sobre a temática, com o argumento de que tudo seria iniciado do zero por conta de uma nova direção no órgão.

Comecei a providenciar meu retorno para a Bahia, para o Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia.

Como o trabalho relacionado à comunicação, televisão e educação terminou me aproximando muito da equipe da FUNTEVÊ, por sugestão de Silvia Magaldi, o então presidente da FUNTEVÊ, Roberto Parreira, formalizou um convite para que eu me transferisse para o Rio, para trabalhar na Diretoria de Educação da FUNTEVÊ, justamente sob o seu comando. Lá cheguei numa época de reestruturação total da Diretoria de Educação. Silvia, uma capacidade intelectual e um trator para o trabalho como nunca vi, estava rearrumando tudo. Foi assim que se criou uma nova Superintendência de Projetos Especiais, que assumi para tocar, basicamente, um projeto já existente

chamado *Universidade Viva*. A FUNTEVÊ e o CNPq, muito por força do representante do CNPq no Rio, Pedro Leitão, criaram o *Projeto Universidade Vídeo* que, apesar do apoio quase unânime da comunidade universitária brasileira, mal começou a ser implantado e foi abandonado. De certa forma, havia uma sinergia entre ambos e isso continuou até o final do primeiro projeto. Juntos nessa empreitada, com Silvia Magaldi, estavam Rosa Maria Bueno Fischer, Azuete Fogaça, Ana Lúcia Miranda, entre outras profissionais da educação que trabalhavam no "outro lado" da Rua Gomes Freire. Esse outro lado da rua merece uma explicação, pois foi, simbolicamente, um motivador para meus aprofundamentos teóricos sobre esta relação tão necessária: educação e comunicação. Escrevi num artigo para o *GT 16: Educação e Comunicação*, da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped) – um trabalho encomendado analisando o percurso do GT e recuperei um pouco da história: “(...) esse ‘outro lado’ nada mais é do que uma simbólica e contundente divisão entre a televisão (a comunicação), que ocupava o prédio ao lado direito da Rua Gomes Freire, onde estavam localizados os estúdios, transmissores e tudo mais da televisão, e a educação, que ficava do lado esquerdo da rua, bem em frente, fazendo com que a ‘conversa’ entre esses dois campos se transformasse em um diálogo um tanto quanto difícil”⁴⁸.

O tempo de Rio e de FUNTEVÊ (1987 e 1988) foi muito rico em termos de aprendizado e de vivência.

⁴⁸ PRETTO, N. L. Educação, comunicação e informação: uma das tantas histórias. **Revista Linhas**. v. 10, nº 2, dez. 2009: 17-33, p. XX.

Não posso deixar de mencionar que a cidade maravilhosa vivia um momento de muita agitação cultural. Estávamos em pleno processo de construção da nova Constituição brasileira. Havia muitas discussões políticas e a cena cultural era animada. Foi um período de ritmo de vida muito diferente daquele de Brasília e, também, bastante diferente da minha Bahia que, apesar de ter o mar lhe abraçando, não era – como ainda não o é – generosa com o seu povo. O Rio tinha um glamour que nos encantava. Não podemos esquecer também que, naquele período, ainda tive a oportunidade de viver a alegria que tomou conta da cidade durante o final de 1987 e início de 1988, no período que ficou conhecido como *o verão da lata*. Tudo porque um navio que vinha da Tailândia, de nome Solano Star, carregava toneladas de maconha prensadas dentro de latas hermeticamente fechadas. A história foi contada e recontada em muitas produções e matérias na imprensa, entre as quais um documentário do *History Channel*⁴⁹ e um livro do escritor carioca Wilson Aquino⁵⁰. A história é mais ou menos a seguinte: o tal navio, carregado dessas latas, já aproximava-se da costa brasileira, quando soube-se que o mesmo estava sendo objeto de monitoramento pelos Estados Unidos que pediram ao Brasil a sua interceptação. A tripulação não teve dúvida: largou no mar as toneladas de latas que, boiando solenemente, foram

⁴⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=3Bx8-5UJUgY>. Acesso em 03 fev. 2015.

⁵⁰ Aquino, Wilson. **Verão da Lata**: um verão que ninguém esqueceu. Rio de Janeiro: LeYa, 2012.

dar nas praias do Rio de Janeiro. O sol batia nas latas e reluzia. Via-se uma correria de nadadores e surfistas para o resgate do material precioso, e a festa estava feita. Ser *da lata* virou adjetivo, o chope era da lata, a festa da lata, tudo significando que era bom demais. Como disse, vivíamos a euforia da construção da nova Constituição, pós um duro período ditatorial e essas latas caíram do céu, ou melhor, do mar. Foi um período sensacional.

Mas nem só *da lata* o Rio vivia. E eu estava como novato nesta cidade, aprendendo a conviver com o meu novo ambiente de trabalho, no histórico e boêmio bairro da Lapa.

Na FUNTEVÊ, trabalhei na consolidação do *Projeto Universidade Vídeo* e na criação de um programa mensal, em rede nacional, chamado *Universidade*. Afora estes dois projetos específicos, convivia, diariamente, com toda a equipe e todos os demais projetos da casa, entre os quais o projeto de formação de professores, denominado *Qualificação Profissional para o Magistério*, carro chefe deste período da diretoria de educação da FUNTEVÊ. O programa *Universidade* era veiculado, mensalmente, pela rede de Televisões Educativas, que compunham o SINRED (Sistema Nacional de Rádio e Televisão Educativa), de agosto de 1988 a março de 1989, com objetivo de discutir o ensino, a pesquisa e a extensão universitária. Esse programa, coordenado por mim e dirigido e apresentado pelo jornalista Mounir Sfatli, foi uma experiência rara em duas grandes dimensões. De um lado, a experiência do fazer televisão, de estar mais próximo do incrível processo de produção e edição de um programa mensal, dentro de uma emissora de televisão que não tinha o menor interesse nos chamados programas da área de educação. Como já mencionei, ficávamos do outro lado da

rua, distante, portanto, da televisão propriamente dita. Por outro lado, havia a possibilidade de ampliar o meu conhecimento sobre a realidade das universidades brasileiras. Como tínhamos que pautar matérias sobre o que era produzido pela universidade e tínhamos um princípio de não fazer um programa do Rio para o Brasil – o que era o comum na TVE e, principalmente, nas emissoras comerciais daquela época e que ainda hoje é uma constante – passei a me empenhar pessoalmente em resgatar produções universitárias significativas para colocá-las no ar. Ao mesmo tempo, comecei a compreender mais a forma como a TVE Rio relacionava-se com as demais emissoras de televisão educativa, espalhadas pelo Brasil. Percebia, com todos os detalhes, a repetição na esfera pública, do modelo comercial imposto pelos grandes conglomerados de comunicação. Uma relação autoritária e de dependência que era estimulada de tal forma a inviabilizar, no meu entendimento, a construção daquilo que poderia ser uma grande rede de televisão pública no Brasil. Claro que este comportamento, que a cada dia mais era reprovado pelos dirigentes das demais emissoras, prejudicou muito o nosso relacionamento, que deveria ser estabelecido em outras bases, mais de cooperação e parceria do que de um pedido de favor ou de prestação de serviço para as demais emissoras do “sistema”. Mesmo assim, ficamos com o programa no ar durante nove meses. Esse era um programa que correspondia à parte mais visível para o público do *Projeto Universidade Vídeo*. Com ele, o que pretendíamos era dar vazão à já identificada grande capacidade de produção de uso de vídeos nas universidades brasileiras. Queríamos montar um programa que pudesse ser um alavancador de produ-

ções e, principalmente, um catalisador de uso dos meios de comunicação eletrônica a serviço do ensino, da pesquisa e da extensão universitária. A parceria com o CNPq - Agência Rio, foi fundamental. Como já mencionado, a figura de seu superintendente, Pedro Leitão, foi básica para conseguirmos avançar no projeto. Mas não avançamos tanto quanto queríamos. Montou-se uma equipe das duas instituições, começamos a cadastrar toda a produção universitária brasileira de vídeos, montar um banco de dados e um catálogo. A ideia mais forte era a de montagem de um grande Centro de Referência sobre filme e vídeo universitário. O catálogo seria distribuído a todas as instituições de ensino superior do país e, paralelamente, como sabíamos da grande quantidade de vídeos que tinham sua produção iniciada, mas faltava às universidades a capacidade de finalização, oferecíamos os recursos tecnológicos da FUNTEVÊ e, com isso, as produções eram iniciadas nas universidades de origem e finalizadas com recursos técnicos da FUNTEVÊ, no Rio de Janeiro. Ampliávamos, assim, o acervo de produtos, produzidos de forma descentralizada, e podíamos colocá-los à disposição de todo o sistema de ensino. Articulamos tudo, incluindo o lançamento do projeto na 40ª reunião anual da SBPC, em São Paulo, com demonstração do Banco de Dados construído pelo setor de informática da FUNTEVÊ, coordenado por Waldez Ludwing mas... não conseguimos passar disso. Mais uma mudança na presidência da casa, saindo Roberto Parreira e entrando o jornalista Antônio Frota Neto, homem de confiança do então Presidente Sarney, que já havia sido Secretário de Imprensa da Presidência da República. Junto com ele, toda uma nova equipe administrativa. Equipe que

não via o porquê da existência de uma Diretoria de Educação e, desta forma, Silvia Magaldi, que conosco compartilhava todas essas angústias, não aguentou e exonerou-se. Ficamos por lá, meio órfãos. Educação não era prioritária para a nova Presidência. Aliás, o prioritário era fazer da rede de televisões educativas do Brasil uma máquina publicitária do governo Sarney, que, àquela altura, queria mais um ano de mandato. Foi neste período que a FUNTEVÊ saiu da alçada do MEC e passou para ser um órgão da Casa Civil da Presidência da República, demonstrando mais claramente aquela intenção. A relação com as TVs estaduais era cada dia mais difícil e com a TV Cultura de São Paulo mais difícil ainda⁵¹. Lembro bem das minhas idas a São Paulo para acertar as condições do lançamento de *Universidade Vídeo* com a Cultura, durante a SBPC. Tentávamos convencer a TV Cultura a participar de um projeto de cobertura nacional, quase ao vivo, da 40ª reunião anual da SBPC, como parte do *Projeto Universidade Vídeo*. Não havia crença de que a colaboração seria possível, mas insistimos. O resultado foi, pelo menos, um pequeno apoio

⁵¹ Importante discussão sobre televisão pública e televisão estatal que começava a ocupar as minhas reflexões muito ajudadas pelos trabalhos de Regina Mota, que depois veio a publicar um belo trabalho sobre a Fundação Padre Anchieta e, mais recentemente, uma importante análise sobre o processo de implantação da televisão digital no país. Entre outros: MOTA, R. **Televisão Pública: a democracia no ar**. Dissertação (Mestrado), UFMG, Belo Horizonte/MG, 1992.; MOTA, R. Uma pauta pública para uma nova televisão brasileira. **Revista Sociologia Política**, nº 22, p. 77-86, 2004.

da TV Cultura para o lançamento do Projeto. O programa *Universidade* continuou no ar, aos trancos e barrancos.

A situação era difícil, muito conflito, mas eu fui ficando para ver até onde seria possível recuperar aquele projeto inicial. Já não tinha mais expectativa de que poderíamos avançar quando fui informado de que a nova administração havia me devolvido para a Universidade Federal da Bahia, sem nem mesmo me comunicar.

Retornei à Bahia com a certeza de que estes últimos anos de meu percurso acadêmico e profissional foram decisivos para um novo delineamento em minha carreira, que se afastava, cada vez mais da Física, e se aproximava mais ainda da Educação e, naquele instante, da Comunicação. Não perdi, contudo, meu vínculo com minha casa *mater*, o Instituto de Física. Tenho muito a agradecer ao meu Departamento e ao Instituto como um todo, pois sempre deu suporte a essas *transgressões* que insistiam em relacionar a ciência à educação e à comunicação, num rico campo multidisciplinar.

O retorno à Bahia

Após este período, retornei para o Instituto de Física, com um universo muito grande de informações e experiências, introduzindo os novos elementos vividos nos cursos de Física Geral e Experimental I, que ainda eram oferecidos quase que nos mesmos moldes de quando eu havia deixado a UFBA para essa peregrinação entre Brasília e Rio. Retorno, portanto, para o mesmo Departamento, para convívio com os mesmos colegas e alegria de estar de volta, agora com outras coisas na cabeça.

A UFBA vivia uma crise institucional muito séria, pois o reitor empossado tinha sido o quinto colocado na lista sêxtupla que fora encaminhada pelo Conselho Universitário ao Ministério da Educação. Segundo pesquisa de doutorado de Maria Inez Marques, o novo reitor nomeado “foi menos votado que a soma de votos em branco (1,57%) e nulos (3,08%)”⁵² o que, obviamente gerara uma crise sem precedentes. Rogério Vargens, mesmo assim, assumiu o posto em função da forte pressão política exercida diretamente

⁵² MARQUÊS, M. I. C.. **UFBA na memória**: 1946-2006. Tese (Doutorado), Universidade Federal da Bahia. Salvador/BA, 2005, p.279.

em Brasília. Tivemos uma greve muito longa e os semestres estavam completamente desorganizados. Portanto, retornava para uma Instituição com uma administração sem nenhuma legitimidade, o que não me impediu, no entanto, de continuar preocupado com a questão audiovisual, agora no caso específico da minha universidade, a UFBA. Identifiquei que outros colegas estavam com a mesma preocupação, e começamos a nos mobilizar. Juntamente com Elaine Norberto (ECO) e Ana Fernandes (ARQ), identificamos uma infraestrutura de comunicação com televisores abandonados e quebrados no Pavilhão de Aulas da Federação (PAF) e, a partir de um rápido levantamento desses equipamentos, elaboramos um projeto de política para a questão da televisão e vídeo na UFBA. Não conseguimos avançar, pois a crise estabelecida pela situação do reitor não nos possibilitava ir adiante para nada. Posso dizer que foram anos de uma UFBA paralisada. Mas o tema me provocava. Continuava dando minhas aulas de Física, como sempre buscando associar os elementos da comunicação. Comecei a perceber a necessidade de desenvolver um projeto de doutorado, com o objetivo de entender um pouco mais como estava se dando a relação entre a educação e a comunicação. Projeto na mão, parti em campo em busca de orientação. Rodei basicamente UFRJ e USP. Nesta, localizei Ismar Soares na Escola de Comunicações e Artes. Discutimos o projeto, ele me aceitou e comecei, em março de 1990, meu doutorado. Mais uma vez, contei com o fundamental apoio dos meus colegas do Departamento de Física da Terra. O projeto inicial, que, como quase todo projeto de doutorado, não se concretiza exatamente o mesmo ao seu final, incluía a discussão

sobre a ciência e os meios de comunicação de massa. Foi assim que apresentei meu projeto. Na decisão sobre minha liberação para o doutorado, importante destacar a manifestação do colega Jorge Malbuisson que descrevia meu percurso e apontava que, em última instância, o que estava propondo era uma continuidade do meu mestrado, onde analisava um meio de comunicação mais *primitivo*, o livro didático, para o sistema de comunicação de massa. Gostei desta leitura do problema.

Durante o doutorado, foi intensa minha participação em seminários, encontros, apresentando trabalhos e discutindo a temática da minha pesquisa, uma vez que estava com todas as condições e tempo para poder me dedicar integralmente ao curso – sem os encargos didáticos e afastado da minha universidade. Além disso, por conta de minha antiga relação com professores e colegas da USP, desde os tempos de graduação, passei, também, a me dedicar a outras atividades, quase sempre relacionadas com a pesquisa de doutorado. Esse envolvimento se deu através da Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades de Extensão (CECAE), por conta da presença de Luís Carlos de Menezes, professor do Instituto de Física e, na época, coordenador da CECAE. Esta é uma história que merece ser recuperada. Ela começa a partir de um encontro com Menezes, sentado nos banquinhos em frente ao restaurante da ECA, onde almoçávamos com frequência. Ele era meu conhecido professor desde os tempos iniciais do meu envolvimento com o ensino da Física, através da SBF e SBPC. Na conversa de início de tarde, contava para ele as minhas angústias sobre a temática de pesquisa do doutorado, já que

tinha apresentado um projeto ao meu Departamento de Física, que o aprovara, mas que eu via estar se perdendo no caminho. Lembrava o parecer favorável à minha liberação, os meus compromissos, quando Menezes, à queima roupa, me disse: "Tire esta camisa de força. A vida nos leva por caminhos que não são exatamente os previsíveis. Pesquisar é isso e sua contribuição será certamente maior se você deixar o novo tema se ampliar como ele esta se mostrando." Angústia típica de início de doutorado, em uma área que não era a minha, pelo menos de formação inicial. A conversa continuava com meus relatos a Menezes sobre os percalços com o Universidade Vídeo, na FUNTEVÊ. Aproveitei e lhe sugeri: por que não fazer isto aqui na USP? Por que a CECAE não coordena um trabalho de implementação de uma política audiovisual que contemple todos estes desafios? Eu afirmava que era importante pensar em um projeto que não fosse calcado em centralizações de equipamentos e de produções e, sim, na ideia de um grande centro de referência, tudo funcionando já em rede. Menezes, sempre hábil e perspicaz, viu a extensão da proposta que lhe fazia e, de pronto, disse: *vem pra cá. Vamos fazer isso juntos*. Claro que topei. Acreditava que poderia contribuir com a USP, aprender, alimentar o meu doutorado e, depois, no meu retorno à UFBA, contribuir na mesma direção. Sempre considerei que um professor em doutoramento, fora da sua universidade, no país ou fora dele, é um verdadeiro *embaixador* da sua instituição neste outro lugar. É um representante em condições especiais, pois possui o tempo mais livre, conhece bem a sua própria Instituição e pode, com isso, articular ações que envolvam a sua instituição de origem e aquela onde está

em doutoramento. Por isso, já pensava na USP e na UFBA para um futuro próximo. Meu envolvimento com a CECAE foi intenso, recebi muitos auxílios e, principalmente, pude vivenciar um clima de trabalho muito profissional e agradável naquele setor. Eram memoráveis os nossos papos de fim de tarde no quinto andar do prédio da antiga reitoria da USP! Nasceu, enfim, de todo este processo, o *Projeto Univídeo* que terminou sendo, posteriormente, o embrião da TV USP. Na minha condição de temporário na Instituição, começamos a trabalhar para a montagem de equipe que incluísse funcionários técnico-administrativos da CECAE, mas também e, talvez principalmente, professores das unidades da USP. Foi assim que, depois de inúmeras reuniões, a professora Marília Franco, professora de cinema da ECA, passou a coordenar o projeto e dar a ele a dimensão necessária interna e externamente à USP. Aliás, foi a própria Marília Franco que, na minha primeira visita à USP em busca de orientador, sugeriu-me caminhar por mais meia dúzia de salas naquele corredor da ECA e conversar com Ismar Soares, que, como mencionei, me aceitou para o doutorado. Em um artigo publicado em 2004, Marília Franco faz um panorama do processo histórico da presença da TV e vídeo na USP: “Esse panorama foi se repetindo a cada década, em cada projeto que tenha brotado de vocações, iniciativas ou oportunidades, até que em 1991 aportou na USP, vindo da Bahia, para fazer o doutorado na ECA, o prof. Nelson de Luca Pretto. Seu projeto de pesquisa era sobre o uso do audiovisual no ensino de terceiro grau. Pretto buscou o apoio da Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária de Atividades Especiais (CECAE) para desenvolver os contatos com as faculdades. Com sua

personalidade inquieta e empreendedora, Nelson acabou descobrindo e reunindo várias pessoas, de vários institutos, ligadas aos fazeres audiovisuais. Desses contatos foi criado, em 1993, na Ceca, o Univídeo. (...) A partir daqui essa história confunde-se com minha própria trajetória dentro da USP, pois o prof. Nelson Pretto terminou seus créditos para o doutorado e voltou para a Universidade Federal da Bahia, deixando-me na função de coordenadora acadêmica do Univídeo”⁵³.

Durante os primeiros anos do doutorado, fui cuidando das disciplinas obrigatórias e daquelas que teriam a ver com o que era o meu objeto de pesquisa. Foi com este objetivo que cursei a disciplina *O Rádio e a TV nos anos 50: transição*, ministrada pelo professor Mário Fanucchi, um antigo professor-radialista ligado à divulgação científica⁵⁴. Foi um trabalho muito interessante, pois, a partir dele, pude aprofundar mais o tema da divulgação científica, tema por que tinha enorme encantamento, independente do doutorado. E, claro, juntava toda a experiência recente com a minha realidade concreta de ser um professor do Instituto de Física. Minhas andanças pela CECAE me faziam subir e descer o prédio conhecido como *antiga reitoria*. Se a memória não me falha, no primeiro andar estava localizada a rádio USP. A partir da indicação do professor Fanucchi, cheguei a um

⁵³ FRANCO. M. TV: políticas, teorias e práticas acadêmicas. **Revista da USP**, nº 61 (maio de 2004): 116-27, p. 8-9.

⁵⁴ Biografia de Mário Fanucchi disponível em <http://www.museudatv.com.br/biografias/Mario%20Fanucchi.htm>

precioso material, lamentavelmente jogado num armário, no corredor da entrada da Rádio, sem chave e sem prateleiras. Eram os *scripts* e os *acetatos* (gravações originais) de tudo que aconteceu na USP, a partir da década de 1950, entre os quais estava o programa *Momento Universitário*, que seria objeto de meu trabalho na disciplina e depois transformado em artigo. Este trabalho e artigo foram ocasionalmente apresentados no XVII Congresso Brasileiro da Intercom, em Piracicaba. No artigo, explicava como havia sido feito o estudo, que estava dividido em duas partes. “De um lado fiz uma revisão bibliográfica sobre a divulgação da ciência na mídia impressa e na televisão. De outro, a partir da documentação sobre o *Momento Universitário* e de entrevistas e pesquisas de campo, recuperei mais um pouco da memória desta história ainda não totalmente contada. Fiz, portanto, um levantamento histórico dos espaços destinados à divulgação da ciência e da tecnologia, e passo a descrevê-los em linhas gerais e analisá-los do ponto de vista da concepção de ciência que está subjacente à linha editorial de cada uma destas publicações. Não pretendo que este levantamento e estas análises sejam exaustivos no momento porque as imagino como uma etapa de um conjunto de pesquisas que analisem a história da relação entre a ciência e a tecnologia nos meios de comunicação de massa. Este trabalho pretende ser mais uma contribuição neste sentido. Caso o leitor seja já familiarizado com a área, acredito ser perfeitamente possível dirigir a sua leitura mais especificamente para a parte

A Ciência, a Tecnologia e o Rádio”⁵⁵. Busquei, desde aquele momento, tentar explicitar ao leitor a possibilidade de uma leitura hipertextual, induzindo pular trechos e, com isso, não necessariamente fazer uma leitura linear.

Mas o trabalho de pesquisa para a disciplina referida, também me possibilitou encontrar verdadeiras raridades naquele armário de entrada da Rádio USP. Refiro-me aos acetatos originais das primeiras reuniões do Conselho Universitário da USP, onde era possível ouvir as discussões sobre a nova cidade universitária, à época, no longínquo bairro do Butantã, e que ela seria denominada Armando Salles de Oliveira. Fiquei absolutamente impactado com tamanha riqueza documental e histórica tratada de forma tão desleixada, e propus, imediatamente, à CECAE a elaboração de um projeto para a recuperação de todo o material e a sua digitalização. Não sei o que foi feito e se o material foi recuperado ou foi definitivamente perdido, com um prejuízo enorme para a história do ensino superior no país.

Fui tocando o meu doutorado, com um excelente relacionamento com meu orientador, ao mesmo tempo em que buscava, de forma intensa, aproveitar todos os espaços que a USP e a cidade de São Paulo me ofereciam. Assim, pude me aproximar do projeto da Escola do Futuro, liderado pelos professores Frederick Litto e José Manoel Moran, que ainda funcionava como um projeto da Escola de Comunicações e Artes (ECA). Lá, além de participar de

⁵⁵ Pretto, N. L. A Ciência nos meios de comunicação. **Revista Intercom**, XVI, nº 2. 1993, p. 90.

algumas atividades, ministrei um seminário como parte das ações da Escola. Não foi um relacionamento fácil, pois eu percebia, claramente, que havia uma divergência interna na ECA com o projeto, além de um enorme distanciamento dessa ação eminentemente educacional - a Escola do Futuro, da Faculdade de Educação da própria universidade. Tudo, nada estranho para mim. Sendo assim, optei, estrategicamente, em manter um relacionamento saudável e relativamente distante, já que não me cabia entrar em conflitos que não me pertenciam.

O trabalho de pesquisa andava bem, tinha encontros regulares com meu orientador, definimos bem a pesquisa de campo, que envolveria conhecer as práticas de uso de vídeos em três universidades federais, a do Rio Grande do Norte, a do Rio de Janeiro e a de Brasília, e uma privada, a PUC do Rio Grande do Sul, além da própria USP, uma universidade estadual. Elaborados os instrumentos de coleta de dados, parti para visitar estas universidades e viver um pouco a realidade de cada uma delas. Mas busquei estabelecer diálogo com muitos outros professores e pesquisadores do tema, e a interação com eles foi muito rica, a exemplo do professor Laymert Garcia dos Santos, mesmo antes do início formal do doutorado. Havia lhe escrito enviando o meu projeto e, em 10 de janeiro de 1990, antes mesmo de me deslocar para São Paulo, recebo uma carta manuscrita sua que foi importante para o meu caminhar. Estávamos num momento crucial da história do Brasil, pois Lula havia perdido para Collor que assumia, em 1990, como Presidente do Brasil. Falando sobre a TV, dizia Laymert: “Veja o sequestro de Abílio Diniz, **no ar** desde as 9 h da manhã de sábado, véspera das eleições e pro-

duzindo um efeito decisivo sobre ela (...). As pessoas assistem a cobertura do sequestro, são influenciadas a ponto de mudarem seu voto, e, no entanto não se colocam uma pergunta óbvia: por que a televisão mostrou a reconstituição do sequestro **antes** que ele houvesse terminado?” (grifos dele). E sua carta continuava analisando a televisão, a importância de se estudar televisão e me encorajando a fazer isso no campo da educação. Estabeleci com Laymert uma distante e eventual relação, mas sempre bastante profícua. Já mais adiante, numa conversa que tivemos, sugeriu-me ler o último texto de Ciro Marcondes Filho, um professor da ECA que ainda não conhecia e que oferecia um seminário *Nova Teoria da Comunicação – temas emergentes II*. Ciro Marcondes Filho e seu grupo foram fundamentais para a conclusão da minha tese e marcaram de forma definitiva o meu percurso. Ele, sério, quase zangado, mantinha uma prática, em seu grupo, de dialogar com autores que refletiam profundamente sobre a sociedade contemporânea, e promovia encontros/debates, que eram gravados, e que se transformavam na provocativa revista acadêmica *Atrator Estranho*. Era, ainda, um tempo pré-Qualis, e a revista era rica pelos temas e pela maneira como se dava sua produção: coletiva! A escrita era coletiva, o pensar era coletivo, a partir de uma bibliografia totalmente nova para mim. A publicação era sempre aguardada com ansiedade, pois ali estariam as discussões das aulas e do grupo que, gravadas, eram transcritas e publicadas naquela escrita coletiva a que me referia. Foi dali que comecei a me encontrar com David Harvey, Frederick Lyotard, Arthur Kroker, Lucien Sfez, Shirley Turkle, Gianni Vattimo, Paul Virilio e tantos outros. O grupo também era

composto por colegas de doutorado e que, depois, viraram referências conceituais na área como Vani Kensky, Eugênio Trivinho, Liv Sofik, entre outros. Estava no segundo semestre de 1992, já havia feito a qualificação e preparava-me para mais uma experiência que era o estágio de nove meses que faria no *Centro di Tecnologie per l'Apprendimento* (CTU) da Universidade de Milão/Itália, com apoio da Capes⁵⁶. Lá, tive a acolhida simpática e carinhosa de Luca Tosseli (meu tutor), Patrizia Ghislandi (a diretora), toda a equipe do CTU com especial carinho para a turma da informática - Corrado Pisani (Coco) e Giuliano Faravelli. Foi um período de muitas aprendizagens, viagens e escritos para a tese que se desenhava, já adquirindo contorno totalmente diverso daquele primeiro projeto apresentado a Ismar Soares, com quem trocava frequente correspondência por cartas via correio. Durante esse tempo, além de continuar a escrever a tese, fui percebendo outros movimentos na relação entre a educação e as tecnologias de comunicação e informação, que começavam a se constituir e ganhar a denominação de *novas*, ou seja, as tais Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC). O CTU, além de tudo que me deu de positivo - de soma! - me possibilitou também avançar muito, ao me permitir compreender o que não fazer. Sendo mais preciso, mostrou-me o quanto eu teria de insistir naquilo que, desde as aulas de geografia no supletivo, do grêmio do colégio, do sindicato, da universidade e nas greves, do INEP,

⁵⁶ Vera Carletti foi uma importante ajuda dentro da Capes, para desembrulhar as confusões burocráticas para a concessão desta bolsa.

da FUNTEVÊ, eu já avistava como sendo o caminho: a necessidade de articulação, de trabalho colaborativo.

A existência daquele centro de produção multimídia, com frágeis vínculos com o conjunto da universidade, me estimulava, cada vez mais, a pensar na necessidade urgente de ações mais articuladas. Já havia percebido isto no Brasil, na minha universidade e em muitas outras. Assim, esse período de Itália foi uma enorme virada na minha pesquisa. Reescrevi tudo. Da inicial ideia de centrar meu foco na questão do vídeo à ampliação para as novas tecnologias e de toda minha pesquisa. Foi um período árduo de trabalho e de revisões. Lembro tanto, no CTU, sentado à minha mesa, escrevendo e escrevendo, em português e, envolto que estava naquela atmosfera do meu texto, virar para Coco (Corrado) e começar a falar sem parar em português, esquecendo completamente da minha condição de italiano temporário. A resposta era um sonoro *bbbeeeehhhhhh!*

Naquele ano, o inverno foi bravo. O carnaval em Veneza meio decepcionante. Ravena com seus mosaicos deram o tom final dos tempos de Itália. Um final temporário.

No dia primeiro de março de 1994, exatamente quatro anos após o início do meu doutorado, desci em Salvador, num voo da Varig que vinha de Milão e fazia escala em Salvador, no seu caminho para São Paulo. Na bagagem, a tese pronta. Quer dizer, achava-a pronta! Reapresentei-me ao Instituto de Física que, em função da greve do ano anterior, ainda estava no segundo semestre de 1993. Tive, com isso, mais um pouco de tempo para a redação final da tese, feita, inicialmente em Salvador e, o trabalho maior, em São Paulo, após os encontros com o orientador. Faltava muita coisa e,

abrigado na casa de um querido colega do Instituto de Física da USP, o amigo Paulo Artaxo, dediquei-me à redação final. Foram momentos especiais, de muito café – preparado em uma eficiente máquina de expresso (afinal, estava voltando da Itália!) – de muito computador e muitas viradas até a madrugada, discutindo cada detalhe do texto e, depois, das transparências que seriam usadas na defesa.

Em 27 de maio de 1994, defendi o fruto dos quatro anos de trabalho, quase uma síntese de cerca de 40 anos de vida. O nome não podia ser pior, típico destas publicações denominadas teses de doutorado: *A Universidade e o mundo da comunicação: uma análise das práticas audiovisuais das universidades brasileiras*⁵⁷. Estavam na banca além do orientador, Elza Dias Pacheco, Laymert Garcia dos Santos, Marília Franco e Maria Felisminda Fusari. Mais de um ano depois, a tese foi publicada pela Papirus com o nome *Uma escola sem/com futuro: educação e multimídia*, em 1996, e, em 2013, já estava na sua 8ª edição, pela Edufba, com licenciamento aberto. A tese de doutorado deu o lastro para tudo que viria dali em diante, pois, a partir do que nela foi apresentado, começamos a montar um grupo que começou a pensar o uso das tecnologias de informação e comunicação numa perspectiva não instrumental. Partindo do que das inúmeras experiências já em andamento desde a metade do século passado, afirmava que, apesar de terem sido

⁵⁷ PRETTO, N. L. **Universidade e o mundo da comunicação**: análise das práticas audiovisuais das universidades brasileiras. Tese (Doutorado), ECA-USP, 1994.

muitas as “iniciativas na linha da incorporação da televisão e do vídeo nas atividades escolares (...) [isso teria que] “representar muito mais do que considerar a incorporação das tecnologias como instrumentalidades, como mais um – e moderno! – recurso didático-pedagógico”. E concluía com algo que terminou sendo o nosso mantra daquele momento em diante: “Na verdade, o uso como instrumentalidade esvazia esses recursos de suas características fundamentais, transformando-os apenas num *animador* da *velha* educação, que se desfaz velozmente uma vez que o encanto da novidade também deixa de existir. Essa é, na realidade, uma das características do mundo em que vivemos. (...) Numa visão como essa – a utilização do vídeo como instrumentalidade – o resultado é que *a educação continua como está*, só que com novos e avançados recursos tecnológicos. Ou seja, o futuro está no equipamento e não na escola. Assim, esta será, na verdade, *uma escola sem futuro...*”. Dessas palavras nasceu, também, o nome do livro que foi posteriormente publicado, como já mencionei.

Ao longo do doutorado, na convivência com os colegas da USP e atuando sempre de forma intensa na comunidade acadêmica, aproveitava cada disciplina, cada encontro, cada levantamento e socializava-o, seja através dos artigos seja através dos *Panfletos*. Retornava àquela ideia de Tanure, dando continuidade por onde andei. Foi assim que, num Congresso de Jornalismo Científico (Santos-SP), escrevi, lá mesmo, recolhido no meu quarto e no calor da hora, o *Panfleto* sobre o lançamento da nova versão do programa Globo Ciência, da TV Globo, ocorrida naquele encontro. A Fundação Roberto Marinho apresentava o novo

formato do programa que contrariava tudo que se discutia naquele encontro, tanto em termos de ciência como de jornalismo. Talvez pelo fato de ser a poderosa Globo e da presença no Congresso do Presidente da Fundação Roberto Marinho, Joaquim Falcão, os participantes tenham ficado inibidos de fazer uma crítica maior, coerente com os demais debates que lá ocorriam. Não resisti. Quando a apresentação terminou, fomos todos para um coquetel no salão do hotel onde ocorria o encontro. Confesso que não estava satisfeito com aquele silêncio. Foram bons embates, e o que percebia é que os colegas presentes concordavam comigo, só não tinham feito nenhum comentário público. Acabado o coquetel, escrevi o Panfleto *O novo Globo Ciência, Aqui e Agora passou a ser Fantástico*, num jogo de palavras com outros programas da televisão brasileira. A repercussão não foi grande, mas serviu para mostrar que nem todos estavam anestesiados e satisfeitos com as transformações do Programa e com a visão de ciência que ele passava a incorporar.

Durante este período, vendo a necessidade de ampliar o debate entre os educadores, começamos a mobilizar colegas para a criação de um espaço de discussão da relação entre a educação e a comunicação no interior da nossa Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, a Anped. Mais uma tarefa que não foi fácil, já que propúnhamos a criação de mais um Grupo de Trabalho (GT) na Associação, que tratasse da educação e comunicação, e conforme escrevi no trabalho encomendando para comemorar os 20 anos do GT16 da Anped, “o GT16 foi formado na 13ª Reunião Anual (Belo Horizonte: 15 a 19

out.1990)⁵⁸, com a mobilização de cerca de 15 pesquisadores e estudantes de pós-graduação, sendo que alguns apenas tangenciando a temática central do GT. Entre essa RA e a seguinte, muita coisa aconteceu. Era um momento de grande efervescência política, e a crise já referida estava no seu auge⁵⁹. Ao longo de um ano, trabalhamos divulgando o novo espaço para a discussão da temática, que no nosso entendimento era fundamental estar sendo aprofundada numa associação preocupada com os rumos da educação no Brasil. Importante lembrar que, após muita polêmica, a Anped decidiu que sua 14ª reunião anual aconteceria na mesma semana daquela que foi a última Conferência Brasileira de Educação (CBE), na USP/91. Portanto, uma reunião anual emblemática para o campo da educação, pois as CBE já haviam se configurado como o grande encontro político de educadores de todo o país. Nesse clima, o “novo GT ('em caráter experimental') já reunia 19 pesquisadores, apresentando 13 trabalhos escritos e um vídeo, com a presença de 13 Instituições de Ensino Superior, a saber: UFMG, UFGO, UFRJ, UFBA, UFPE, UFSM, UFCE, UFRGS, USP, UERJ, UCP, UnB e Faculdade Anhembí Morumbi-SP”⁶⁰. Apesar disso, de estarmos mostrando, pela quantidade de trabalhos inscritos, a emergência e já realidade deste campo e do novo GT, não conseguimos passar da condição de

⁵⁸ Boletim Anped, 1990, p. 84

⁵⁹ PRETTO, N. D. L. Educação, comunicação e informação: uma das tantas histórias. **Revista Linhas**, [S.l.], dez. 2009. v. 10, n. 2, p. 17–33. ISSN 1984-7238, p. 22.

⁶⁰ Idem, ib.

Grupo de Estudos. Apresentei, nesta reunião, um texto que já tinha feito circular em *Panflete*, mostrando o quanto a temática estava sendo mais discutida e pesquisada nas faculdades e escolas de Comunicação do que nas de Educação. Buscava mostrar para os *colegas pesquisadores* da educação, que estávamos nos afastando destas questões, presos em nossos redutos teóricos que ainda desconheciam a presença das tecnologias de informação e comunicação na educação. Presos, talvez, ainda pelo medo e pela crítica que sempre fizemos – e com razão diria! – às concepções tecnicistas da presença das tecnologias da educação. Mas aqui um problema surge, de forma marcante, e que tem a ver com o *itálico* na expressão *colegas pesquisadores*, anteriormente utilizado. Sem entrar nos detalhes, alguns sórdidos, o que aconteceu é que, para aquela diretoria da Anped, um professor de uma universidade federal, mas que não tinha ainda doutorado, não podia ser considerado colega, ou seja, não teria condições de coordenar e propor um GT na Associação. Em uma carta do então secretário geral da Anped, recebi a negativa de que a Anped não iria apoiar concretamente as ações que prevíamos para o nascente GT (precisávamos de apoio) além de sugerir que, primeiro – atente para o primeiro! –, eu deveria terminar o doutorado para depois articular o GT. Além disso, sugeria a carta, que outro professor fosse o proponente e primeiro coordenador do novo GT e, assim, a professora Heloisa Dupas Penteadó, da USP, aceitou ser a primeira coordenadora, ficando eu como adjunto, já que não tinha *maioridade* para tal. Articulamos, então, agora com o apoio da FEUSP, todas as estratégias para que na 15ª Reunião Anual, que aconteceria

em 1992 nas águas quentes de Caxambu, em Minas Gerais, tivéssemos o GT criado e funcionando.

Doutorado concluído, GT na Anped em pleno funcionamento, com muitos trabalhos sendo apresentados e discutidos, estamos em 1994 e encontro-me, mais uma vez, na minha sala e no meu Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia.

Uma nova etapa começava, com o meu envolvimento com a pós-graduação em educação, da qual já havia sido credenciado em 1989 como professor permanente, pois ainda não tínhamos tão rigoroso controle externo da Capes como vemos hoje. Por convite dos colegas da Faculdade de Comunicação, também lá fui credenciado como professor participante do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas. Coisas que, nos dias de hoje, com a lógica produtivista que tomou conta da pós-graduação e da educação brasileira como um todo (e mundial⁶¹), seria uma verdadeira blasfêmia. No entanto, funcionávamos, produzíamos e, principalmente, orientávamos alunos que produziam conhecimento, talvez publicassem menos, mas produziam. Cada dia ficava mais evidente a necessidade de me dedicar mais intensamente à Faculdade de Educação. A pressão era grande no meu Departamento de Física Geral, inclusive com a proposta de que assumisse a chefia

⁶¹ Creio ser importante, neste aspecto, a leitura do livro: RAVITCH, Daiane. **Vida e morte do grande sistema escolar americano**: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre: Sulina, 2011.

do mesmo. Recusava terminantemente, pois sempre acreditei que chefia de Departamento não é cargo burocrático. Ela deve ser ocupada por liderança reconhecida na área e, esse, seguramente, não era o meu caso, pois a cada dia mais me afastava da Física propriamente dita. Comecei a orientar na Pós-graduação em educação – minhas primeiras pesquisas estavam mais na educação do que na física. Iniciava-se, então, uma não tão longa batalha pela minha transferência definitiva. Durante este processo, fui autorizado a ficar à disposição temporária da Faced, atuando na pós-graduação e na graduação.



Porto Alegre, RS – caminhão de externa da TV Gaúcha. 1960, *circa*.



Joaçaba, SC – instalação das antenas repetidoras da TV Joaçaba. 1962, *circa*.



Joaçaba, SC – estúdio da TV Joaçaba. 1962, *circa*.



Joaçaba, SC – estúdio da TV Joaçaba. 1962, *circa*.



Joaçaba, SC – salão do Clube Comercial, com um dos cinco ou seis televisores para se assistir a transmissão experimental da TV Joaçaba. 1962, *circa*.



Simões Filho, BA – terraplenagem da entrada da futura fábrica NOVOPAN, no recém implantado Centro Industrial de Aratú. 1967, *circa*.

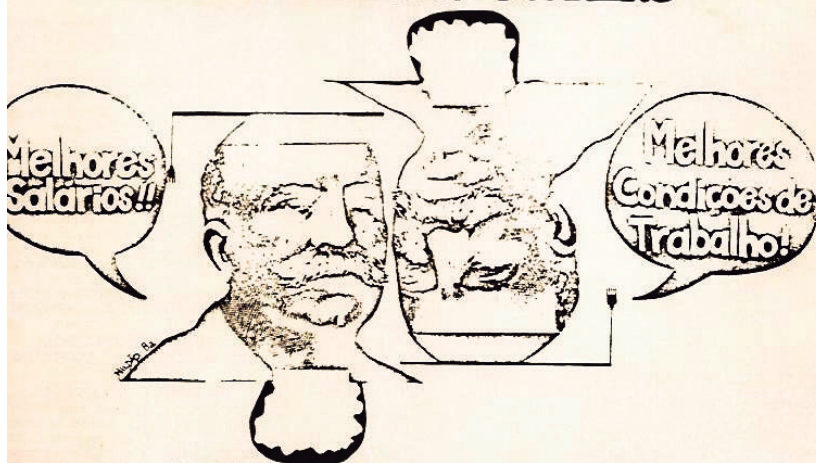


Salvador, BA – Feira de Ciências no Colégio João Florêncio Gomes (?). 1967, *circa*.

CAMPANHA SALARIAL "81"

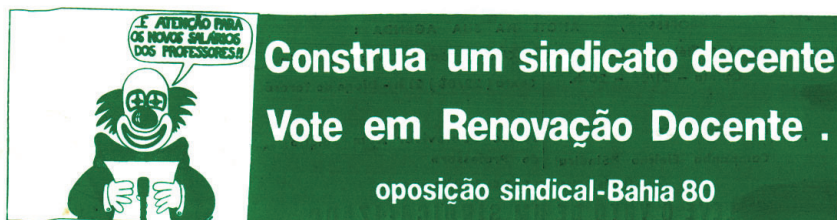
SINDICATO DOS PROFESSORES NO ESTADO DA BAHIA — MARÇO DE 1981

SINDICATO DOS PROFESSORES



SUPERAR '79 OU REPETIR 80?

Cartaz do SINPRO-Bahia para a Campanha Salarial dos professores, 1981



Material de campanha para retomada do SINPRO-Bahia, criado por Nildão. 1980



Salvador, BA. 33ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). 1981. Foto de Luciano Andrade/Abril Comunicações S/A.



Salvador, BA - Assembleia de greve realizada no auditório do Colégio 2 de Julho, 1979.



Salvador, BA - Assembleia de greve realizada no auditório do Colégio 2 de Julho, 1979.

alitos podem considerar loucura, que moradores de um bairro de classe média sacrificada como é o Rio Vermelho, pretem em transformar em centro de cultura a velha fábrica de papel ali localizada, uma propriedade particular, que ocupa área de 2 mil metros quadrados, avaliada, conforme se presume, em Cr\$ 1 bilhão e ameaçada de ser derrubada para dar lugar a um posto de gasolina. No entanto, para uma boa parte desses moradores, principalmente os emocionalmente engajados nos movimentos de luta pela preservação da fábrica, trata-se de uma atitude normal e das mais racionais em vista dos novos tempos democráticos que o país vivisbrará com a chegada da Nova República. Para eles o destino da Fábrica de Papel do Rio Vermelho representa um projeto que interfere na vida da comunidade e por isso os seus moradores devem ser ouvidos. Hoje, a ruibada do velho e histórico prédio, considerado por muitos a memória do bairro, é iminente e a luta por sua preservação, dada a que passa sobre mais um nome entre moradores, intelectuais, personalidades e pessoas anônimas interessadas ou comprometidas com o desenvolvimento do processo cultural na Bahia.

[illegible]

nel Castro considera também outro entrave para a efetivação do projeto: o preço da terra. O centro no prédio da velha fazenda, que ele chama de "fazenda do fato que deu a área que os outros estão pretendendo e a idade da particular e localizada no bairro de considerável colônias nobilitadas. Dessa forma uma propriedade além de desvantagem para os proprietários — comente a venda do terreno para o que pretende implantar o projeto de gasolina foi no valor de Cr\$ 50 — seria também mais um entrave à Prefeitura que entre outros, não tem a intenção de pagar a área, no mínimo 20 vezes mais do que o valor das despesas para a aquisição, incluindo o adensamento de empresas privadas que tradicionalmente financiam projetos culturais, por lei de incentivo ao comércio de bens de consumo de importação de renda.

FROS LOCAIS — A polêmica lada em torno da viabilidade vivente pela preservação da a chega hoje a receber uma e mais fra e racional por parte uns moradores, como é o caso nalista Carlos Ramon, resi- no bairro, onde mantem um o de cultura, o Cronopios, na Devaldo Cruz. "Todo o movi- em prol de um espaço para ra é válido", afirmou. No en- ele questiona: "qual o direito sapropriação de uma proprie- outros?"

ornalista é de opinião que o mento apesar de válido, não se restringir apenas à fábrica, propriedade particular em área de considerável extensão e de valorização. Ele acha que os serviços locais para os quais o empreendimento poderia ser ampliado, tem o mesmo objetivo de melhorar a qualidade de vida dos moradores do bairro, e não de criar mais empregos.

1950



li
 O
 id
 su
 di
 to
 se
 pe

 c
 Vi
 vi
 re
 un
 dr
 se
 pr
 pe
 po
 lu
 pr

 vi
 Se
 ca
 un
 de
 Po
 po
 qu
 ta

 m



da B...
Plan...
zand...
de ru...
men...
fase...
dado...

A...
fesso...
um o...
dade...
nícia...
receb...
balha...
funçã...

ment
para
para
geral.

NIS
funci
de 20.
tiga r
Mont
ou Pa
rele

Ele acha que se a Prefeitura ou o governo do Estado comprarem a área de desapropriação da área e da utilização como área de utilidade pública, a questão do dinheiro se secundaria porque muitas empresas privadas vão se interessar pelo Proleto.

VITÓRIA — A luta pela preservação da Fábrica de Papel do Riacho Vermelho já conseguiu sua primeira vitória. Recentemente os moradores receberam dos proprietários uma oferta de dois mil metros quadrados de área para que possam desenvolver seu projeto cultural. A proposta, entretanto, foi recusada. A coordenação do movimento afirma, segundo informações de Omar Kallil, a área oferecida não reserva o prédio que é a principal ocupação dos moradores.

Com a recusa, a polémica sobre a validade do movimento intensifica-se. Há que considerar, como nota o jornalista Carlos Ramon, a ingenuidade a recusa por parte dos coordenadores do movimento e, por sua vez, Itamar Kall justifica o condicionamento e reafirma o fato de que a proposta, em primeiro instante, é inaceitável.

Para a coordenação do movimento a oferta dos dois mil metros de área foi apenas uma jogada por parte dos donos da Fábrica para ficar livres da restrição, feita por legislação federal, na construção de lotes de gasolina em menos de 100 metros de área escolar ou de lazer.

undo Itamar, caso o posto venha
mente a ser construído ele vai
perto do Colégio Manoel De
e não atende, portanto, à
sitação federal.

MEMÓRIA — Também o professor Nelson Preto é da mesma opinião e considera que o importante para os moradores do bairro não é o valor cultural puro e simples. O prioritário, em sua opinião, é a preservação da memória histórica do bairro; é preservar a fábrica, considerada até mesmo como ponto de referência para os moradores.

Não se trata, no caso do nosso
tamento, de barganhar um pe-
to de terra e sim de conquistar
o espaço que a comunidade
deveu a respeito", afirmou,
pletando: "além do mais, de
adiantaria termos uma área de
junto a um posto de gasolina, o
ria, inclusive, perigoso".

PROJETO — Por falta de uma sala para o aproveitamento do lotus no centro cultural e de lazer, o movimento pela preservação da casa de Papel do Rio Vermelho perde como uma luta viável.arenta alunos do curso de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, matriculados na matéria de Planejamento VI, estão se mobilizando para desenvolver um projeto de reforma do prédio e aproveitamento da área que já se encontra em estado de levantamento e coleta de

tela, conforme explicou o pro-
fessor Itamar Kalli, coordenador de
os Departamentos da Facul-
dade de Arquitetura, surgiu de uma
ativa dos próprios alunos que
traziam vários temas para tra-
zer e escolheram a Fábrica em
razão da importância que o movi-
mento representa hoje não somente
para a comunidade do bairro como
toda a cidade de uma maneira

TÓRICO — O prédio que
foi construído na década
para produzir energia
do Bunde, São Paulo
Santo. O prédio
Arbore, em São



Salvador, BA – Nos escombros da Fábrica de Papel e Papelão (*Movimento da Fábrica*), Renatinho (esq), Nildão, Roland, Nanna, Nelson e Carla. 1985.



Salvador, BA - Movimento da Fábrica. Camisa criada por Nildão.

ALÔ! ALÔ! PESSOAL
PARTICIPE DA GRANDE

DANCEATA

SÁBADO DIA 09.06.84
10 HORAS

ASSUMA A FÁBRICA

★ DANÇA

★ PIPOCA

★ MÚSICA

★ VÁ' FANTASIADO

★ BRINCADEIRAS

★ LEVE CRIANÇAS

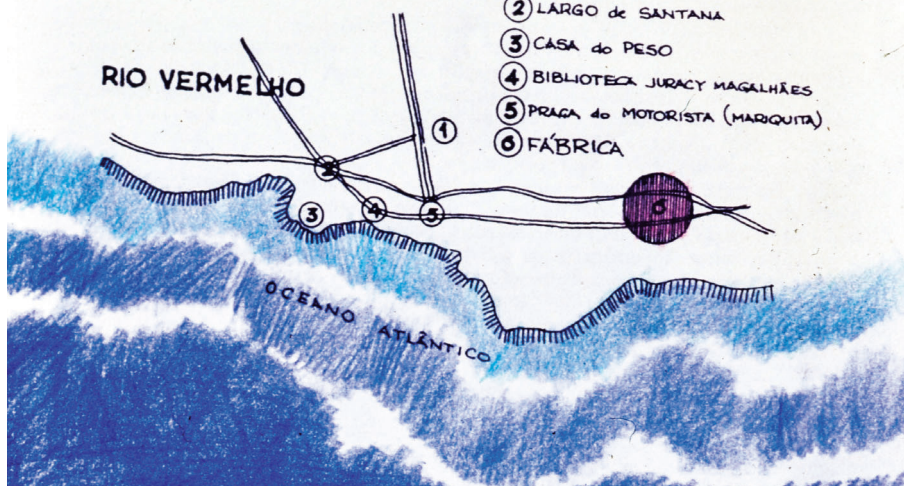
★ TEATRO

★ PINTURAS

★ BEBIDAS

ROTEIRO

- ① PARQUE CRUZ AGUIAR (PRAGA)
- ② LARGO de SANTANA
- ③ CASA do PESO
- ④ BIBLIOTECA JURACY MAGALHÃES
- ⑤ PRAGA do MOTORISTA (MARQUITA)
- ⑥ FÁBRICA



Folheto convocando Danceata pelo Movimento da Fábrica, 1984.



Salvador, BA – derrubada da fábrica de Papel e Papelão (Movimento da Fábrica). 1985.



Salvador, BA – mobilização, na praça Campo Grande, dos professores, estudantes e técnicos administrativos e artísticos da UFBA durante a greve de 1982.



Salvador, BA – mobilização, na praça Campo Grande, dos professores, estudantes e técnicos administrativos e artísticos da UFBA durante a greve de 1982.



Salvador, BA – mobilização, na praça Campo Grande, dos professores, estudantes e técnicos administrativos e artísticos da UFBA durante a greve de 1982.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO

Sylvia Magaldi
Helena Lewin
Ana Lúcia Miranda
Acácia Kuenzer
Nelson Pretto
Azize Medeiros
Presidente - Acácia Kuenzer

COMITÊ ASSESSOR

Amor de Andrade (UFRN)
Maria Helena Silveira (UFRJ)
Maria Luiza Belloni (UnB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Ana Lúcia Miranda
Amor de Andrade
Helena Lewin
Maria Luiza Belloni

INFORMAÇÕES: (061) 244-3025

INEP

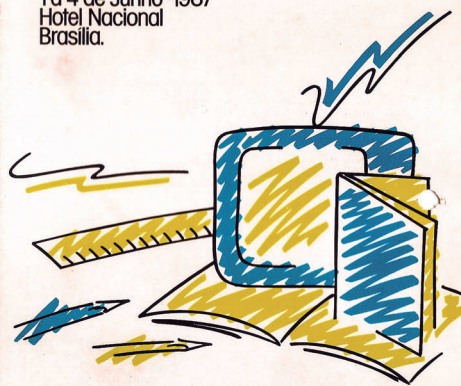


FUNTEVÊ

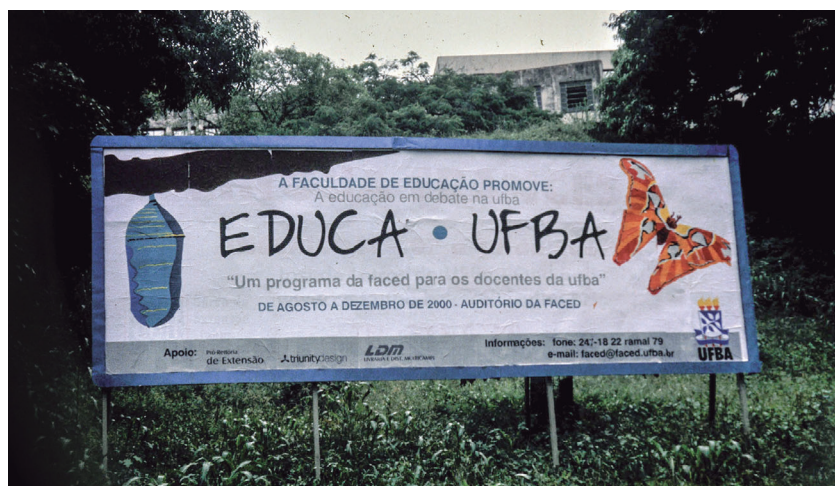
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

1º ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO & TELEVISÃO.

1 a 4 de Junho -1987
Hotel Nacional
Brasília.



Folheto de divulgação do 1º Encontro Brasileiro de Educação & Televisão,
promovido pelo INEP e FUNTEVÊ. 1987.



Salvador, BA – outdoor na Avenida Ademar de Barros do projeto EDUCAUFBA. 2000.



Jornal do Professor do 1º Grau, publicado pelo INEP/MEC. 1997.



Salvador, BA – Mãe Stella de Oxóssi e Nelson Pretto, no evento de abertura do semestre de 2001, na Faculdade de Educação da UFBA.



Salvador, BA – Juvany Viana e Felipe Serpa, no evento de abertura do semestre de 2001, na Faculdade de Educação da UFBA.



Salvador, BA – invasão da UFBA pela Polícia Militar do Estado da Bahia, em 16 de maio de 2001. Foto de Manu Dias, gentilmente cedida.



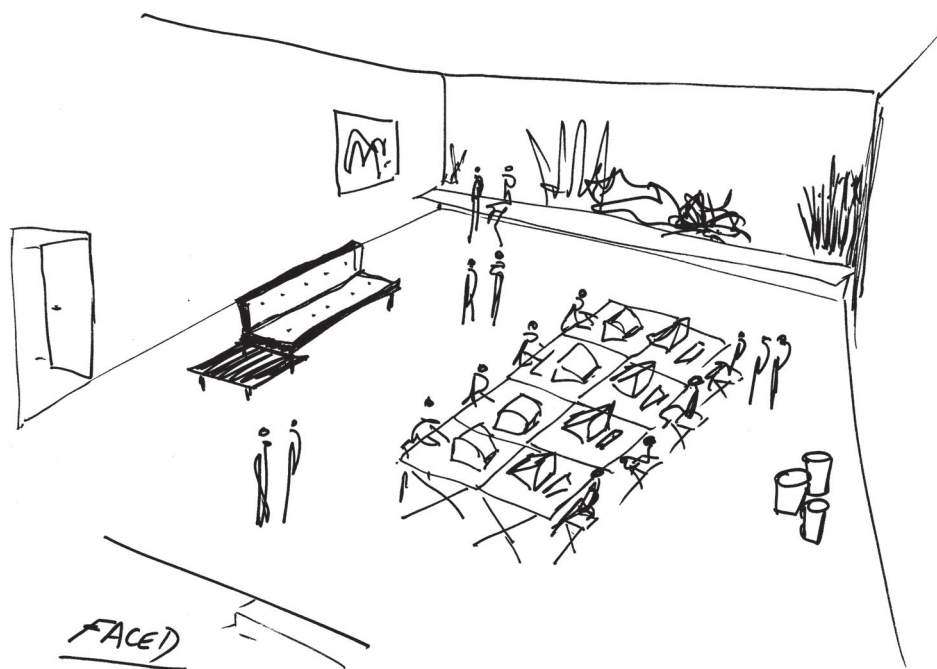
Salvador, BA – Câmara dos Vereadores de Salvador. Cerimônia de outorga do título de Cidadão Soteropolitano a Nelson Pretto, em 05 de setembro de 2012.



Salvador, BA – UFBA, campus de Ondina. Reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Menandro Ramos (esq) e Carlos Petrovich, 2001.



Croqui para o projeto Tabuleiro Digital, elaborado por Eduardo Rossetti.



Croqui para o projeto Tabuleiro Digital, elaborado por Eduardo Rossetti.

Da Física à educação

Como já mencionado, tão logo retornei do doutorado, me reapresentei tanto ao Departamento de Física Geral do Instituto de Física como na Pós-graduação em Educação. Ao mesmo tempo em que dava as aulas de Física Geral e Experimental I no Instituto, já atuava de forma intensa na pós-graduação em Educação, onde comecei atuar no NEPEC, primeiramente chamado de Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Currículo e, já agora denominado de Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Currículo, Comunicação e Cultura (NEPEC).

Neste retorno, encontro a administração central da UFBA sob o comando do reitor eleito professor Luiz Felipe Perret Serpa que me convida para ser seu assessor, o que de pronto aceitei. Sempre estive muito próximo de Felipe, como meu mestre, colega e amigo. Calmo, mas com um pensamento absolutamente irrequieto, ele me provocava cotidianamente. Durante o meu tempo de Itália, conversávamos bastante sobre o futuro da UFBA.

Após o trágico mandato de Rogério Vargens (1988-1992), os movimentos docentes, discentes e dos técnicos administrativos e artísticos conseguiram se aglutinar em torno do nome da professora Eliane Azevedo (Medicina) e de Felipe

Serpa (Educação), para reitor e vice-reitor da UFBA. Eleitos e empossados em 1992, a professora Eliane Azevedo renunciou dois anos depois, e Felipe Serpa assumiu como vice-reitor, concluindo aquele mandato. Na sequência, candidatou-se e foi eleito para o cargo de reitor da UFBA para o período de 1994-1998.

Felippe me convidou para trabalhar com ele tão logo retornei, e assumi, imediatamente, uma assessoria nova, para atuar mais livremente ao seu lado, para juntos provocarmos a universidade como um todo, para que ela se pensasse mais e olhasse para o seu futuro. Era essa a ideia de Felipe e que, obviamente, me agradava muito. Minha sintonia com as dimensões tecnológicas da comunicação – objeto de meu doutoramento – me levou, por indicação do reitor, a ficar mais próximo do grupo do Centro de Processamento de Dados (CPD), hoje Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), que cuidava da implantação da internet na Bahia. Ainda pouco se falava do assunto, pois o tema estava mais afeito às áreas duras, da computação propriamente dita, da física, engenharias, geociências, entre poucas outras. O trabalho foi árduo e com uma maravilhosa equipe no CPD, servidores muito comprometidos, fomos nos articulando e conseguindo dar um formato àquilo que poderia ser uma rede pública de comunicação de dados no estado da Bahia. O esforço de articulação com os demais órgãos e setores do Estado foi muito grande. Paralelo ao trabalho para fora da UFBA, da sua relação com os demais segmentos da sociedade, fazíamos um esforço muito grande para colocar todas as unidades conectadas à internet e estimulávamos o seu uso, pois acreditávamos ser básico e fundamental a implantação de uma cultura

de comunicação dentro da universidade, para que isso pudesse gerar processos, de fato irreversíveis, na direção de uma completa reestruturação da universidade. Conseguimos montar a Rede Bahia (estadual)⁶², a Rede UFBA e alavancar o início da internet comercial no Estado, sem nos descuidarmos de garantir o acesso àqueles grupos que não estariam em condições de usufruir destes recursos pelas vias comerciais. Por grande motivação e esforço de Claudete Alves, do CPD, articulamos diversas ONGs do Estado, sob a liderança do padre comboniano Heitor Frittoli e, elas próprias, por nós estimuladas e tecnicamente apoiadas, criaram um coletivo que montou a infraestrutura necessária para garantir o acesso à internet, com a implantação, no Pelourinho, centro histórico de Salvador, de um servidor de rede denominado Zumbi. O trabalho de Pe. Heitor foi simplesmente sensacional, pois ele também havia percebido a importância de conectar os movimentos sociais na rede e, desta forma, dedicou-se com afinco para a montagem dessa articulação, já em rede, para constituir a rede⁶³. Mas avançamos também no campo educacional, ao

⁶² Lamentavelmente não tivemos nenhuma preocupação com o registro da marca e, desta forma, o nome Rede Bahia, foi utilizado por uma rede de televisão implantada no estado da Bahia.

⁶³ Um espelho do servidor ainda pode ser localizado em um *site* italiano, conforme pode ser visto aqui: <http://ospiti.peacelink.it/zumbi/home.html>. Como parte deste trabalho também foi construída a **Biblioteca Comboniana Afro-brasileira, em 1982, e depois colocada disponível na internet recém-implantada**. Veja aqui: <http://ospiti.peacelink.it/zumbi/org/comboni/home.html>, Acesso em 30 out. 2014. Pe. Heitor, falecido em 2008, é hoje nome de um centro pastoral no bairro de Sussuarana, em Salvador-BA.

buscar uma forte articulação com a prefeitura de Salvador, na época sob o comando de Lídice da Mata, que sofria uma enorme pressão por conta da ação de Antônio Carlos Magalhães, cuja família é a proprietária da emissora retransmissora da Globo no estado e, com isso, promovia sistemáticos ataques à prefeitura. Com todas as dificuldades, apoiamos a implantação da internet na primeira escola pública municipal, no bairro popular do Marotinho, em Salvador, com apenas uma linha discada e uns poucos computadores. Aqui, novamente, o trabalho do CPD da UFBA e, particularmente, de Claudete Alves foi fundamental. O que fizemos era praticamente uma conexão simbólica, mas, desde aquele momento, já insistíamos naquele que terminou sendo o meu bordão durante todo esse processo: não queremos a internet nas escolas, e, sim, as escolas na internet. Insistíamos com a prefeita para que também amplificasse esse discurso. A pressão era enorme, pois a imprensa publicava fotos das escolas com problemas no telhado, nos banheiros, na infraestrutura e questionava o porquê de se investir em computadores. E nós, com apoio da Prefeitura, insistíamos que queríamos, desde aquele momento, as escolas, com seus professores e alunos, sendo produtores de culturas e conhecimentos, e não meros consumidores de informações. Queríamos as escolas conectadas para que elas pudessem estar na rede e com a rede colaborar. Queríamos, como queremos hoje ainda, que as escolas se coloquem nas redes, criem *blogs* para elas e para seus estudantes, façam parte do universo da cibercultura. Nossa concepção de rede foi então se consolidando e para tal tivemos apoio teórico de Leila Dias, colega professora da Universidade Federal de Santa Catarina.

Para ela “as redes não vêm arrancar territórios ‘virgens’ de sua letargia, mas se instalam sobre uma realidade complexa que elas vão certamente transformar, mas aonde elas vão igualmente receber a marca”⁶⁴. Era isso que queríamos com a internet na escola do Novo Marotinho, que a meninada conectada, junto com seus professores, pudesse entrar na rede e lá deixar a sua marca. Marca da cultural local, dos valores e crenças de cada um e de todos no coletivo, de forma a contribuir, com altivez, para a sociedade que desejamos.

O processo de implantação da internet no Brasil, a partir da criação da Rede Nacional de Pesquisa (RNP), através do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), é algo que merece destaque. Considero que esse movimento do governo federal, no final dos anos 1980, foi um exemplo de política pública bem sucedida, uma vez que articulou um braço operacional da rede, a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), e um braço normativo, de gestão, que foi o Comitê Gestor da Internet, o CGI.br. A RNP atuava de forma muito integrada com as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), instalando nelas os chamados Pontos-de-Presença (POP), que teriam a função de implantar a rede nos Estados, articulando os demais setores não acadêmicos, como os governos estaduais e municipais e a sociedade civil. Aqui, fundamental mencionar Tadao Takahashi, que coordenou pelo Ministério da

⁶⁴ DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 141-162.

Ciência e Tecnologia todo esse processo, podemos dizer que com mão de ferro. Montada toda a infraestrutura nacional – o *backbone* nacional⁶⁵ – começou-se a estruturar a abertura da rede acadêmica (e governamental) para a população em geral, com a abertura da internet comercial. Esse acesso passou a se dar a partir do ano de 1995, sendo esta uma história que ainda merecerá aprofundamento⁶⁶. A atuação do CGI marcou a governança da internet brasileira, tendo este modelo sido destacado internacionalmente, pois em todo o mundo, a temática de como garantir o funcionamento aberto e democrático da rede era, e continua a ser, um tema presente. Um dos marcos da atuação foi a formulação de princípios norteadores da internet no país, princípios que serviram de base para o que veio a ser conhecido, posteriormente, como Marco Civil da Internet.

Esta ação administrativa de coordenar a implantação da internet na UFBA e na Bahia estava umbilicalmente ligada às nossas demais ações de ensino, pesquisa e extensão. Ainda no Instituto de Física, submeti meu primeiro projeto de pesquisa para solicitar um bolsista de Iniciação Científica (PIBIC). O projeto *Passeando pelo Ciberespaço*, buscava justamente fazer levantamentos e identificação de *sites* in-

⁶⁵ <http://memoria.rnp.br/rnp/backbone-historico.html>. Acesso em 10 out. 2014.

⁶⁶ Belo projeto de reconstituição desta história começou a ser implantado quando a internet no Brasil fez 20 anos, mas que não está mais sendo atualizado. O *site* estava em: <http://www.memoriainternet.org.br>. É possível ver uma tela do projeto em <https://web.archive.org/web/20130521001627/http://memoriainternet.org.br>. Acesso em 16 out. 2014.

interessantes numa época em que não conhecíamos os mecanismos de buscas para além do Gopher, que, na verdade, nem era um buscador propriamente dito como conhecemos hoje, e, sim, um organizador de informações. Meu primeiro bolsista, o estudante de comunicação Messias Bandeira, é hoje o diretor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Milton Santos (IHAC) da UFBA. Com ele, escrevi o artigo *A Bahia e as redes planetárias de comunicação*⁶⁷, já buscando analisar as potencialidades da rede na inserção do local no planetário. Este foi um período também de outros escritos e de uma significativa presença na mídia, pois estávamos, sem a menor dúvida, fazendo história com a implantação da internet, associada a uma forte reflexão teórica e política destes atos, algo para além do meramente administrativo. Não estávamos sós. A história da internet no Brasil tem uma importante ligação com o IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, fundado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e que, desde o seu início, esteve à frente da oferta de conexão à internet para as organizações sociais. Parceiro de Betinho, Carlos Afonso, o nosso conhecido CA, é personagem presente na história da internet brasileira, estando até hoje no Comitê Gestor da Internet (CGI.br). O servidor montado pelo IBASE, Alternex, em 1989, foi uma referência na oferta de serviço fora da academia, numa época em que a internet ainda era acessível para poucos e, basicamente, dentro das universidades.

⁶⁷ PRETTO, N. L.; BANDEIRA, M. A Bahia e as redes planetárias de comunicação. **Revista Análise & Dados**, v.1, Salvador-BA: jun.1995.

O *site* do Ibase retoma esta história: “O crescimento do Alternex ocorreu com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), realizada no Brasil. Na ocasião, o Ibase, com o apoio da ONU, importou para o Brasil equipamentos de internet e instalou uma rede de computadores na conferência. Em 1994, o Alternex operava o primeiro servidor WWW do país fora da comunidade acadêmica. A instituição propôs uma política de internet que garantisse a capilarização dos serviços e evitasse monopólios. Essa proposta prevaleceu. O Ministério de Ciência e Tecnologia apoiou o desenvolvimento de uma grande espinha dorsal da internet brasileira, de uso geral”⁶⁸.

O trabalho junto à Reitoria possibilitou uma articulação de diversas outras ações, que davam um amálgama especial ao que íamos fazendo. Refiro-me, agora, à tentativa, já nos idos dos anos 1990, de organizar um Consórcio Regional para avançar na temática da educação a distância e, para tal, propusemos a realização de um *Mini Fórum de Educação a Distância*. Com isso, esperava-se poder discutir e consolidar os princípios que fundamentariam as ações de outro programa que estava sendo gestado no interior do PINE-Bahia (Programa de Intercâmbio das Universidades do Nordeste- Bahia), que era o *Programa Interuniversitário de Formação à (sic!) Distância de Professores de Primeiro e Segundo Graus*, no estado da Bahia. Segundo o documento, que ajudamos a produzir e que contou com a participação de diversos professores da UFBA, UEFS, UNEB, entre ou-

⁶⁸ <http://www.ibase.br/pt/2011/07/alternex>. Acesso em 30 out. 2014.

tros, o Programa tinha por objetivo cooperar para a melhoria do ensino de primeiro e segundo graus e se propunha, através das universidades sediadas no estado da Bahia, que já ofereciam cursos de licenciatura, destinados ao magistério de primeiro e segundo graus, a institucionalizar um programa de formação e atualização de professores em serviço. De acordo com o documento original do Programa, o “projeto está sendo viabilizado a partir da criação de um consórcio entre as universidades envolvidas, coordenado por um grupo interuniversitário constituído por um professor representante de cada uma destas Instituições, visando uma ação mais integrada das Universidades baianas. O objetivo maior deste programa é o de graduar professores portadores de diploma procedentes das Escolas Normais e professores leigos, bem como atualizar os docentes portadores de diploma de nível superior, através da instalação de um programa específico de Educação Aberta, Continuada e à (sic!) Distância, cabendo ao Consórcio das Universidades, inclusive, a emissão de diploma para fins do exercício profissional.”

Esta era apenas uma das vertentes do PINE-Bahia, pois o esforço para se articular as instituições de ensino superior da Bahia foi enorme. Acompanhava o reitor Felipe Serpa nas reuniões que aconteciam cada vez em uma universidade. Na época, o PINE-Bahia era coordenado pela Universidade Católica de Salvador e tinha a presença da UFBA e das quatro estaduais (UESC, UESB, UEFS e UNEB). Insistíamos muito, e essa sempre foi uma marca do pensar de Felipe Serpa e que, como seu aluno, fui incorporando cada vez mais de que a ação conjunta das universidades (mais uma vez aqui a presença da concepção de rede, sem centros privilegiados!)

seria fundamental para o enfrentamento de desafios no nosso Estado. Estávamos, eu e o professor Sérgio Farias, envolvidos nesse esforço de articulação, o que não era fácil. O passado aqui é desnecessário. A articulação não se dá ainda hoje, quando, na Bahia, já existem 12 instituições públicas de ensino Superior (UFBA, UNIVASF, UFRB, UNILAB, UFOB e UFSB, federais, UESC, UESB, UEFS e UNEB, estaduais, e os dois Institutos Federais, o IFBA e o IF Baiano). Tenho insistido nisso ao longo de todo esse tempo, inclusive durante as duas campanhas que participei como candidato a reitor da UFBA, em 2006 e 2014 (voltarei ao tema adiante). Por mais de uma vez, manifestei-me publicamente sobre o tema. “Esforços nesse sentido já ocorreram e, se não fomos de todo vitoriosos, alguns passos foram dados. E passos dados não podem e não devem ser esquecidos, sob o risco de quedas. A montagem do PINE (Programa de Integração das Universidades do Nordeste - Bahia), em meados da década de 90, foi significativa e articulou, de forma horizontal, pesquisadores e administradores, incluindo todos os reitores, num movimento de produção coletiva e colaborativa. No fundo, já pensávamos, desde aquela época, na ideia de considerar as Tecnologias da Informação - e estamos falando dos primórdios de uma internet que mal começava a despontar - como um elemento estruturante, fundamental desta rede de relações horizontalizadas, na busca do fortalecimento do sistema baiano público de pesquisa, ensino e extensão universitárias. Buscávamos pôr em prática a nossa compreensão teórica de que estas tecnologias, além de simples ferramentas auxiliares desses processos, possibilitam agregar outras tecnologias existentes, permitindo-nos que, hoje, a atuação da UFBA se

dê através de uma rede no espaço e no tempo, o que significa a constituição de um território de múltiplas educações. Imaginamos, com isso, a possibilidade de formação de uma teia rizomática e infinita potencialmente”⁶⁹.

Em relação à Faculdade de Educação, e mais especificamente à pós-graduação, desde a minha saída, já tinha ideia de, no meu retorno, fortalecer uma linha de pesquisa que articulasse os meus campos de trabalho. Como já referido, ao retornar à pós-graduação, após o meu doutorado, encontro atuando de forma muito intensa o colega Sérgio Farias e, imediatamente, articulamos a minha incorporação ao NEPEC, agora já denominado de Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Currículo, Comunicação e Cultura (NEPEC) e, no subgrupo denominado Núcleo Educação, Comunicação e Cultura. Em função do grande crescimento e especificidade da temática que relaciona educação e comunicação, optou-se, a partir de meados de 1994, por uma atuação mais específica do grupo que trabalhava com esta temática num novo núcleo, que passou a se chamar Núcleo Educação & Comunicação. Nosso objetivo inicial era o de estudar a relação entre educação e comunicação, considerando a presença generalizada dos meios de comunicação e informação na sociedade contemporânea, dando-se especial ênfase aos meios eletrônicos.

Já em 1994, comecei a oferecer vagas para orientação, tanto do doutorado como do mestrado e a dar continuidade às pesquisas que fiz ao longo do meu doutorado. Minha primeira orientanda, Vera Lucia Rocha, era uma professora

⁶⁹ Artigo no jornal **A Tarde** de 17/09/2003:

da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, que queria estudar a presença das imagens em movimento e sua relação com a educação, analisando o *Projeto Vídeo-Escola*, da Fundação Roberto Marinho. Lamentavelmente, minha primeira experiência não foi bem sucedida, pois ela desistiu do mestrado com menos de um ano, já que era uma professora mais antiga e não estava vendo muito sentido em realizar uma pós-graduação perto de sua aposentadoria. Iniciamos mais sistematicamente as atividades do Núcleo com novas pesquisas e atividades, tendo a presença dos primeiros orientandos de mestrado e os bolsistas de iniciação científica, sendo que o primeiro projeto que submeti ao PIBIC/94 foi uma pesquisa intitulada *Passeando pelo Ciberespaço: uma análise das redes planetárias de comunicação*, cujo bolsista, como já mencionado, foi Messias Bandeira. Esta pesquisa foi desenvolvida como continuidade do meu projeto de doutorado e estava integrada intimamente com o trabalho de coordenação da implantação da internet no Estado, sendo o projeto uma conjugação de esforços acadêmicos e administrativos. Os resultados dessa pesquisa começaram a ser socializados *online* pela Rede Bahia, e constituíram-se numa contribuição efetiva para a implantação da rede, enquanto novo elemento de cultura, e não apenas de implantação tecnológica. Nesta época, como as unidades da UFBA ainda não estavam conectadas de forma ampla, os meus primeiros bolsistas passaram a trabalhar no Ponto de Presença da RNP na Bahia, no Centro de Operações da Rede Bahia, localizado no Centro de Processamento de Dados da UFBA, ficando sob a minha orientação acadêmica, e tendo como coorientadores os técnicos Aloísio Reis (Coordenador de

Operações) e Claudete Alves (Coordenadora de Atendimento). Não tenho a menor dúvida de que esta pesquisa, ao longo deste tempo, ajudou a dar um significativo impulso tanto na qualificação de estudantes no que diz respeito às questões técnicas, como do ponto de vista de conteúdo que queríamos implantar na UFBA com a informatização e as conexões em rede. Paralelamente, fui buscando aumentar a articulação do Núcleo com o Instituto de Física para continuidade das pesquisas na relação Ciência/Meios de Comunicação, o que não teve continuidade por falta de pessoas interessadas na temática à época. A ideia de retomar aquele velho projeto de 1989 para implementar uma política audiovisual na UFBA estava sempre presente, tanto na minha atuação na Faced, como enquanto Assessor do Reitor. Algumas tentativas foram feitas junto a uma ou outra unidade, e chegamos a elaborar pistas para um caminhar nesta direção. Partíamos do pressuposto de que tínhamos que realizar um levantamento da situação audiovisual da UFBA para identificar a capacidade instalada e as condições de cada unidade/setor, visando uma otimização dos recursos. Buscava-se uma articulação com a proposta de política de comunicação para a UFBA, já em discussão na universidade naquele período e que, lamentavelmente pouco andou ao longo de todo esse tempo, tanto que ainda foi um dos focos da nossa campanha para a Reitoria em 2014⁷⁰. Paralelamente a isso, deveria ser elaborado um projeto de pós-produção para a aquisição de

⁷⁰ Sobre o tema, ver o *site* da campanha: <http://tocom.pretto.info>. Acesso 18 nov. 2014.

equipamentos complementares aos que existiam, no sentido de dotar cada Unidade de condições para produzir, duplicar, copiar e fazer circular material audiovisual. Observe-se que as bases do projeto *Univídeo*, da USP, continuavam presentes de forma muito forte. Queríamos estimular a produção e o uso e, com isso, implantar a Videoteca UFBA, a partir do levantamento do acervo adquirido, copiado e produzido. Na Faculdade de Educação, esse projeto daria especial ênfase à montagem de uma biblioteca especializada na área de Educação, Comunicação e Cultura. Com a colaboração do professor José Mamede, da FACOM, e as mestrandas Cicélia P. Batista e Edyara Santana, juntamente com as professoras Ana Fernandes e Elaine Norberto, resgatamos aquele antigo projeto da época de Rogério Vargens e, então, junto à Pró-Reitoria de Graduação, elaboramos o projeto denominado “Laboratório de produção multimidiática do ensino de graduação da UFBA” (1995). A coordenação do projeto era do Pró-reitor de graduação, Roberto Paulo de Araújo.

Ao longo dos anos 1994 e 1995, mesmo lotado na Física, fui atuando na Faced, buscando sempre articular o movimento maior que fazíamos na UFBA enquanto assessor do reitor, e as ações internas visando dotar a unidade de infraestrutura adequada para o uso das tecnologias no cotidiano da formação de professores. A faculdade vivia uma crise institucional muito grande pelo fato de dois colegas, Iracy Picanço e Menandro Ramos, disputarem, em várias instâncias, a primeira colocação para a indicação de diretor da Faculdade. Enquanto essa crise acontecia, foram diretores os professores Menandro Ramos (vice-diretor) e Hermes Teixeira (*pro-tempore*). Eu não tinha participado do processo eleitoral e estava recém chegando à

Faculdade, razão que me fez ficar totalmente fora dos embates criados pelo impasse. Aproveitava o apoio que tinha dos diretores em exercício e dos colegas e funcionários, buscava colaborar para colocar a Faced, de fato, em outro patamar no que diz respeito à infraestrutura tecnológica. Neste sentido, o Núcleo, basicamente com a turma de estudantes de diversos cursos e do professor Menandro Ramos, começou a organizar o novo laboratório de informática e a videoteca. Sugerimos a criação, de forma gradativa, de um setor multimídia, de tal forma a ser possível o fornecimento de suporte a todas as atividades da Faced na área de informática, televisão, vídeo, audiovisual, editoração eletrônica, entre outros. Fizemos circular documentos com a proposta de estrutura do setor e do que já estávamos fazendo na prática, aproveitando as pesquisas em andamento, onde refletíamos teoricamente sobre a questão. Com isso, a Faced inseria-se na montagem da Rede UFBA, implantando um espaço para computadores, servidores de informações, apoio informático, espaço para editoração eletrônica, audiovisual, produção de vídeo e mediateca, tudo isso com adaptações de espaços e precários equipamentos. O projeto de informatização, em curso na UFBA, previa o fornecimento de laboratórios didáticos para as unidades, e com a chegada destes computadores, implantamos, ainda de forma muito deficitária, estes serviços. Havia pouquíssimo envolvimento de professores e falta de funcionários. Queríamos que essa infraestrutura estivesse disponível para toda a comunidade e para as nossas pesquisas acadêmicas. Fomos praticamente a primeira unidade da área das humanidades a ter um servidor de páginas (*home-pages*), que ficava sob coordenação do Núcleo Educação & Comunicação, e que teve como bolsista o estudante de computação Ivo

Carvalho Peixinho, responsável pela montagem de tudo, inclusive um servidor de *e-mail*, coisa absolutamente rara naquele tempo.

Em função do projeto da Pró-Reitoria de Pós-graduação, já referido, a Faculdade passou a ter capacidade de produção, filmagens e edição de vídeos nos sistemas VHS e BETACAM (profissional). Criamos, então, com os próprios estudantes, uma sistemática de copiagem de fitas e programas de tal forma a montar a nossa videoteca, em profunda articulação com a biblioteca da unidade, onde instalamos um espaço com vídeo e televisão para qualquer estudante e professor poder assistir aos vídeos do acervo. Durante o ano de 95 co-promovemos com o ICBA, o *workshop Educação para a Mídia*, coordenado por Franz-Josef Teufel, com o objetivo de discutir a violência nos meios de comunicação.

Em 1992, foi implantado o Doutorado em educação, que passou a funcionar articulado com o Mestrado e, a partir de 1995, já comecei a orientar nos dois níveis. Meus dois primeiros orientandos de mestrado foram Arnaud Soares de Lima Junior e Tania Maria Hetkowski.

A transferência definitiva para a Faculdade de Educação ocorreu em 1996, com o empenho do então diretor *pro tempore*, professor Hermes Teixeira de Melo⁷¹. A partir de então, ali concentrei minhas atividades e, na graduação, por sugestão do professor Menandro Ramos, começamos a trabalhar no sentido de *recuperar* a disciplina *Introdução à Informática na Educação*. Esta disciplina havia sido criada

⁷¹ Portaria UFBA nº 525/96, de 8/3/96.

e introduzida no curso alguns anos antes, e seu programa e ementa, de certa forma, refletiam o momento histórico da informática educativa no país e no mundo. Sabíamos da existência de um movimento no sentido de transferi-la para o Departamento de Ciência da Computação, e o nosso esforço era justo o de reestruturá-la para mantê-la na Faced, não por razões corporativas, mas porque era claro para nós a necessidade de que, como disciplina, tivesse outra abordagem, mais contemporânea e tratasse mais da relação da computação com a educação do que o ensino de computação propriamente dito. Fizemos um novo programa, e a minha primeira turma da disciplina também acompanhou e se envolveu na montagem do próprio laboratório de informática. A Pós-graduação continuava a oferecer uma disciplina que havíamos criado, denominada *Educação e Comunicação*, e o resultado do trabalho da primeira turma foi a publicação de uma revista, criada no correr do próprio semestre, chamada *VETEVÊ*, que circulou de maneira informal, com uma tiragem de apenas 200 exemplares, e só teve um único número.

O ano de 1996 começou com a professora Iracy Picanço assumindo, definitivamente, a direção da Faced. Continuamos a colaborar e contribuir para o andamento da faculdade como um todo, e os projetos continuavam em execução. Em março desse ano, teve início o projeto integrado de pesquisa *A educação e o novo milênio – as novas tecnologias de comunicação e informação e a educação*, elaborado em 95, submetido e aprovado pelo CNPq para o biênio 96-97, correspondendo à minha primeira bolsa de Produtividade em Pesquisa (voltarei a essa terrível denominação adiante).

Uma das contribuições que esperávamos dar com este projeto era exatamente subsidiar o *Programa Multimidiático Interuniversitário*, integrante do PINE-Bahia, já referido anteriormente. Queríamos que o Programa de Pós-graduação em Educação, através do nosso Núcleo de Pesquisa, se incorporasse formalmente às ações que estavam sendo desenvolvidas pelo consórcio estadual, e o desenvolvimento desta pesquisa daria apoio à elaboração do projeto definitivo. Nesse sentido, submetemos à Pró-Reitoria de Extensão, no Programa Institucional de Atividades de Extensão (PRO-EXT/96), uma proposta denominada: *Integração da UFBA com as redes públicas de ensino fundamental do estado da Bahia: uma proposta de trabalho*, que incluía um *Grupo de estudos sobre novas tecnologias de ensino*⁷², *Fórum de educação a distância*, um *Curso sobre novas abordagens na comunicação para o ensino fundamental* e um *Seminário sobre a multirreferencialidade curricular*.

Elaborei um projeto de pesquisa sobre essa temática que foi aprovado pelo CNPq, passando a ser, portanto, bolsista do CNPq de 1996 a 1998. A pesquisa passou a estar integrada com o Programa maior, com o objetivo de contribuir também com o PINE-Bahia, e, assim, nos propusemos a realizar um Mini Fórum sobre Educação a Distância, com o objetivo de discutir a educação a distância de maneira mais ampla, incluindo o pensar sobre a presença da televisão, vídeo, *software*, redes e multimídias

⁷² Página do projeto ainda hoje na rede: <http://www2.ufba.br/~pretto/proext/projeto1.htm>. Acesso em 02 nov.2014.

nos processos educacionais. Queríamos, com isso, poder discutir e consolidar os princípios que fundamentariam e norteariam o Programa Interuniversitário de Formação a Distância de Professores de Primeiro e Segundo Graus no estado da Bahia. O Mini fórum foi realizado, e dele saiu a publicação *Globalização & Educação*, por mim organizado, no ano 2000, com apoio da Editoria da Unijuí⁷³.

Meu pedido de renovação da bolsa junto ao CNPq não foi aceito, mas logo depois o próprio CNPq me convidou para ser o coordenador científico nacional da Biblioteca Virtual de Educação a Distância, parte do *Projeto Prossiga*, que estava se iniciando. O *Prossiga* se constitui num esforço de tentar colocar em um mesmo espaço um conjunto de informações que eram publicadas na incipiente internet. Importante que se diga que estávamos no começo da internet, e os mecanismos de busca eram, ainda, bastante primitivos, dominando no período, basicamente, o Alta Vista. Portanto, o programa foi idealizado como sendo uma tentativa de *organizar* a internet. Estou usando o termo organizar em itálico justo para ressaltar uma dimensão crítica e até pejorativa porque, de fato, esse era um dos principais embates que tínhamos à época na montagem do Prossiga como um todo. A lógica hipertextual da rede ainda incomodava e incomoda as pessoas, principalmente no campo da educação. Debrucei-me posteriormente sobre o tema e, a partir de um artigo de André Lemos, da Faculdade de Comunicação da UFBA, escrevi um pouco mais sobre ele. Como bem disse André Lemos, essa tentativa de or-

⁷³ PRETTO, N.L. (Org.) *Globalização & educação*. IJUI-RS: Unijuí, 2000.

ganizar a web tem que ser combatida e “deve-se gritar a morte simbólica dos Portais-currais que tratam o que é excessivo de forma moralizante, desviante, improdutiva ou dispersiva. Esqueceríamos, assim, que é esta despesa improdutiva que estrutura e dá alma a qualquer agrupamento social. A assepsia, a certeza e a segurança são sinônimos de morte, na rede e fora dela”⁷⁴. Inspirado no tema, e preocupado com a proliferação posterior deste tipo de portal educacional, apresentei um trabalho no X EndiPE (Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino), em 2000, onde, partindo de uma análise do movimento que acontecia na mídia, chegava ao uso na educação desta perspectiva consumidora de informações. Dizia: “Começamos a viver a febre dos portais, que passam a ocupar as manchetes dos mesmos jornais e publicidade das mesmas TVs, significando um movimento quase alucinado de perda de controle do que a Net pode significar para a mídia e para a sociedade em geral. Para dar conta disso, o que começamos a ver é a montagem de verdadeiras redações específicas para esse mundo da rede, com a busca do velho sistema de furo jornalístico, notícia em primeira mão e, no fundo, uma busca desenfreada de organizar tudo – de imaginar o leitor, o cibernauta, como um ser incapaz que precisa ser guiado na sua navegação no ciberespaço”⁷⁵.

A busca de organizar tudo, típica da educação, prolife-

⁷⁴ <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/portais.html>. Acesso em 10 out. 2014.

⁷⁵ Pretto, Nelson De Luca. “Linguagens e Tecnologias na Educação”. In: CAN-DAU, Vera Maria (Org.). **Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender**. 161–82. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

rou, e as empresas, que antes tinham o seu foco no livro didático imediatamente migraram para a web. “O movimento foi rápido. A febre dos portais tende, obviamente, a ser uma tentativa de pôr ordem no caos! Em outras palavras, organizar a internet para que o leitor (receptor?!) saiba para onde ir. Ainda em outras palavras, **saiba o que consumir!**”⁷⁶ Continuamos a trabalhar com a questão, e, durante a realização do projeto de pesquisa, que resultou no projeto *RIPE* (Rede de Intercâmbio de Produção Educativa), mais uma vez o tema voltou à baila. Desta vez, através do título da matéria na revista *A Rede*, de abril de 2008: *Contra o portal-curral*⁷⁷.

Mas retornemos ao *Prossiga* e suas bibliotecas virtuais. O CNPq havia aceitado uma proposta de Yonet Chassinnet para atuar de forma mais próxima ao IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, para, naquele tempo em que não tínhamos como navegar tão amplamente na rede, organizar um portal que seria dividido em dois blocos: um com as referências de *sites* separados por grandes áreas, e outro com a recuperação da produção teórica e a história de vida de alguns personagens da ciência brasileira, lamentavelmente com um péssimo nome (*Bibliotecas Virtuais de Notáveis da C&T no Brasil*). Esse segundo bloco, na minha percepção, prestou um grande serviço à ciência brasileira, com as bibliotecas de Anísio Teixeira, Vital Brasil, Leite Lopes, entre outros. Já o primeiro, aquele em que me envolvi mais diretamente, coordenando a

⁷⁶ *idem.*

⁷⁷ <http://www.aredede.inf.br/educacao-n-35-abril-2008/3957-contrao-portal-curral>, Acesso em 31 out. 2014.

criação da Biblioteca Virtual de Educação a Distância, foi importante para o primeiro momento, mas teria, certamente, um final marcado. Acredito que ele cumpriu o seu papel para o momento, trazendo para uma única página um conjunto de *links* comentados, que levavam o navegador às mais diferentes experiências e artigos sobre o tema. Teoricamente produzimos alguns artigos acadêmicos e de divulgação, onde aproveitávamos e discutíamos as concepções de educação, de educação a distância e de internet em que estávamos trabalhando.

Nesta época, insistíamos na perspectiva errante da navegação na internet e, por isso, queríamos que ela fosse um labirinto, mas nos recusamos a considerar como importante trazer para estas navegações um fio de Ariadne, que desse segurança à navegação. Inspirados em Fernando Pessoa, resgatado por Caetano Veloso na música *Argonauta*, dizíamos: navegar (não) é preciso! Brincávamos com essas palavras, pois o preciso de necessário não estava em jogo, e, sim, o não preciso, de precisão. Navegar era andar por um caminho errante e isso, diferente do que muitos diziam, era por nós valorizado e, esse, sim, era o desafio que tínhamos para formar leitores. Como disse, não tinha dúvida de que este era um projeto com data de validade. No entanto, em 2003, uma crise se estabeleceu na relação da nova direção do IBICT com o *Prossiga*, e o projeto como um todo foi descontinuado, permanecendo ativas apenas as Bibliotecas Virtuais de Notáveis da C&T no Brasil. A forma como esse final se deu foi muito estranha. Acompanhava o trabalho que vinha sendo feito bem de perto, não resisti, manifestando-me publicamente sobre o caso, o que rendeu mais alguns pro-

blemas. Foi uma grande confusão com muitas manifestações.⁷⁸ Posteriormente, ajudei a Fundação Anísio Teixeira a trazer para a UFBA a Biblioteca Virtual Anísio Teixeira, que está abrigada em nossos servidores até hoje⁷⁹.

Uma das iniciativas do nosso emergente grupo foi a realização de uma aula inaugural na Faculdade, aberta, como sempre fazemos, para a toda a UFBA e cidade, sobre a presença das tecnologias e dos videogames na sociedade e na escola. O evento *Crianças, TVs, games, vídeos, computadores... e a escola? - Primeiro eles! Conversando com crianças e jovens*, reuniu oito crianças e jovens, se propôs a criar um espaço dialógico, aberto e confortável, onde o que queríamos era que eles⁸⁰ se expressassem

⁷⁸ Veja em <http://www2.ufba.br/~preto/crise%20prossiga.htm>.

⁷⁹ <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br>

⁸⁰ Do folheto da época: “Bruna Lima de Souza Santos (não frequenta a escola, trabalha vendendo canetas no posto do Banco do Brasil do *Campus* do Canela, 10 anos e 14 irmãos), Claudemir dos Santos Junior (13 anos, cursa a 7ª série, gosta de jogar bola, passear no shopping e paquerar gatinhas), Gabriel Muricy dela Plata (10 anos e estuda no ISBA, mora em Salvador no bairro de Ondina, onde também fica a sua escola; já tem endereço eletrônico gabrielmp@hotmail.com); Indi Nascimento Figueiredo (cursa a 2ª série do ensino fundamental, tem oito anos e mora na Fazenda Moita da Onça, Feira de Santana, há oito meses.); Júlia Carolina Cerqueira Dias (tem cinco anos, estava morando em Lisboa/Portugal com sua mãe; Julia adora ver filmes e desenhos animados); Mariane Moreira da Silva (11 anos, cursando a 4ª série do ensino fundamental na escola municipal Beatriz Bispo Miranda, mora em Feira de Santana); Osvaldo Pereira da Silva (Ticó) (tem 5 anos, mora com sua mãe e mais sete irmãos na Boca do Rio. Está na 2ª série, adora videogames e passa a maior parte do tempo jogando, principalmente os jogos de guerra e futebol) e Tatiane de Andrade Matos (14 anos, está na 8ª série, é estudiosa, interessada, meiga. Aluna da escola municipal Alexandre Leal Costa, cursa a 7ª série).”

espontaneamente sobre a sua relação com as máquinas de modo geral, com o rádio, TV, vídeo, games, computadores, internet, a fim de que, com o poder de uso das diversas linguagens, pudessem usufruir publicamente deste direito. O que percebemos, e o depoimento de Felipe Serpa⁸¹, ao final do evento, reafirmava isso, é que o discurso do adulto sobre o aprender na escola esteve sempre presente na fala dos jovens, que até reconheciam a aprendizagem fora do ambiente escolar, mas atribuíam maior significação ao saber formal transmitido pela escola. Insistíamos de que não podemos continuar a formar indivíduos que sejam apenas capazes de seguir ordens com eficiência. A escola precisa estar conectada com o mundo. Conectada, fisicamente, através destas tecnologias, mas, fundamentalmente, conectada com o mundo de forma autônoma e transformando-se em um local de produção de cultura e conhecimento, articulada com o que vem acontecendo ao seu redor. Repensar a escola é repensá-la como um todo, da arquitetura ao currículo. E este precisa ser reconstruído a partir de outra lógica, não mais linear e cartesiana, mas, sim, uma lógica hipertextual, que possibilite transformar a escola em um lugar de produção e não apenas de consumo de informações⁸². Esta atividade integrou o projeto de pesquisa que naquela época coordenávamos denominado *Educação e o novo milênio*⁸³.

⁸¹ <http://ripe.ufba.br/nlpretto/videos/criancas-faced-felippe-ago97p08.mpeg>, Acesso 19 nov. 2014.

⁸² Artigo com minha orientanda Lynn Rosalina Alves a partir do evento: PRETTO, Nelson De Luca; ALVES, Lynn Rosalina Gama. Escola: um espaço de aprendizagem sem prazer? **Comunicação & Educação**, nº 16, p. 29–35.

⁸³ Matéria sobre o evento na TV Band: <http://ripe.ufba.br/nlpretto/>

Eventos de abertura do semestre como esse foram sendo pautados por nós e, depois que assumimos a direção da Faced, buscamos transformá-los em atividade mais permanente, estabelecendo, ou pelo menos tentando, estabelecer um diálogo mais intenso com a sociedade. Desta forma, promovemos aulas inaugurais fora dos cânones da academia, trazendo o músico e compositor Elomar, a mãe de santo Mãe Stella de Oxóssi e a professora e também líder espiritual da região quilombola Kaonge, no Recôncavo baiano, Juvany Viana. A fala destas duas, em especial, foi marcante e resultou numa publicação que organizei juntamente com Felipe Serpa que denominamos de *Expressões de Sabedoria: educação, vida e saberes*⁸⁴. É deste debate que extraio um diálogo marcante que tive com a Juvany Viana, ao lhe perguntar o que era, para ela, ser professora. Juvany: “Eu acho que ser um bom professor é ser um bom amigo, ter uma boa compreensão, saber amar, ter uma frequência de carinho. Um professor se considera um pai, quer dizer, eu me considero uma mãe dos meus alunos a partir do momento em que eles chegam na sala. Ser um bom professor é ser compreensivo, é saber amar”⁸⁵.

Era chegada a hora de uma parada para estudar um pouco mais sem a pressão do cotidiano da universidade. Era chegada a hora de programar o meu primeiro pós-

videos/criancas-faced-band. No *site* do RIPE está disponível o vídeo integral do evento.

⁸⁴ PRETTO, Nelson De Luca; SERPA, Luis Felipe Perret (Orgs.). **Expressões de Sabedoria: educação, vida e saberes**. Salvador: Edufba, 2002.

⁸⁵ Idem, ib. p. 90.

doutoramento. Comecei a busca de local para poder passar um ano sabático, estudando e conhecendo lugares e pessoas interessantes. Achei Londres, e não podia ser melhor. Por coincidências da vida, tinha o contato de Scott Lash, sociólogo, pesquisador dos estudos culturais, jazzista amador, nascido em Chicago e, desde o seu doutoramento, vivendo pelo Reino Unido. Escrevo para Scott sobre a possibilidade de ir trabalhar com ele (sempre achei muito estranho esta história de em um pós-doutoramento, que é um período sabático, tratar o colega que nos recebe como tutor ou orientador!) em um projeto – Tecnologias de Comunicação e Educação. Minha proposta de pesquisa⁸⁶ para o período era analisar a presença das mídias de massa na sociedade e na educação e, como na Inglaterra, naquele período havia forte investimento da área, achei que seria o local adequado para o projeto. Justo naquele momento que lhe fazia a consulta, ele estava se transferindo da Universidade de Lancaster para a Universidade de Londres, para *Goldsmiths College*, onde seria o diretor do recém-criado *Centre for Cultural Studies*⁸⁷. Aceito por Scott, autorizado pelo meu departamento e com a bolsa da Capes aprovada, parti para Londres e por lá fiquei de setembro de 1998 a julho de 1999.

Foi um tempo maravilhoso, mas a internet apenas engatinhava. De lá, conseguia me conectar com os colegas no Brasil por uma internet que, de casa, ainda era discada. Pegávamos nas lojas gratuitamente um CD com os programas

⁸⁶ <http://www2.ufba.br/~pretto/posdoc.htm>, Acesso em 20 out.2014.

⁸⁷ Respectivamente <http://www.gold.ac.uk/> e <http://www.gold.ac.uk/cultural-studies>.

de conexão e, essa era a grande novidade, podíamos fazer a conexão gratuitamente com um provedor. Era o início desse importante movimento de ampliação do acesso à internet⁸⁸. Acompanhei tudo que podia neste campo, tanto na Inglaterra como ao visitar colegas e universidades em Portugal, Itália e Espanha, percebendo o crescimento da implantação da rede e os desafios para a educação naqueles países. Fui coletando dados e impressões, material que foi alimentando minha biblioteca, minhas anotações e gerando novas produções, acadêmicas e de divulgação.

O viés da comunicação sempre esteve muito presente em todas as minhas ações. Mas, num passado mais longínquo, usava tecnologias, digamos, mais *primitiva*, como as cartas que mencionei, ao falar dos amigos da Física da USP, do envolvimento com SBF, SBPC e os Núcleos de Professores de Física. Quando da minha estada em Nova Iorque, durante uns três meses, ao longo do meu doutorado (em 1991), sabendo que todos os amigos gostariam de receber notícias do que fazia, comecei a escrever uns pequenos folhetos, que denominei *A quem interessar possa...* para ali incluir as informações básicas sobre o que via por lá. Datilografava e fazia algumas montagens, reproduzia e enviava pelo correio para o endereço postal dos amigos. Era um tempo sem internet.

Agora em Londres, já com a internet, podíamos fazer o mesmo, escrevendo em linguagem de computador – a famosa *html* (*Hiper Text Markup Language*) que nos possibilitava

⁸⁸ PRETTO, N. L. Internet de graça... em Londres. **A Tarde**, 1999, p.3.

não mais datilografar, mas, sim, digitar, e, através de um protocolo de transferência denominado *ftp* (*File Transfer Protocol*), postar (olha mais uma palavrinha nova!) em uma página na rede. Nascia, assim, uma coluna quinzenal para contar minhas andanças e, com isso, o meu primeiro *blog*, mesmo sem saber muito bem que estava fazendo um *blog*. É importante que lembremos que os primeiros *blogs* foram criados em torno de 1997, 1998 e, na verdade, só ganharam o mundo depois dos anos 2000. Segundo a Wikipedia, nos finais dos anos 1990, eram menos de 50 *blogs* na rede, e, no início dos anos 2000, três ou quatro milhões. Hoje, 112 milhões.⁸⁹ Naquela época, eu era um daqueles primeiros 50 (será?!).

A ideia da escrita quinzenal estava desenhada, mas precisava inventar um nome para a coluna/*blog*. E ele surgiu, por uma feliz coincidência, quando estava ainda no Brasil, em uma viagem acadêmica a Santa Catarina. Assim escrevi no primeiro *post* (olha outra palavrinha nova): “Estou/estava em Joaçaba, Santa Catarina, no Sul do Brasil. Cidade na qual vivi dos cinco aos dez anos de idade a qual retornava depois de mais de 30 anos... Fazia frio naquele domingo e, ao acordar, pela janela do hotel, nada via! Uma neblina intensa impedia de ver o meu antigo colégio Cristo Rei, as pontes e o velho rio do Peixe, cada dia mais poluído. Nada tinha a fazer. Matava o tempo lendo, na cama, *Matando Tempo*, do brilhante físico e filósofo austríaco Paul Feyerabend. Ele é bastante conhecido pelo seu famoso livro ***Contra o Método***, publicado no Brasil pela Francisco Alves,

⁸⁹ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Blog>. Acesso 30 out. 2014.

em 1977⁹⁰. Minha ida para Londres estava na pendência dos órgãos oficiais de apoio à pesquisa - os famosos Capes e CNPq - aprovarem o meu projeto e resolverem me sustentar por cerca de 11 meses na velha Londres de tantas histórias que já conhecia. A mais famosa, é claro, a do seu clima, com seus fogs e smogs, com seus ventos, e tantas outras coisas, que espero poder ficar contando para você ao longo destes meses, quinzenalmente. Que nome dar a esse meu desejo de estar contando como estou vendo/vivendo/experimentando neste velho continente - oooppppsss! estarei/estou numa ilha! - e que para mim será, certamente, tão surpreendente?! Lá pelas tantas, na Joaçaba de minha infância, leio Feyerabend e vejo sua descrição sobre o, segundo ele, legendário smog de 1952, quando eu nem nascido era. O *smog* era tão forte que Feyerabend tinha que andar cuidadosamente pois 'as pessoas eram visíveis apenas lentamente'. No velho teatro Old Vic, que espero conhecer e poder contar um pouco de sua história, Feyerabend quase não via os atores no palco, apenas os ouvia e via seus vultos deslocarem-se... Fico pensando sobre meus próximos meses em Londres. Verei alguma coisa? Ouvirei alguma coisa? E o *smog*, será alguma vez intenso como em 1952? Se for, garanto que te conto. Descobri o nome da coluna. Pelo menos isso eu pude ver, verdade que ainda muito longe de lá. Mas muito perto de um pedaço da minha infância. A querida Joaçaba que hoje redescubro, revejo e mostro fotos que tenho, assim como espero fazer daqui alguns anos com as de Londres.”

⁹⁰ FEYERABEND, P. K. **Matando o tempo**: uma autobiografia. São Paulo: Unesp, 1996.

Durante o tempo em que lá estive, escrevi 17 pequenas crônicas que continuam na internet⁹¹ e que, alguns anos depois, transformei em um pequeno livrinho de bolso, com lindas ilustrações de Ivan Kalil⁹².

Durante esse período, em Londres, acompanhei de perto a movimentação que acontecia em diversos países com o objetivo de prepará-los para a chamada Sociedade da Informação. Além do estudo documental, participei de uma reunião em Estocolmo, na Suécia, que me pôs em contato com diversos pesquisadores da área e, também isso, contribuiu para o meu envolvimento – e escritos – sobre o tema, quando do retorno. Também o Brasil, naquele período, desenvolvia um projeto *Sociedade de Informação*, e novamente aqui entra em cena o conhecido e dinâmico Tadao Takahashi que havia sido contratado pelo MCT para coordenar o projeto *Socinfo* brasileiro. Voltarei adiante ao tema.

A convivência com Scott Lash, Andreas Whitel e Jakob Arnoldi, no *Centre for Cultural Studies*, foi enriquecedora. Eram muitas as conversas, indicações bibliográficas e tecnológicas e, claro, não poucos *pints of guinness*. Esse período me possibilitou muitas reflexões, e tudo isso gerou um verdadeiro turbilhão em minha cabeça, pois, se eu já havia juntado muitas áreas, estava agora a juntar muitas outras

⁹¹ <http://www3.faced.ufba.br/~pretto/london/smog/smog.htm>, Acesso em 30 out.2014.

⁹² PRETTO, N.L. *Smog: crônicas de viagens*. Salvador/BA: Arcádia, 2004. Mais recentemente, o livro foi reeditado como um livro digital que se encontra a venda pelo preço simbólico de menos de dólar nas lojas Amazon, Kobo e Indigo.

subáreas. Meu relatório final começava assim: “Em pleno verão de 1999, final de julho e começo de agosto, estava em Londres escrevendo o relatório do meu pós-doutoramento. Do lado de fora, um sol forte fazia da cidade aquilo que todos insistem em dizer que não acontece: um dia lindo, sem chuva, com um sol causticante. Dentro do Baths - antigo prédio do final do século passado que abrigava piscinas públicas - estou sentando frente ao meu computador. Tento colocar as ideias em ordem. À minha frente, três livros: *Il Paradiso Perduto*, de Marcelo Cini (1998), *Chaos - the amazing science of the unpredictable*, de James Gleick (1998) e *Complexity and Postmodernism*, de Paul Cilliers (1998).

Caos, complexidade, atratores estranhos. Bifurcações (DeLanda, 1992). Um mundo complexo e multifacetado onde sistematizar, por ordem, pode significar um dos mais difíceis empreendimentos. Do outro lado da rua, a Biblioteca. Vou lá para localizar o catálogo - caríssimo! da exposição que vi na Serpentine Gallery⁹³, no *Kensington Gardens*, bem no coração de Londres, logo que ali cheguei. A exposição era do fotógrafo alemão Andreas Gursky, com monumentais painéis de tipo metro e meio por dois e meio, belíssimos e com uma técnica fotográfica impressionante. Gursky apresenta, nessas imensas fotos, detalhes incríveis. Detalhes de pessoas, caminhando ou trabalhando, de um trem num vale nevado ou de esquiador numa montanha. Fotos de várias partes do mundo, inclusive com maravilhosos panoramas da esplanada dos ministérios e o teto do Congresso Nacio-

⁹³ <http://www.serpentinegallery.org>

nal brasileiro⁹⁴. Procurava o catálogo para a preparação de transparências sobre a pesquisa e reencontrei por lá o tal do Escher⁹⁵. Magnífico também.

Folheando, despretensiosamente, eis que surge em minha frente *Whirlpools*, redemoinhos, turbilhões. Fiquei mais uma vez impactado. Pela beleza da gravura – impressa a partir de dois moldes de madeira – pela idéia, e pelo que ela representava à minha frente naquele exato momento. Parado, pensando, refletindo sobre como dizer tudo o que significou este ano aqui”⁹⁶.

Alguns artigos acadêmicos foram rabiscados, outros concluídos e publicados, como *ICT in Education: Challenges for the Curriculum*, que já havia iniciado com meu orientando Arnaud Soares⁹⁷. Como de costume, publiquei com frequência artigos nos jornais brasileiros, fazendo o elo entre o que estudava e a realidade, tanto inglesa como brasileira.

⁹⁴ Andreas Gursky, arquiteto e fotógrafo, nasceu em Leipzig, em 1955. Suas imagens são incommuns, em todos os sentidos, e não importa o que registrem, elas propagam uma visão do mundo.

⁹⁵ Início o relatório com uma imagem de Escher e a explicação: “Maurits Cornelis Escher nasceu em Leeuwarden/Holanda em 17 de junho de 1898. Eu muito depois. Mas desde pequeno sempre fiquei muito impressionado com os seus trabalhos gráficos. Escher é um dos grandes nomes das artes gráficas da Europa sendo conhecido no mundo todo. Sua Torre de Babel (1928), um dos seus primeiros trabalhos, penso que já virou cartaz em todos os lugares do mundo”.

⁹⁶ <http://www2.ufba.br/~pretto/relatopr.htm>, onde é possível encontrar as referência bibliográficas citadas no texto.

⁹⁷ PRETTO, N.L.; LIMA Jr. A S.. Information and communication technology in education: challenges for the curriculum. *Goldsmiths Journal of Education*, v. 2, p. 46–53, 2000.

No retorno do pós-doutoramento, já como diretor eleito da Faced, o que vou detalhar a seguir, fui entrevistado pela jornalista Ana Lagoa, no Rio de Janeiro, na sede do Jornal do Brasil, jornal que hoje só existe na internet. Em página inteira, com o título *O futuro da escola*, a entrevista teve boa repercussão e abriu espaço nacional para intensificar a discussão de uma necessária transformação da escola para formar “cidadãos que interagem e não pessoas que consomem”⁹⁸.

⁹⁸ PRETTO, N. L. **O futuro da escola**. Disponível em <<http://www2.ufba.br/~pretto/textos/jb281199.htm>> Acesso em 20 out. 2014.

A direção da Faculdade de Educação da UFBA

A Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, assim como todas as demais instituições educacionais públicas, vinha passando por profundas transformações, considerando as exigências do mundo contemporâneo: um mundo de imagens e comunicação generalizado, ainda marcado por imensas desigualdades. Foram essas premissas que, durante o período londrino, me faziam dialogar intensamente, via cartas, com o sempre presente em minha vida, Felipe Serpa. Diálogos proveitosos e ricos academicamente.

Certa feita visitava, como fazia sempre que podia, o Museu de Ciência da Inglaterra, localizado em Londres⁹⁹. Meu vínculo com a divulgação científica continua muito forte, e tenho uma verdadeira fascinação por estes magníficos museus, como o da Inglaterra, a Cidade da Ciência *La Villete*, em Paris, o Museu de Ciência de São Francisco e, no Brasil, o Estação Ciência, em São Paulo e o Museu

⁹⁹ <http://www.sciencemuseum.org.uk/>

de C&T da PUC do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Por isso mesmo não me conformo com o descaso com o nosso Museu de Ciência e Tecnologia do Parque de Pituaçu, em Salvador. Uma edificação construída especialmente para ser um museu de Ciência, na verdade a primeira da América Latina, hoje, totalmente desativada. A lamentável história é simples e muito triste: o museu fora construído no governo de Roberto Santos (1975-1979) e o governador que o sucedeu, Antônio Carlos Magalhães, por intriga política, simplesmente o abandonou. Mas o lamentável é que de lá para cá, nenhum governo, até os dias de hoje, apoiou de forma significativa uma reestruturação do Museu¹⁰⁰. Enfim, um tema presente de forma cotidiana e que tem demandado muita luta. Mas voltemos à minha visita ao museu de Londres. Na loja do museu, encontrei um dado esférico que, quando lançado, e por ter um cubo no seu interior, girava, corria e, quando parava, mostrava uma posição dada, como, aliás, funcionam os dados que são um cubo propriamente dito e visível. Só que esse, externamente, era uma esfera. Uma ideia simplesmente genial... Vi e,

¹⁰⁰ Matérias e artigos sobre o tema podem ser vistas aqui: <http://www.secti.ba.gov.br/noticias/resgaste-do-museu-de-ciencia-e-tecnologia-da-bahia-e-discutido-em-audiencia-na-secti>; <http://cienciasbahia.org.br/2012/12/26/academico-nelson-pretto-cobra-reativacao-do-museu-de-ciencia-e-tecnologia-da-bahia/>; <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/fechados-ha-mais-de-uma-decada-museus-sofrem-com-abandono/?cHash=8254367f678c0c7cf5ae-2359783ba2f1>; Artigo meus sobre o tema: PRETTO, N. L. Não matem o Museu de C&T da Boca do Rio. **A Tarde**, 2013.

na mesma hora, lembrei-me de Felipe. Não resisti, peguei o dado, escrevi uma carta, falava sobre ciência, sobre universidade, sobre a nossa Faculdade e o seu futuro. Postei no correio e lá se foram os meses. Quando menos espero, em maio de 1999, chega pelo correio a carta de Felipe Serpa, manuscrita, em resposta às provocações que eu lhe fizera sobre a nossa Faculdade de Educação.

"Querido Nelson, Recebi sua correspondência.

Na internet ainda estou tateando com o auxílio de filhos e amigos. Já consigo ler as correspondências, inclusive as suas. Ainda não tenho aptidão para enviar mensagens. Devese à lentidão de minha digitação. Calma... chegarei a conviver pacificamente (será?) com essa maquininha infernal, hoje responsável pela expansão do poder hegemônico capitalista no mundo, mas também responsável por novos processos não modernos e não capitalistas da dinâmica societária".

Felipe transformou o dado, a minha carta, a sua escrita em resposta à minha em um movimento. Em sua turma de pós-graduação, ele me conta em um PS, que havia lido "a minha resposta em sala pelas reflexões expostas. Todos querem cópia da minha reposta a você. Sua carta é segredo quanto ao conteúdo, mas minha resposta está na disciplina de pós-graduação que estou dando. Beijos e abraços do amigo, Felipe".

Qual era o segredo? O segredo era que, em função de tudo que via, lhe propunha articular um grupo para pensar o futuro da Faculdade de Educação, já que, em breve, teríamos a eleição para a nova direção. Nossos diálogos, por carta e depois ao vivo, quando do meu retorno, estavam centrados na ideia cada vez mais forte de pensarmos

em pedagogias da diferença, em oposição às instituídas pedagogias da assimilação. Felipe tinha compromisso unicamente com o pensar, e o pensar solto, leve, bem fundamentado, mas não amarrado aos tradicionais e instituídos alicerces da ciência moderna. Mais uma vez, me vi frente ao meu mestre, agora colega de departamento, pensando-a para além do instituído. Pensando a universidade intimamente ligada com a sociedade que lhe instituiu. Felipe: “Na dinâmica contemporânea, a universidade só poderá se conscientizar ao nível de perceber que não só da academia vem o saber, quando conseguir institucionalizar a diferença como fundante, (...) a percepção será desenvolvida pela vivência e pela convivência no interior dos processos educativos”¹⁰¹. As bases teóricas e políticas estavam dadas, já que a fomos construindo ao longo de muito tempo, com muita reflexão, discussão e escritos¹⁰². Precisávamos avançar mais. E eu estava disponível e interessado em contribuir com esse pensar. E agir, como, aliás, sempre foi minha marca. Quando menciono esse agir, lembro, com muito carinho de meu pai, e ao dele lembrar, me vem à mente outro pai, o do jornalista e escritor carioca Carlos Heitor Cony, em sua *Quase-memórias*, ao falar, com um enorme carinho d'o pai, afirma Cony: “Apesar de ter chegado na hora aprazada para a reunião dos peregrinos, ele acomodou a

¹⁰¹http://www.faced.ufba.br/rascunho_digital. Acesso em 23 out.2006.

¹⁰²Escrevi um pouco sobre este diálogo com Felipe numa Tertúlia da revista *Presente!* chamada: *Felipe Serpa: “nosso Pajé”*. *Presente!* Revista de educação dez2006 / fev 2007 – pag. 54-59.

sua turma nos melhores lugares que havia arranjado na Sala de Imprensa da Central, mas ficou pela plataforma, conversando com os organizadores, tomando providências – uma das coisas que mais gostava era tomar providências, fossem quais fossem, tivesse ou não habilitação, mandato ou competência para tomar providências. Foi o último a pular para o trem em movimento”¹⁰³.

Estava disposto, eu também, a pôr a mão na massa. Ao retornar ao Brasil e à Faced, as conversas continuaram, e a professora Mary Arapiraca aceitou o desafio para, juntos com, primeiro Felipe, depois muita gente, assumir o projeto de concorrermos à direção da Faculdade. Para tal, refletimos muito sobre o que queríamos propor, pois era-nos claro que os profissionais da educação estavam sendo provocados a pensar em experiências pedagógicas inovadoras, articuladoras e articuladas em torno da pesquisa, do ensino e da extensão universitária. Não podia ser uma proposta de apenas dar continuidade ao que já vinha sendo feito. Queríamos mais, muito mais. Tínhamos consciência do desafio, pois, assim como todas as demais instituições educacionais públicas, nós também estávamos passando por profundas transformações, considerando as exigências do mundo contemporâneo, um mundo de imagens e comunicação generalizada, ainda marcado por imensas desigualdades. Queríamos pensar na possibilidade de muitas e várias experiências pedagógicas com vistas a viabilizar que a faculdade (e quiçá

¹⁰³Carlos Heitor Cony. **Quase-memória, quase-romance**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 54.

a universidade) assumisse a sua perspectiva de produção e desenvolvimento de conhecimentos e culturas, cada vez mais com esse plural pleno. Nessa direção, o projeto institucional buscou construir uma faculdade de *e-ducação* (com esse *e* de eletrônico, tão em moda naquele momento), apresentar as demandas de infraestrutura para a viabilização de um projeto de longo prazo, com o objetivo de transformar definitivamente a formação dos profissionais da educação no e para o estado da Bahia.

Assim, em 13 de janeiro de 2000, eu e a professora Mary Arapiraca assumimos a direção da Faculdade de Educação da UFBA. Era véspera da tradicional festa religiosa-profana em homenagem ao Nosso Senhor do Bonfim, que toma conta de Salvador. Oficialmente, não é feriado, mas, na prática, a cidade para. Assim, curiosamente, nosso primeiro ato como novos diretores da Faced foi *decretar* um ponto facultativo. Decretar não é bem a palavra, dado que um diretor de unidade, efetivamente, não tem poder nenhum. Como ainda veremos adiante, lamentavelmente, as principais funções deste cargo são administrativas e sua atuação é quase que reduzida à de um síndico de projetos, em função do processo de fissura da estrutura política da própria universidade. Ao longo dos últimos 30, 40 anos, passamos a conviver com um processo de transformação da universidade, deixando de lado sua concepção original. E nós não queríamos apenas continuar desempenhando este papel. Aceitamos o desafio justo para tentar mudar, tanto internamente, como externamente, na relação com a sociedade e com a mídia. Juntamente com Felipe Serpa, escrevemos na *Folha*

de São Paulo de 29/06/2000 como estávamos vendo estas transformações, em um artigo intitulado *Universidade Corporation*¹⁰⁴: “A universidade constituiu-se, durante este milênio, em uma instituição de estudiosos enquanto um centro de produção de conhecimento, de instância de reflexão crítica da sociedade e, mais importante ainda, como um dos pilares mais significativos da formação histórica da sociedade moderna e das gerações que se sucederam desde o século XII”. E dizíamos justamente que a concepção hegemônica de universidade possuía, agora, dois traços fundamentais, a saber: “1 - O mercado sobrepondo-se às sociedades nacionais e à relação entre essas sociedades; 2 - O conhecimento, núcleo central da universidade, constituindo-se no principal fator de produção e, assim, tornando-se, enquanto produto, uma mercadoria”. Terminávamos o artigo alertando que, se nada fosse feito, teríamos, muito em breve, “o fim da universidade e o início da mais cruel das empresas, aquela que lida com as idéias enquanto mercadoria”.

Começamos, portanto, o nosso período de dois mandatos na gestão da Faced, de 2000 a 2008, com o firme propósito de enfrentar esta situação e, para tal, propusemos, como plano de gestão “Construir uma escola sem rumo”¹⁰⁵. E isso seria feito de forma coletiva, através da

¹⁰⁴PRETTO, N. L.; SERPA, L. F. P. Universidade Corporation: início do fim. **Folha de São Paulo**, p. 3, 29 jun.2000.

¹⁰⁵<http://www.faced.ufba.br/tipo-de-documento/planos>, Acesso em 31 out. 2014.

instauração de processos horizontais de gestão, com um plano que extrapolasse o período de quatro anos, e que teve como princípio norteador, a ideia do privilegiamento do diferente enquanto fundante de todo o processo educacional, dentro e fora da faculdade. Trabalhamos, ao longo deste período, na elaboração de um plano diretor para a Faced e sua implantação começou em 2002, a partir do financiamento parcial de um projeto de infraestrutura de pesquisa, apoiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa no Estado da Bahia - FAPESB. Terminava o discurso de pose, reafirmando que queríamos “uma Faculdade sem rumo. Quer dizer, com muitos rumos. Com todos os rumos. Uma Faculdade viva, alegre, intensa, que atuasse de forma simultânea no distante e no próximo, no depois e até mesmo no antes, tudo, ao mesmo tempo, aqui e agora, como dizem os Titãs. Convocados estamos, convocando também, para, com as nossas mãos fazer uma Faculdade onde todos e cada um de nós viva intensamente o seu cotidiano, montando um grande espaço de acontecimento de aprendizagem.

Lembro-me de todos os outros espaços não tradicionais de aprendizagem, como tantos que temos nessa Bahia tão rica. Lembro também de outros, fora da Bahia, como a Escola de Samba de Mangueira, que está construindo um grande banco de dados para trabalhar a sua memória. Na contra capa do belíssimo Chico Buarque de Mangueira, um disco que inaugura oficialmente o tão sonhado Centro de Memória da Estação Primeira, Hermínio Bello de Carvalho é categórico: 'escavar a memória, provocar registros, buscar documentação. Aprender a Mangueira, para ensiná-la depois. Escola foi feita para isso'.

Escola foi feita pra isso. E para muito mais. E será. Por que não?!

Que Oxóssi me proteja.

Que o Senhor do Bonfim, proteja a todos nós, nessa São Salvador da Bahia, de todos os santos e orixás¹⁰⁶.

Fomos protegidos, com certeza. Foram muitos os desafios, mas também muitas as alegrias. Trabalhamos lado a lado, eu e a professora Mary, num compartilhamento de responsabilidades, tarefas e alegria. Solidários, discutindo e debatendo cada aspecto do nosso caminhar. Um caminhar conjunto, que nos possibilitava ir às reuniões dos Conselhos Superiores quase sem precisar combinar posições ou estratégias. Foi confortável trabalhar desta forma e, mais do que isso, uma enorme oportunidade de crescimento. Mary merece todo o meu respeito, carinho e admiração.

Mas este projeto não teve início somente com a posse na direção. Antes mesmo de estar pensando na possibilidade de assumi-la, contribuímos com a elaboração de dois grandes projetos estruturantes para a faculdade. O primeiro, mais especificamente, para uma reforma da nossa Biblioteca Anísio Teixeira, foi conduzido pela professora Iracy Picanço, diretora no período, e contribuímos com ele não só na concepção do projeto do ponto de vista conceitual, como também no arquitetônico, pois, por coincidência, nesta época estava comigo a estudante Alexandra Mariano, do curso de Arquitetura, bolsista PIBIC de um projeto de pesquisa nosso sobre

¹⁰⁶ <http://www.faced.ufba.br/administracao/posse/nelson-pretto-diretor>, Acesso em 31 out. 2014.

a Escola Parque¹⁰⁷. A gênese deste projeto PIBIC é interessante, já que, como disse em um artigo publicado no jornal *A Tarde*, em 19/07/1996, por uma falha de minha formação, ainda não havia visitado a Escola Parque, que ficava justamente em Salvador, referência básica para um tema que me encanta, a relação da arquitetura com educação. Fui à Escola Parque acompanhando uma turma de pós-graduação de Felipe Serpa. Chegando lá, encontrei um cartaz com a frase dita pela futura arquiteta Alexandra Mariano, quando terminou seu trabalho final de graduação (TCC) na Escola Parque: “Se eu tivesse conhecido antes a Escola Parque e a obra de Anísio Teixeira, teria feito educação”.

A visita foi emocionante e, assim, terminei o referido artigo: “Recuperando o meu tempo perdido, caminhando por aquelas árvores, prédios, professores, jovens e adolescentes, fico pensando em nosso grupo de pesquisa na Faculdade de Educação da UFBA. Lembro que procuramos desesperadamente colegas da Faculdade de Arquitetura que quisessem investigar conosco um pouco mais a relação da arquitetura com a educação, pensando com a gente como deverá ser o espaço escolar no novo milênio. Um milênio cuja característica básica é a presença generalizada das imagens e das informações. São as redes telemáticas, computadores, internet, vídeos, TVs interativas chegando às escolas e transformando-as

¹⁰⁷O resultado desta pesquisa foi o site Centro de Referência Anísio Teixeira – CRAT www.faced.ufba.br/crat. Lamentavelmente o *site* não está mais acessível, era um *site* muito primitivo em função das condições que tínhamos à época.

profundamente... Pensamos muito. Imaginamos as mudanças necessárias nos espaços físicos das escolas. O papel dos professores... Olhamos para frente, como sempre nos induz as novas tecnologias. E, num simples dia de julho de 1996, visitando pela primeira vez a Escola Parque de Anísio Teixeira, começo a perceber que, de fato, eu estava vivendo, ali, a tal escola do futuro que tanto idealizamos. Feitas as devidas atualizações temporais, pude, tranquilamente, concluir que a escola do novo milênio foi criada em 1950, por Anísio Teixeira, e está na Caixa d'Água, em Salvador, Bahia! Revendo a frase que abre esse artigo, dita pela futura arquiteta quando terminou sua pesquisa na Escola Parque, só me restou pensar em voz alta: 'se eu conhecesse antes a Escola Parque... teria feito também Arquitetura...'”¹⁰⁸

Tentamos muito para que este programa de pesquisa conjunto saísse do papel. Na verdade, nem no papel entrou. Foram apenas tentativas de articular as duas unidades, educação e arquitetura, mas não conseguimos avançar a não ser a orientação e a conclusão de um doutorado de Marcia Rebouças Freire e de mestrado Patricia Magris¹⁰⁹. Desde

¹⁰⁸ PRETTO, N. L. **Anísio Teixeira e a escola do novo milênio**. p. 2, 1996. Outro artigo sobre o tema: PRETTO, N. L.. *Escolas espremidas*. A Tarde, 2010.

¹⁰⁹ FREIRE, M. R. **Arquitetura na interface com a educação**: outras referências. Universidade Federal da Bahia/Faculdade de Arquitetura/Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Salvador/Bahia, 2006 e MAGRIS, P. **Escola-Cidade, Cidade-Escola**: espaços de aprendizagem do tempo agora. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal da Bahia/Faculdade de Educação, Salvador, Bahia, 2004, respectivamente.

2013, tenho a aluna Helena Avanzo, arquiteta-professora do IFBA/Barreiras, pesquisando para o seu mestrado, sob minha orientação, sobre a arquitetura das novas construções de instituições federais de ensino superior.

Mas voltemos aos dois projetos para a Faced, que mencionava. Os recursos do projeto para a biblioteca só foram aprovados, após o final da gestão da professora Iracy e, tão logo eles foram liberados, começamos a execução das obras, já inseridas no segundo projeto a que fiz referência. Esse segundo projeto era muito mais amplo, pois buscava uma reestruturação completa da faculdade, do ponto de vista conceitual, arquitetônico e de infraestrutura, seguindo obviamente os nossos princípios, tanto de educação como de gestão democrática. Submetido inicialmente ao CADCT (Superintendência de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico) órgão da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia da Bahia (SEPLANTEC), teve sua implantação iniciada somente em 2002, com um financiamento parcial já agora pela recém-criada Fundação de Apoio à Pesquisa, no estado da Bahia (FAPESB). O projeto, inicialmente com um orçamento previsto de R\$ 790 mil, foi realizado com os cerca de R\$390 mil liberados. Ao longo de mais de dois anos, a Faculdade virou um canteiro de obras. Ainda vivíamos um período áureo da não burocracia extrema e dos controles exacerbados e, com isso, tivemos certa flexibilidade para, inclusive, contratar um engenheiro, Juvenal Moreira, que se instalou na sala ao lado da direção para acompanhar, diariamente, todo o projeto e ter conversas comigo sobre o seu andamento. Aqui, outro aspecto que destaco – uma questão de princípio pessoal –, foi o de que a reforma seria feita totalmente integrada com

os demais setores da UFBA. Pode parecer algo secundário e até mesmo óbvio, mas não: desde aquele momento já estávamos no início de um acelerado processo de segmentação das estruturas internas da universidade (poderíamos dizer quase privatização por dentro), em função das dificuldades e da sistemática de financiamento realizados pelas agências (CNPq, Capes, FINEP e as recém-nascidas FAPs), estimulando uma lógica de apoio às pesquisas e pós-graduação, desvinculada da estrutura maior da instituição, questão acentuada na continuidade. Estas política e prática vão se consolidando com os grupos de pesquisas, laboratórios e clínicas que, praticamente, se transformam em setores no interior das unidades universitárias. Para fazer frente a isso, trabalhamos, portanto, totalmente integrados com o setor de projetos e com o CPD (Centro de Processamento de Dados) da UFBA. Um estudante de arquitetura, Daniel Casé, hoje responsável pelo setor de projetos da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, selecionado pela Prefeitura do *Campus*, foi contratado como estagiário para atuar junto com o já referido engenheiro, para, ambos, atuarem no escritório instalado ao lado da direção. Assim, cada passo da obra foi acompanhado por nós, e por toda a comunidade. Anos difíceis, mas que vencemos com relativa tranquilidade. Quase todos os projetos foram estruturantes, como a rede internet e de telefonia, a implantação de salas coletivas de usos múltiplos, em vez de salas exclusivas, a unificação das secretarias (proposta inicial do professor Sérgio Farias) para um trabalho mais integrado e conjunto dos departamentos e colegiados e, o maior de todos os desafios, trazer a secretaria da pós-graduação para atuar de forma integrada com a direção da unidade. Passo importante e

significativo, pois, pelas mesmas razões já apontadas, o que víamos, em função da própria história da criação da pós-graduação no Brasil, a partir do parecer de Newton Sucupira, em 1965¹¹⁰, foi a pós-graduação não se sentir parte das faculdades que a gestaram e a abrigam, e, sim, pertencendo a uma esfera superior, inclusive em termos de localização espacial no prédio. Conseguimos implantar o projeto integralmente, a partir do envolvimento de todos, com reuniões formais e informais, onde cada aspecto do projeto foi discutido e avaliado. Não quero dizer com isso que não tivemos críticas e algumas brigas, que considero normais em processos como estes. Afinal, mexíamos com espaço, e com espaço não se brinca!

Importante também mencionar outro projeto, criado em 2000, tão logo assumimos a direção da Faced: o *Educaufba*. Era um programa de discussões temáticas que começava com uma apresentação formal, em auditório, sobre um tema da educação objeto das pesquisas realizadas pelos docentes da própria faculdade, seguida de uma discussão que continuava no próprio auditório, e terminava com um coquetel informal para dar prolongamento aos debates e promover a interação entre os professores da UFBA. Os encontros, previstos para serem mensais, aconteceram às sextas feiras pela tarde. Foram realizados oito encontros, ao longo do ano 2000. Uma dimensão rede – sempre ela – estava prevista, mas, infelizmente, não foi bem sucedida como esperávamos. O que nos levou a propor esta iniciativa foi a demanda, tão

¹¹⁰CURY, C. R. J. Quadragésimo ano do parecer CFE nº 977/65. **Revista Brasileira de Educação**, nº 30. 2005, p. 7-20.

logo assumimos a direção, vinda de colegas que já me conheciam bastante e que viam, na nossa presença na direção da faculdade, a possibilidade de um maior estreitamento de laços entre a educação e as demais áreas. Concordava plenamente com isso, pois esse sempre foi o meu discurso na universidade como um todo e, depois, em muitos dos meus textos acadêmicos e de divulgação. Ocorre que a demanda que chegava era algo do tipo: “nos ajuda a melhorar as nossas aulas na graduação (de economia, administração, engenharia, medicina...), precisamos de uns cursos de metodologia do ensino!”. Não podia deixar de lembrar o professor Tanure toda vez que esse diálogo acontecia e, com ele, mobilizava-me na busca da superação da relação da educação com as demais áreas. Tentava mostrar para os colegas que a questão da qualidade do ensino de graduação não estava na falta ou na melhora de técnicas de ensinar. Passava por elas, claro, mas o que dificultava tudo era a falta de uma discussão mais profunda sobre as concepções de educação e de universidade e, isso, não estava na agenda da universidade. Queríamos ampliar o debate e, assim, nasceu o *Educaufba*. Nasceu com bastante barulho, porque partimos para produzir material de divulgação, que incluía a presença do projeto nos outdoors que a UFBA mantém em sua área externa.

Mas o projeto não foi tão bem sucedido como esperávamos, pois, já naquele momento, encontrávamos os professores totalmente assoberbados de trabalho e, analiso hoje, sem grandes interesses nestas discussões maiores. O fato é que o projeto lotava o auditório, com cerca de 100 lugares, mas, basicamente, tínhamos alunos de pós-graduação, professores de outras universidades do

estado e, claro, colegas de outras unidades, estes em menor número. Como já mencionei, a rede que queríamos montar, inicialmente através de uma lista de discussão, não teve boa participação. O projeto durou apenas o primeiro ano que foi diretamente coordenado por mim. No ano seguinte, convidamos outros colegas para o assumirem, mas, infelizmente, não conseguimos dar continuidade. O primeiro encontro aconteceu em agosto de 2000 com o tema *Educação e tecnologias contemporâneas*, e continuou com outros temas como *Pedagogia da Diferença*, *Educação e Trabalho*, *Currículo*, *Filosofia*, *Estética e Educação*. Alguns áudios dos primeiros encontros ainda estão guardados e merecem um melhor tratamento e divulgação.

Ao longo do tempo em que vivíamos a direção da Faced, também vivíamos mais intensa a própria gestão e a política da universidade. A sucessão do professor Felipe Serpa foi realizada com um grande embate político. Naquele primeiro momento, quando da eleição da professora Eliane Azevedo, vários grupos estavam juntos e unidos para a derubada do reitor não eleito Rogério Vargens. Uma vez consolidado o processo democrático na universidade, os grupos foram tomando distintos rumos. Alinhava-me fortemente com o grupo que tinha o professor Felipe Serpa como maior referência, que estava na reitoria. Este grupo aglutinava outras lideranças como a da professora Nice Americano da Costa Costa Pinto, que fora a pró-reitora *mão de ferro* da gestão Felipe Serpa, e do professor Luís Filgueiras, então diretor da Escola de Economia. Com os grupos bastante divididos, e para não alongar a discussão neste texto, saiu como candidato do grupo de Felipe Serpa o diretor

de Economia, que foi o primeiro colocado na eleição, nas três categorias. Foi ele, portanto, quem encabeçou a lista, quintupla na época, encaminhada ao MEC, mas que, por um erro estratégico, incluía todos os demais candidatos, o que permitiu que o escolhido para dirigir a UFBA, de 1998 a 2002, fosse o segundo colocado, o médico, professor da Faculdade de Medicina, Heonir Rocha, tendo como vice-reitor o professor da Faculdade de Comunicação, que havia se deslocado para o recém-criado Instituto de Ciência da Informação, Othon Jambeiro.

Durante esta gestão, no dia 16 de maio de 2001, mesmo ano em que, em julho, aconteceria em Salvador a reunião anual da SBPC, a UFBA foi invadida violentamente pela Polícia Militar do estado da Bahia. Delicada situação que demandou uma ação conjunta e dura de toda a universidade, pois os estudantes protestavam contra o então senador Antônio Carlos Magalhães, que estava sendo acusado de fraudar uma votação no Congresso Nacional. Em frente à Reitoria, foi marcada uma concentração e já anunciada a passeata que aconteceria de lá, bairro do Canela, até o bairro da Graça, praticamente separados apenas por um vale, o Vale do Canela, onde está localizado um dos *campi* da UFBA. Em função da divulgação da intenção dos estudantes, o governo do Estado já havia mobilizado desde os dias anteriores a sua Polícia Militar, que rondava praticamente toda a UFBA. A passeata começou, então, cruzando o campus, da Reitoria em direção à Graça, passando pelo viaduto que liga os dois bairros, por cima da Avenida Reitor Miguel Calmon. No outro lado do viaduto, abaixo da Faculdade de Direito, a PM bloqueou o trânsito e a passagem dos estudantes. A tensa negociação du-

rou, praticamente, toda a manhã e teve da direção da Faced um apoio permanente. Estávamos no *front* das negociações, uma vez que percebíamos que a tensão era grande e algo de muito ruim poderia acontecer. Estavam presentes professores da nossa faculdade, de Direito e de diversas outras unidades, diretores e lideranças de professores, técnico-administrativos, estudantes, OAB, diversos sindicatos, todos tentando dissuadir o comando da PM de permanecer no local, dentro do nosso *campus*. Ao final da manhã, a tensão era enorme. O comando da PM conversava por telefone diretamente com alto escalão do governo do Estado. Não havia solução. Não havia diálogo. A PM não arredava pé da área. Quando menos esperávamos, de algum local veio a ordem de se atacar estudantes e professores. A cavalaria subia e invadia a Faculdade de Direito. Bombas de gás lacrimogêneo eram jogadas para todos os lados. As balas e o deslocamento das pessoas correndo destruíram as vidraças da Faculdade de Direito. Neste momento, protestando contra a invasão e a brutalidade dos fatos, ao mesmo tempo em que tentava acalmar a situação, recebo um chamado da faculdade. A nossa unidade, localizada na parte baixa do Vale, estava sendo invadida pela PM. Descendo às pressas encontro um quadro dramático: o Vale fechado, estudantes, servidores e professores entrando nas salas e nos auditórios para se protegerem das bombas que eram atiradas pela PM para dentro da Faced. Do meio da rua, tento conter os estudantes que, a esta altura e com razão, não queriam mais conversa. A guerra estava estabelecida. Até praticamente o meio da tarde este foi o quadro. Ao mesmo tempo em que atuávamos na proteção dos estudantes, falávamos com a administração central, (reitor, vice-reitor, chefia de gabinete)

cobrando uma posição dura em relação ao governador que estava permitindo tamanha violência contra a autonomia da universidade. O Reitor convocou, então, extraordinariamente, o Conselho Universitário que se reuniu no salão nobre da Reitoria, no mesmo dia. A reunião do Consuni, obviamente, foi tensa. Os estragos causados pela violência, física e simbólica foram enormes. A UFBA buscava se recompor deste ato e firmamos, publicamente, uma posição dura em repúdio aos acontecimentos, estando a Faced, com muito orgulho, presente o tempo todo, todo o tempo, nesta luta. A nota aprovada por aclamação foi contundente:

Em vão, estudantes, dirigentes universitários, professores e funcionários tentaram durante horas dialogar com o comando da PM e autoridades estaduais, visando garantir a integridade das pessoas e da instituição. As forças policiais perpetraram um grave atentado contra as liberdades civis, que resultou em inúmeros feridos e danos ao patrimônio público.

A brutal e descabida agressão ao direito de livre expressão e o violento impedimento de legítima manifestação de estudantes, docentes e funcionários em espaço da Universidade, caracterizam afronta grave aos direitos individuais dos cidadãos e à essencial autonomia universitária, assegurados pela Constituição Federal.

Face a seriedade da situação, o Conselho Universitário da UFBA delibera: a) suspensão integral das atividades acadêmicas amanhã (17 de maio de 2001); b) mobilização de toda a comunidade universitária de estudantes, fun-

cionários e docentes, para a defesa firme da instituição; c) manifestação expressa de luto em todas as unidades acadêmicas da UFBA; d) convocação das organizações da sociedade civil da Bahia e do Brasil para ato público no salão nobre da Reitoria às 10 horas para a denúncia dos fatos e expressão dos apoios; e) tomada imediata de todas as medidas judiciais cabíveis para a punição rigorosa dos responsáveis.

À ocasião, estávamos em plena montagem do nosso novo setor audiovisual da Faced, que passou a ser denominado de ÉduCANAL, com novos equipamentos chegando, um servidor designado para atuar diretamente no setor, Aldair Manoel dos Santos e, à medida que a situação ficava tensa, ele tomou a iniciativa de, vendo a violência que sofríamos, partiu para a rua de câmera na mão. Ficou um registro deste trágico episódio para a memória da Faced e da UFBA¹¹¹.

Alguns meses depois, mais uma vez a SBPC entra de forma contundente em minha vida. Sempre com o envolvimento, apoio e trabalho conjunto com Mary Arapiraca, vice-diretora da Faced, nos preparamos para receber a 53ª reunião anual da SBPC. Colocamos, sempre com todas as decisões aprovadas pela Congregação da unidade, a faculdade à disposição para abrigar os estudantes que viriam para Salvador participar da reunião. Foram disponibilizados quase mil lugares, ocupando todas as salas e instalações, incluindo, com o apoio da administração central e da secretaria regional da SBPC, unidades para

¹¹¹ Vídeo sobre o episódio http://bit.ly/invasaoufba_grifo, Acesso 10 nov. 2014.

instalação de chuveiros no estacionamento da Faculdade. Usamos, de forma correta a meu ver, um slogan que traduzia bem o que sempre pensamos sobre todas essas atividades: “Lugar de estudante é na Educação”. Com este espírito, disponibilidade e forte envolvimento de nossos servidores técnico-administrativos que, literalmente, vestiram a camisa do evento, recebemos os jovens cientistas. Mas a situação tornou-se dramática, pois durante o período da SBPC, Salvador ficou sitiada por conta de uma enorme greve das polícias militar e civil. Carros blindados circulavam pelas avenidas, helicópteros do exército sobrevoavam a UFBA, enquanto debatíamos “Nação e diversidade - patrimônio do futuro”, o tema da reunião anual. A SBPC se acovardava e não discutia a greve, a segurança no país, enfim, realizávamos uma reunião anual literalmente sitiados, e a ciência e os cientistas permaneciam protegidos por uma redoma intransponível. Passei a pressionar pessoalmente a direção da SBPC, e não percebia disposição política de enfrentar a questão. Partimos para publicizar nossas críticas, o que gerou uma entrevista de página inteira no jornal *A Tarde* do dia 18/07/2001, com o sugestivo título: *Ciência, política e arte*, realizada pelo jornalista Carlos Ribeiro, hoje professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)¹¹². Afirmava que a relação entre esses campos é fundamental para a compreensão do mundo: “ciências, políticas e artes, no plural, estão intensamente integradas, fazem parte de um único todo. Tentar separá-las, como querem os cientistas tradicionais, é matar qualquer uma das três

¹¹²<http://www2.ufba.br/~pretto/textos/atarde%20entrevista%20sbpc/sbpc%20entrevista%20180701.htm> Acesso em 20 out. 2014.

áreas. Não podemos transformar uma reunião da SBPC numa pequena festa e numa despolitização total”.

A SBPC transcorreu assim mesmo até o seu final, quando o Dragão (“Animal fabuloso, símbolo da fusão e da confusão, perturbador do imaginário de todas as culturas, o dragão pergunta: Bahia, Bahia, que lugar é este?”)¹¹³, criação de Luiz Marfuz, colega professor da Escola de Teatro, elaborou uma performance que tomou conta do campus de Ondina, entre o medo da polícia, dos ladrões ou, quem sabe, do próprio dragão que circulava cuspidando fogo.

Terminada a SBPC, continuamos a vida da universidade e da cidade, e as marcas deixadas serviram de aprendizagem. Continuamos nossa gestão na Faced e, ao longo do final de 2001 e início de 2002, a UFBA vive mais um processo eleitoral. Mais uma forte disputa envolveu forças que se vinham confrontando ao longo dos últimos anos na UFBA. Alinhava-me, fortemente, com o grupo que tinha o professor Felipe Serpa como maior referência por ter estado na reitoria. Desta feita, saiu como candidata do grupo, a professora Nice Americano da Costa Costa Pinto. A administração central lançou como candidato o vice-reitor, Othon Jambeiro e, correndo por fora, o professor Roberto Paulo de Araújo, diretor do Instituto de Ciências da Saúde, que fora pró-reitor de graduação nos primeiros anos da gestão Felipe Serpa. Outro grupo expressivo na universidade, ligado aos professores e diretores de suas respectivas escolas – como Osvaldo Barreto Filho da Adminis-

¹¹³SBPC Cultural. <http://www.sbpccultural.ufba.br/identid/seman11/dragao.html> Acesso em 10 out. 2014

tração, Naomar Almeida do Instituto de Saúde Coletiva, José Sérgio Gabrielli de Azevedo da Economia, Antonio Albino Rubin da Comunicação, entre outros – articulou a candidatura de Naomar Almeida, que foi o vencedor da eleição e assumiu a reitoria da UFBA em agosto de 2002.

Desde o início da nova gestão, que coincidia com a assunção à presidência da República do Partido dos Trabalhadores, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nossa universidade mostrou-se bastante alinhada com os projetos federais. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, acompanhamos uma significativa expansão do setor privado. A expansão do ensino público em nível superior passou a fazer parte da agenda federal. Sempre defendi que o ensino superior privado precisaria ser controlado, com regras rígidas, mas que, de fato, somente haveria uma mudança significativa no quadro se, efetivamente, tivéssemos uma forte e adequada expansão do sistema público. Localmente, forças políticas aproveitavam os ventos favoráveis e se articulavam para serem os pais das emancipações e expansões. O nosso primeiro caso foi o projeto de desmembramento da Escola de Agronomia da UFBA, localizada no município de Cruz das Almas, para se constituir no embrião da futura Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). A UFBA empenhou-se nesse projeto, articulou parlamentares de todos os partidos e, de fato, em julho de 2005, a UFRB foi inaugurada pelo Presidente da República.

Durante esse período, nossa atuação no Conselho Universitário foi sempre no sentido de defender a expansão do ensino público superior, na Bahia e no país, mas sempre pautado por razões políticas e acadêmicas e não comanda-

do pelas pressões políticas partidárias de parlamentares que queriam implantar universidades em suas regiões eleitorais. Assim, defendemos que a proposta de criação de alguns *campi* avançados da UFBA no Estado da Bahia deveria ter como princípio norteador, a ideia de múltiplas educações, múltiplas pesquisas e estar fortemente articulada, em processos horizontais, com a sociedade e as demais Instituições de Ensino Superior públicas do nosso Estado. Insistíamos na necessidade de que essa expansão não poderia desconhecer outros saberes e culturas. Lamentavelmente a expansão do ensino superior no estado da Bahia não seguiu nenhuma razão acadêmica ou estratégica de política pública que articulasse educação, cultura, ciência e tecnologia e, sim, uma estratégia de força política partidária. Dessa forma, acompanhamos o desmembramento da nossa Escola de Agronomia, que consolidou a UFRB, a implantação dos *campi* Anísio Teixeira em Vitória da Conquista, em 2006, e professor Edgard Santos, em Barreiras, no Oeste da Bahia, também em 2006 – este último tendo dado origem, em 2013, à Universidade do Federal do Oeste da Bahia (UFOB)¹¹⁴.

Exercitamos essa ideia de uma ação integrada em uma região que seria, posteriormente, o embrião de um campus avançado da UFBA no município de Irecê, a 500 km de Salvador, no semiárido baiano. Acreditávamos que a presença das tecnologias digitais poderia exercer um papel fundamental. O princípio que presidia as nossas ações era o pensar a educação numa perspectiva plural, compreendendo-a como sendo o espaço da criação,

¹¹⁴PRETTO, N. L. A expansão da UFBA. **A Tarde**. 2/12/ 2005.

não um mero espaço de reprodução e de consumo de informações. Assim, nossas reflexões teóricas, no grupo de pesquisa GEC, e a gestão da Faced andavam *pari passu*.

Nesse sentido, uma das ações que nosso grupo desenvolveu, a pedido do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET Bahia), hoje IFBA, foi a realização de um curso de especialização *Ensinar & Aprender: Caminhos Metodológicos e Mapas de Navegação*, para o qual propusemos uma estrutura curricular que denominamos de hipertextual. O curso foi pensado articulando, de forma intensa, as nossas reflexões e pesquisas teóricas com a demanda (dos colegas professores) de uma formação que aliasse encontros presenciais com uma intensa utilização da rede, numa atividade que perpassava todo o desenvolvimento do curso. A concepção desta ação estava centrada numa perspectiva não-linear de educação, com práticas pedagógicas descentralizadas, horizontais e participativas, consideradas por nós como elementos fundantes do processo de produção de conhecimento em rede e de formação dos sujeitos na contemporaneidade¹¹⁵. Essas reflexões foram frutos de nossas investigações e, deste processo, nasceu o livro *Tecnologia e novas educações*, organizado por mim, editado pela Edufba (2005)¹¹⁶, com

¹¹⁵ Algumas das reflexões sobre esta experiência estão no capítulo BONILLA, M. H. S; PRETTO, N. L. Formação de professores: as TIC estruturando dinâmicas curriculares horizontais. In: ARAUJO, Bhoulmila; FREITAS, Kátia (Org.). **Educação a Distância no contexto brasileiro**: experiências em formação inicial e formação continuada. Salvador: ISP; UFBA, 2007. p. 73-92.

¹¹⁶ PRETTO, N. L. **Tecnologia e novas educações**. Salvador: Edufba, 2005.

texto dos integrantes do nosso grupo de pesquisa e colegas com quem mantínhamos forte articulação acadêmica. Este programa realizado em parceria com o CEFET-Bahia passou a ser utilizado como base para a ampliação de nossas discussões sobre as questões curriculares e a formação dos professores. Ao longo deste tempo, sempre éramos procurados por municípios baianos para oferecermos cursos de graduação ou de especialização para seus professores. Entre as muitas visitas-demanda, uma nos foi feita pelo secretário de educação do município de Irecê para estudarmos a possibilidade de formarmos os professores daquela rede municipal. Deixamos claro, desde o início de nossas conversas, que nossa relação teria de ser uma relação horizontal e que não caberia pensar na simples prestação de serviço, a ser contratado pelo município. Isso porque estávamos sendo informados que diversos outros grupos empresariais procuravam os municípios para oferecer formação aos professores em serviço por conta do artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) que previa, de forma não muito clara, que “até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço” (§ 4º, art. 87 - Título IX – das Disposições Transitórias).

Estávamos iniciando o uso intensivo da internet, tendo sido criada uma lista de discussão – absoluta novidade no momento – incluindo professores, pessoal técnico-administrativo e estudantes da faculdade. Como forma de viabilizar a política de informação e comunicação que implantávamos, todas as audiências e demandas de projetos, que chegavam à direção, eram imediatamente anunciadas pela lista *faced-l*

(lista até hoje em funcionamento). Sempre com um *Olá, Faced*, iniciava minhas mensagens falando dos projetos, visitas, reuniões do Conselho Universitário, suas pautas e resoluções e, além disso, iniciamos um *Programa de Formação de Plateias*, através de um esforço que fazia em conseguir com nossos parceiros (e amigos) ingressos para *shows*, cinema, peças de teatro, lançamentos, enfim, qualquer atividade cultural que acontecesse na cidade. A internet engatinhava, e precisávamos estimular o seu uso. Desta forma, quando recebíamos estes ingressos, anunciávamos pela rede, e os primeiros que respondessem, ganhavam os ingressos. Assim, fomos crescendo com uso da rede e nossos estudantes puderam participar um pouco das atividades culturais da cidade.

Voltando à visita do secretário de educação de Irecê, tão logo ela aconteceu, fizemos a ampla divulgação da demanda e convidamos os colegas interessados no tema, para se montar um projeto para atender demandas como aquelas. Muitos rapidamente manifestaram interesse, e assumiram plenamente a proposta, as professoras Maria Inez Carvalho e Maria Roseli Sá, hoje coordenadora e vice do colegiado do mestrado profissional em educação, que a Faced implantou em 2013.

Foram incontáveis as reuniões que fazíamos. Apresentamos a nossa experiência do curso do CEFET. Desenhávamos, redesenhávamos, escrevíamos, um sem fim de idas e vindas para, de um lado, decidir se tínhamos condições de assumir algo do porte e, de outro, de montar um projeto de formação que fosse além da formação. Nossa proposta foi se configurando para a construção de *Programa de Formação Continuada de Professores*, com a oferta de uma Licenciatu-

ra em Pedagogia, elaborado em parceria e de acordo com as singularidades locais. Tínhamos certeza de que não bastava oferecer curso ou diplomas aos professores do município. Para atender à abrangência desses princípios, foi construído um programa mais amplo, que, na nossa visão, deveria se constituir no embrião de um *campus* avançado da UFBA na região e, num futuro, na possível Universidade do Semiárido da Bahia. Ao longo de quase três anos trabalhamos nesse projeto¹¹⁷. O Programa era composto por um conjunto de projetos que seriam implementados, desenvolvidos e avaliados de forma interdependente e que, obviamente, exigiram o envolvimento de diversas outras Unidades da UFBA que não só a Faced¹¹⁸. Tentamos articular tudo isso, mas não fomos, no todo, bem sucedidos. Mesmo assim, implantamos o curso de graduação e, hoje, uma especialização e, desde este ano de 2014, um Mestrado Profissional, sob a coordenação das mesmas duas colegas professoras; um Ponto de Cultura, com apoio do Ministério da Cultura, o CiberParque Anísio Teixeira; o projeto Tabuleiros Digitais, além da criação de um espaço para a educação no município que ficou sendo conhecido como Espaço UFBA, mesmo não tendo nenhuma

¹¹⁷ <http://www.irece.faced.ufba.br/twiki/bin/view/UFBAIrece/WebPrograma>

¹¹⁸ Projetos: Formação em nível superior dos professores de Irecê/Bahia, Projeto bibliotecas virtuais, Projeto Ciberparques, Projeto Centro de Cultura e Comunicação, Projeto de formação em gestão escolar, Projeto de reestruturação das edificações escolares e Projeto de capacitação de professores da região de Irecê. Integra do projeto disponível em http://www.irece.faced.ufba.br/twiki/pub/UFBAIrece/WebPrograma/projeto_versao_atualizada.pdf, Acesso em 10 nov. 2014.

formalização a sua instituição como espaço físico da UFBA. Apesar das inúmeras tentativas, incluindo audiências públicas no município com a presença do Reitor e diversas outras autoridades, não foi possível viabilizar a construção de uma nova universidade na região, nem mesmo o *campus* avançado. Coisas da política!

Em paralelo, alguns meses depois de iniciado o estudo para a construção do Projeto Irecê, fomos incitados pela prefeitura municipal de Salvador e, sob a coordenação de Mary Arapiraca, foi implementado o Projeto Salvador, a partir dos mesmos princípios conceituais, obviamente modificados pelo grupo que assumiu essa missão¹¹⁹.

As divergências, em relação à gestão da UFBA, foram se acentuando ao longo do tempo, e no momento de se pensar a sucessão da reitoria, que se daria em agosto de 2006, o meu nome foi levantando por um grupo de colegas professores, estudantes e técnico-administrativos. Foram momentos tensos e difíceis para que conseguíssemos uma unidade mínima em torno de algum nome para esse desafio. Primeiro, porque administrar a universidade não é tarefa fácil. Segundo, porque enfrentar uma reeleição, de um candidato que tinha todo o apoio dos governos federal e estadual também se tornava uma tarefa árdua. Decisão que só foi tomada, praticamente há uns 45 dias antes da eleição propriamente dita, que seria dias 3 e 4 de maio de 2006. Tínhamos, portanto, cerca de 30 dias para a campanha. E terminei aceitando e sendo candidato, junto com Dirceu

¹¹⁹<http://www.projetosalvador.faced.ufba.br>. Acesso em 19 nov. 2014.

Martins, diretor do Instituto de Química.

Estávamos no segundo mandato na direção da Faced e assumimos a tarefa como sendo necessária para que pudéssemos pautar outra discussão sobre a UFBA. Queríamos uma *Universidade necessária: pública, participativa e plural*¹²⁰. As ideias que formulamos, no coletivo, tinham uma total sintonia com o que vinha se desenvolvendo teoricamente em minhas pesquisas, em nosso grupo e na faculdade. Para nós, a universidade “além da responsabilidade de produzir conhecimentos e divulgar culturas – e não somente ela, é bem verdade! –, (...) se constitui como um dos elementos-chave da produção da crítica na sociedade. Sua autonomia é, portanto, não apenas importante, mas fundamental. A universidade e sua administração superior não podem, a ponto de comprometer a sua autonomia, estar vinculadas a governos ou ao mercado, que insistem em querer transformar tudo em mercadoria, inclusive a educação”¹²¹. Não preciso continuar a descrição e análise do processo para afirmar que não conseguimos ser eleitos, apesar da expressiva votação que tivemos. Sabíamos das dificuldades que enfrentaríamos, justamente por conta desta forma de se fazer política, com um forte vínculo com partidos e governos, agora intensificada no interior da própria universidade, como já havia analisado por diversas vezes em escritos sobre políticas públicas.

¹²⁰<http://www.universidade.ufba.br>, Acesso em 12 set. 2014.

¹²¹http://www.universidade.ufba.br/material/o_futura_da_ufba.htm, Acesso em 12 nov. 2014. Artigo: PRETTO, N.L. O futuro da UFBA. **A Tarde**. 11/04/2006.

Além disso, a relação com as demais instituições de ensino e pesquisa do Estado, pelas quais tanto lutamos para se concretizarem na década de 1990, através do PINE-Bahia, ainda era um ponto a ser enfrentado, como ainda o é nos dias de hoje. Dizíamos, em nosso material de campanha de 2006, que precisávamos “abrir um caminho de diálogo entre as demais universidades públicas de nosso Estado [para] pensarmos em um plano interinstitucional em que o ensino, a pesquisa e a extensão universitários, em nosso Estado, pudessem ser realizados de forma complementar e articulada entre UESB, UESC, UFES, UNEB, CEFET, UFRB, UNIVASF, FIOCRUZ, escolas agrotécnicas federais e a UFBA. Tal proposta visava a modificação radical da lamentável situação educacional da Bahia.” Para isso, dizíamos, “a UFBA, pelos seus 60 anos, tem a responsabilidade de, humildemente, pautada no presente e vislumbrando o futuro, colocar-se à disposição das outras instituições para a produção coletiva das tão necessárias mudanças educacionais que o nosso povo espera”.

Fizemos o possível, pautamos muitos temas para a política universitária e, não tendo sido eleitos, retomamos a nossa posição de professor e a direção da Faced, para a continuidade dos projetos e a colaboração crítica na gestão que se iniciava em 2006, com a reeleição do professor Naomar Monteiro de Almeida Filho. Até 2008, quando do encerramento do nosso mandato na Faced, tivemos anos de bons embates teóricos e políticos sobre a concepção de expansão da universidade, já que víamos uma forte articulação com o governo federal de tal forma que a UFBA passou a desempenhar um papel protagonista na concepção e adesão ao

Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Esse, seguramente, é um período que os historiadores da educação ainda terão que se debruçar com muito afinco.

Importante retornar à campanha para reitor de 2006 para resgatarmos uma história que muito enobrece a Faculdade de Educação e o nosso grupo de pesquisa. Durante a campanha, recebemos alguns apoios de fora da UFBA sendo um deles, um *e-mail* que relembra um pouco da história do nosso envolvimento com diversas questões contemporâneas, entre as quais o movimento do *software* livre, em fraco crescimento deste aquela época.

O e-mail:

From: mario teza <mlteza em softwarelivre org>
Date: May 31, 2006 7:39 AM
Subject: Re: [PSL-BA] eleição para Reitor da UFBA
To: Integração do Projeto Software Livre Bahia
<psl-ba em listas.im.ufba.br>

Nelson:

Para quem não sabe, em 2000 ou 2001 o Nelson esteve no Rio Grande do Sul procurando entender a experiência que fazíamos com software livre no Estado. Depois nos encontramos nos debates no Ministério da Educação. Naquela época defendíamos o uso de software livre no FUST, aqueles bilhões ainda não utilizados. Nos encontramos de novo no MEC e falamos da possibilidade de reunir a comunidade baiana de software livre. Então ele pergunta: "como podemos fazer para criar um PSL?" Lhe respondi:

"É só criar." Hoje vocês são um exemplo de PSL ativo. Temos um dia para a eleição. Se o PSL-Bahia puder ajudar um dos seus fundadores a eleger-se Reitor, será primeira vitória deste tipo no Brasil.

Nossa pequena contribuição à campanha da reitoria:

<http://portal.softwarelivre.org/news/6439>

Um abraço

mario teza¹²²

Nosso envolvimento com o movimento do *software* livre tinha iniciado bem antes destes 2001, mencionado por Mario Teza, um dos fundadores do Fórum Internacional do Software Livre (FISL)¹²³. As primeiras pesquisas de iniciação científica que orientei já incluíam o pensar o *software* livre numa perspectiva filosófica associada à liberdade. A pesquisa, já referida, *Passeando pelo Cyberspaço* é um exemplo. Desde a metade de 1994, já havia conseguido uma bolsa, via Centro de Processamento de Dados da UFBA, para um estudante de computação de grande conhecimento em *software* livre, Ivo Peixinho. Aliás, tive comigo grandes figuras *experts* no tema e isso foi muito rico para minha formação. Ivo foi um deles, e ficou conosco até o final do ano de 1994, quando foi alocado mais permanentemente no próprio CPD. Na Faced, implantamos,

¹²²<http://listas.dcc.ufba.br/pipermail/dacomp-l/2006-May/028274.html>. Acesso em 10 nov. 2014.

¹²³<http://www.fisl.org.br>, Acesso 10 jul. 2013.

aliás, ele implantou, um servidor Linux para ser o domínio da própria Faculdade que terminou sendo uma das primeiras unidades da UFBA a ter uma página na internet. Com a nossa perspectiva de compreender a universidade como um todo, apoiamos também outra unidade, a FACOM, a ter o seu servidor. Nas palavras de Ivo Peixinho, fui lá “ajudar na montagem do servidor deles, eles tinham um servidor com um nome curioso (acho que foi a primeira vez que ouvi falar de ciberespaço).¹²⁴ Era um pessoal bem engajado: [o aluno] Messias Bandeira e [os professores] André Lemos e Marcos Palácios. Era interessante a visão deles, menos tecnológica e mais de comunicação”¹²⁵. Nessa época, além de Ivo Peixinho, atuavam no projeto outros bolsistas, entre eles, Marcelo Paradella, estudante de medicina e apaixonado por computação. Foi com essa turma que montamos os servidores e o primeiro laboratório da Faced. Esse foi um movimento crescente que demandava uma perspectiva tecnológica que fosse, ela mesma, coerente com a perspectiva de liberdade e de criação que estávamos desenvolvendo teoricamente. Já estávamos, cada vez mais, imersos no universo do *software* livre e, assim, como descrito por Mario Teza, propus que a Faculdade de Educação abrigasse o lançamento do *Projeto Software Livre Bahia*. Numa histórica reunião realizada no auditório I da Faced, em outubro de 2003, foi instalado o *Projeto Software Livre da Bahia* (PSL/BA), com a presença

¹²⁴O servidor era denominado de McLuhan, e foi instalado pelo meu bolsista Messias Bandeira, à época aluno da Facom.

¹²⁵E-mail pessoal no momento da escrita desse memorial, em 05 nov. 2014.

de Cláudio Prado, na época assessor para cultura digital do Ministério da Cultura.

Como diretor, buscava implantar, lenta e gradativamente, *softwares* não proprietários em muitas das máquinas da faculdade. Além disso, nascia, nesta época, o projeto *Tabuleiros Digitais*.

O projeto *Tabuleiro Digital* (TD) foi pensado como um projeto de inclusão sociodigital e foi concebido pelo nosso grupo de pesquisa Educação Comunicação e Tecnologia (GEC) e implementado desde o ano de 2004, tendo sido inaugurado em 23 de janeiro daquele ano, numa bela festa nos três andares da Faculdade de Educação. Para esse projeto, as discussões que lhe deram sustentação teórica partiam do entendimento que temos de que a chamada inclusão digital é mais do que ter acesso às máquinas. Ela é o exercício da cidadania na interação com o mundo da informação e da comunicação. Nossa ideia era de que o *Tabuleiro Digital*, tal como os tabuleiros de acarajé das cidades da Bahia de Todos os Santos, se espalhassem por todos os cantos e praças, para deleite de cidadãos baianos e turistas. O TD se espalharia por toda a Faced, inicialmente, e, depois, queríamos que por toda a UFBA, para proveito da comunidade universitária. Sua concepção arquitetônica foi feita a partir de um encontro que tive com um amigo Eduardo Rossetti, arquiteto e mestrando da Faculdade de Arquitetura, quando, num pedaço de guardanapo em um bar, rabisquei aquilo que imaginava ser o nosso tabuleiro.

Poucos dias depois Eduardo envia os primeiros estudos para o Tabuleiro.

Dos primeiros esboços ao projeto foram algumas reu-

niões e, desta forma, nasceu o projeto que propunha um *Tabuleiro Digital* reto, sem encostos, sem almofadas, projetado para uso rápido e ágil como o do tempo de comer um bom acarajé ou ler e responder meia dúzia de *e-mails*. Como dissemos no texto do projeto, “o projeto arquitetônico tem como idéia básica disponibilizar terminais de acesso à internet em um móvel que tenha a cara da Bahia. Não se pensou em um terminal de modelo futurista, nem numa simples bancada para suporte dos computadores, e, sim, algo inspirado em solução do cotidiano das trabalhadoras do acarajé. Utilizando computadores simples, rodando um sistema operacional livre, baseado no Kurumim e customizado pela equipe da Faced, diretamente do *driver* de CD, e como compromisso político a divulgação e utilização de *software* livre. Essa opção está conceitualmente articulada aos princípios do projeto, que visa ao uso das tecnologias numa dinâmica de liberdade plena de acesso e navegação, sem restrição a sites”¹²⁶. Alguns aspectos técnicos, emanados das nossas pesquisas sobre o tema, foram experimentados no projeto. Para começar, a questão central, que era o acesso ao código fonte – princípio fundamental do movimento do *software* livre – permitiu o contínuo aprimoramento e adaptação da plataforma de *softwares* livres utilizada no Tabuleiro Digital. Optamos, por outro lado, a trabalhar com uma máquina que o sistema operacional estivesse todo em um CD (*live CD*), de tal forma que a inicialização se daria sem acesso a discos internos, pois todos os *softwares* livres, necessários

¹²⁶<http://www.tabuleirodigital.org>. Acesso em 19 nov. 2014.

para boas navegações, já estavam lá pré-instalados. A máquina utilizada não permitia, portanto, nenhum tipo de armazenamento de dados, o que facilitava a manutenção dos equipamentos. Além disso, a segurança e privacidade eram garantidas, já que bastava reinicializar a máquina para restaurar a configuração original e, simultaneamente, termos todos e quaisquer dados pessoais deixados por um possível usuário descuidado, apagados. Inicialmente, o projeto foi submetido ao CADCT para financiamento, não tendo sido aprovado. Posteriormente, recebemos um patrocínio da Petrobrás e, com isso, conseguimos instalar 20 unidades na Faced, sendo depois expandindo para a cidade de Irecê, com o apoio da prefeitura municipal, e para o bairro de Pirajá, numa parceria com o projeto Onda Digital, do Departamento de Computação da UFBA.

Assim que os Tabuleiros foram instalados, o prédio da Faculdade de Educação foi tomado por jovens que viam ali uma oportunidade para adentrarem no mundo digital. Um belo dia, mais precisamente em 9.2.2004, nos deparamos com a seguinte mensagem no portal colaborativo LIGANOIS:

“Falai' manos, liga nois no nome do projeto de telecentros da UFBA, Tabuleiro Digital, maluco lá disse q é inspirado nos tabuleiros das vendedoras de acarajé, uscambau. Colei a notícia no metaong.info. Se pam tb tem o site do projeto em: <http://www.tabuleiro.faced.ufba.br>.

Sentiu firmeza? Fui, nem me viu!”

De fato, o projeto conseguiu atrair para a Faculdade me-

nicos das redondezas que passavam ali muitas horas, principalmente jogando. Obviamente isso gerou uma boa crise no interior da faculdade que íamos contornando com muita tranquilidade já que não queríamos colocar nenhum tipo de obstáculo para o livre acesso. Insistíamos que os alunos de pedagogia, futuros professores, precisavam atuar mais fortemente no sentido de interagir com essas meninas que, em última instância, deveria estar nas salas de aula como alunos destes futuros professores. Muitos foram os debates e discussões que promovemos e de que participamos, e, como parte de nossas pesquisas foi produzido o vídeo *Tensões e dinâmicas no Tabuleiro Digital*¹²⁷, com depoimentos de frequentadores, alunos e professores.

Lamentavelmente, no ano de 2010, devido à falta de recursos para manutenção e compra de equipamentos novos, o projeto foi temporariamente desativado. Em 2013, submetemos o projeto, desta vez com uma expansão para o município de Arataca, sul da Bahia, onde existe um assentamento do Movimento Sem Terra, com outros grupos da Faced já lá atuando. De novo, o esforço do trabalho conjunto. O projeto Tabuleiro Digital foi ganhador de dois prêmios importantes: o segundo lugar no prêmio de inclusão digital do Instituto Telemar, em 2006, e também o melhor projeto na categoria Setor Público Federal do Prêmio A Rede, em 2007.

Como afirmei na apresentação do livro *Tecnologia e novas educações*, todas as nossas pesquisas e atuações ati-

¹²⁷<http://ripe.ufba.br/dansaaas/videos/tensoes-e-dinamicas-no-tabuleiro-digital-parte-1.mp4>, Acesso em 04.02.2015.

vistas em torno do *software* livre, “tem sido um percurso interessante, mas com muitas dificuldades e, por isso, o fazemos com muita tranquilidade e persistência, pois acreditamos ser de importância vital para a educação a liberdade de acesso ao código fonte pelos especialistas da computação e a possibilidade de instauração de processos colaborativos, característica fundamental da filosofia *software* livre e elemento fundante dos processos educacionais”¹²⁸. Desta forma, o tema da inclusão digital passou a fazer parte do cotidiano das pesquisas no nosso grupo tendo gerado entrevistas, artigos acadêmicos e de divulgação¹²⁹, em função da grande repercussão do tema na sociedade.

Aqui, importante salientar que todos os nossos projetos tinham como base teórica uma noção de inclusão (digital) que questionasse, desde o início, o que significava incluir. Incluir quem e em quê e no quê?, eram e são as nossas questões até hoje. Em artigo publicado na *Revista Portuguesa de Educação*, afirmava em 2011 que temos que “pensar nos processos denominados de inclusão digital com outro olhar, afastando-se, assim, da perspectiva limitada do chamado treinamento para o mercado de trabalho. Temos defendido uma outra perspectiva de inclusão que supere a dramática dicotomia: para o filho do rico, todas as condições são oferecidas, com um quarto tecnológico, com computadores de alto

¹²⁸ PRETTO, N. L. **Tecnologia e novas educações**. Salvador: Edufba, 2005. p. 21.

¹²⁹ PRETTO, N. L. **Nelson Pretto fala sobre as novas tecnologias dentro do ambiente escolar**. Disponível em: <<http://educacao.atarde.uol.com.br/?p=9497>>.

processamento, conectados em banda larga, suporte gratuito e, o mais importante, a liberdade quase total para se fazer o que desejar; para o filho do pobre, acesso através das escolas, telecentros e infocentros, com aulas de informática para o ensino de planilhas, processadores de texto ou coisas do tipo, geralmente de forma muito entediante e com *softwares* proprietários. Investe-se muito e pouco se modifica essa realidade, uma vez que este tipo de política de ‘inclusão’ termina sendo impregnada por uma *pedagogização* exagerada dos processos, fazendo com que a distância entre aqueles que têm acesso e os que não têm aumente cada vez mais, reforçando a estratificação já existente em nossa sociedade”¹³⁰.

O tema da exagerada *pedagogização* dos equipamentos tem sido objeto de nossas pesquisas desde o ano 2004. Para ficar em apenas dois momentos, menciono a conferência¹³¹, no Congresso da Sociedade Brasileira de Informática, em 2005, e também, em 2007, um texto para uma reunião da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), do governo do Estado, denominado *Rodadas de discussão de temas estratégicos: contribuições para o PPA 2008*¹³². Essa discussão tem se intensificado a partir de políticas governamen-

¹³⁰PRETTO, N. L. O desafio de educar na era digital: educações. **Revista Portuguesa de Educação**, 24, nº 1 (2011): p. 95-118.

¹³¹Título: A Fronteira Tríplice entre Informática na Educação, Inclusão Digital e Inclusão Social. Slides disponíveis em: http://twiki.ufba.br/twiki/pub/Pretto/PrettoSlides/inclusao_exp_baianas0_3.pdf, Acesso em 01 nov. 2014.

¹³²PRETTO, N. L. **O papel da educação e o das políticas de cultura no desenvolvimento da Bahia**. SEI/Governo da Bahia, junho de 2006.

tais de introdução de computadores na educação, com especial destaque para o *Programa Um Computador por Aluno* (UCA), implantado no país a partir de 2005. Retomamos o que se tem constituído como a base de nossas pesquisas sobre a presença das tecnologias digitais na sociedade e na educação. Insistimos, ao longo de todo esse tempo, que essas tecnologias são tecnologias proposicionais, como denomina Felipe Serpa¹³³. Em um artigo denominado *Redes colaborativas, ética hacker e educação*, afirmava que essas tecnologias “passam a operar em uma dimensão diferente das antigas tecnologias, que operavam numa perspectiva de extensão dos sentidos do homem. Hoje, passamos a ter um conjunto de tecnologias que não mais operam na perspectiva de amplificar os sentidos, mas que passam a operar com as ideias propriamente ditas. Em outras palavras, máquinas que não mais estão apenas (apenas?!) a serviço do homem, mas que com ele interagem, formando um conjunto homem-máquina pleno de significado”¹³⁴.

Esses princípios vão nos mobilizando a avançar na produção de conhecimento sobre o tema e, nesse sentido, demos início, em 2003, a outro projeto de pesquisa sobre rádio *web*, que contou com bolsistas de iniciação científica (PIBIC e CNPq) e voluntários. A *Rádio Faced Web* transmite, 24 horas por dia, uma programação musical licenciada de forma livre, além de uns poucos programas sobre

¹³³SERPA, L. F. P. **Rascunho digital**: diálogos com Felipe Serpa. Salvador: Edufba, 2004.

¹³⁴PRETTO, N. L. Redes colaborativas, ética hacker e educação. **Educação em Revista**, [S.l.], 2010. v. 26, p. 305-316. ISSN 0102-4698, p. 310.

inclusão digital, economia solidária, crônicas e variedades. Uma ação que ganhou espaço no projeto foi a sistemática de transmissão ao vivo de eventos, palestras e bancas de mestrado e doutorado. Isso terminou ganhando corpo e, de certa forma, levou à uma diminuição, infelizmente, da dimensão produção de programas. A partir desse projeto da Faced, participamos da implantação de uma rádio no projeto Irecê, com a Rádio Ciberparque Anísio Teixeira, vinculada ao nosso Ponto de Cultura e Programa de Formação de Professores, e a Rádio Teatro UFBA. Em 2007, implantamos a rádio durante o Seminário de Pesquisa e Pós-graduação (SEMPPG) e Seminário Estudantil de Pesquisa (SEMEP)¹³⁵. Esse envolvimento com o tema rádio web terminou sendo objeto de uma publicação, o livro *Do MEB à WEB: o rádio na educação*, que organizei com Sandra Tosta, da PUC/MG¹³⁶. O livro nasce de um casual encontro meu com o professor José Peixoto, hoje na Universidade Estadual de Minas Gerais, um especialista em Paulo Freire, que estava comigo em uma reunião regional da SBPC que ocorria em Teresina/Piauí. Estávamos sentados no restaurante do hotel conversando sobre as nossas atividades, e eu mencionava que estava trabalhando com

¹³⁵Participaram das transmissões do SEMPEQ 2007 Géssica Aragão (Faced), Tiago Figueiredo (Faced), Fabrício , Santana (DCC), Darlene Almada Oliveira Soares (Faced), Dart Clea Rios Andrade Araújo (Faced), Joseilda Sampaio de Souza (Faced), Moíses Gwannaël (Voluntário/GEC) e Mônica Paz (Voluntário/GEC).

¹³⁶PRETTO, N. L.; TOSTA, S. P. (Org.). **Do MEB à Web: o rádio na educação**. Cultura, Mídia e Educação. São Paulo: Autêntica, 2010.

as potencialidades do uso da rádio na educação, especialmente pela presença delas na *web*. O professor Peixoto estava apresentando uma conferência sobre Paulo Freire e mencionava a experiência das oficinas radiofônicas, integrantes do Movimento de Educação de Base (MEB). Na mesma hora que essa conversa acontecia, visualizei uma publicação, com o *m* do MEB virando de cabeça para baixo, transformando-se no *w* da Web. Nascia assim *Do MEB à Web: o rádio na educação*, contendo artigos de pesquisadores do Brasil, Portugal e Espanha e que teve o privilégio de ter como prefaciador o professor Guillermo Orozco Gómez. É Orozco que, no seu texto, anuncia que “enfrentar o desafio educacional trazido pela digitalização e a interatividade que ela propicia é uma tarefa complexa, com muitas possibilidades”. Ele aponta que temos, então, de enfrentar estes desafios em três frentes: uma é o uso em diversas plataformas; outra é a “expansão de suas interconexões através de redes de usuários”; e, outra ainda, é a possibilidade associar as transmissões de rádio com o audiovisual e a multimídia. Orozco: “La radio como nunca, es mucho más que sólo radio. Mucho más que sólo un canal y un lenguaje sonoros, mucho más que sólo una dimensión auditiva para la transmisión de sonidos e informaciones. Es también un estímulo múltiple, que si bien inicia con la escucha, debe mutar a otras dimensiones sensoriales donde intervengan más sentidos”.

Outro tema que ganhou espaço no cenário educacional brasileiro foi educação a distância. Lamentavelmente, a UFBA não conseguiu avançar nem na discussão nem na implantação de cursos e projetos em EAD. O pioneiro aqui foi

o curso coordenado por André Lemos e Marcos Palácios, na Faculdade de Comunicação, com o projeto Sala de Aula¹³⁷. O tema ocupou nossas reflexões teóricas, e passamos a pesquisar mais especificamente o papel da EAD e, principalmente, a relação da educação a distância com a presencial¹³⁸.

¹³⁷O *site* do projeto não está mais na rede. Para uma descrição e análise do projeto feita pelos próprios autores veja LEMOS, A.; CARDOSO, C.; PALÁCIOS, M. **Uma sala de aula no ciberespaço**: reflexões e sugestões a partir de uma experiência de ensino pela internet. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/sala.htm#_ftnref2>, Acesso em 01 nov. 2014.

¹³⁸PRETTO, N. L.; PICANÇO, A. A. Internet e educação a distância. In: JAMBEIRO, O.; RAMOS, F. (Orgs.). Salvador: Edufba, 2002, p. 388. PRETTO, N. L.; PICANÇO, A. A. Reflexões sobre EAD: concepções de educação. In: ARAÚJO, B.; FREITAS, K. S. (Orgs.). **Educação a distância no contexto brasileiro**: algumas experiências da UFBA. Salvador: ISP; UFBA, [s.d.]. Disponível em <http://www.proged.ufba.br/ead/EAD%2031-56.pdf>

Na terra de Robin Hood

Foram oito anos na direção da Faculdade de Educação, período muito rico e que não me impediu de continuar atuando academicamente, com minhas pesquisas, cursos e atividades de extensão. Terminado o segundo mandato, em janeiro de 2008, chegava o momento de pensar em mais um período sabático. Mais uma vez, os contatos estabelecidos ao longo da vida terminaram ajudando a viabilizar a minha ida para a terra de Robin Hood, a cidade de Nottingham, a cerca de 200 km ao norte de Londres, Inglaterra.

Interessado no estudo das transformações na produção do conhecimento a partir das práticas colaborativas, resgatei antigos contatos como o que já tinha com Mike Featherstone, que estava agora na Nottingham Trent University. A bem da verdade, a retomada desse contato se deu por uma destas felizes coincidências, pois estava a ver meus *e-mails*, quando recebo um convite de um lançamento de livro organizado pela amiga de quem não mais tinha notícias, Olga Guedes Bailey. Ao ver o convite, percebo que Olga estava justamente na mesma universidade de Mike e, mais do que isso, lá também estava como professor o amigo Andreas Wittel, com quem convivi durante o meu primeiro pós-doc, em Londres, no *Centre for*

Cultural Studies. Parecia conspiração. Tudo acertado, construí, em conjunto com Mike Featherstone (que coordenava o *Theory, Culture and Society Centre*), o projeto *Educação e Cultura: problematizando o conhecimento global a partir da produção colaborativa*, de tal forma que, no início de outubro de 2008, desembarquei no aeroporto de Nottingham para um período de quase um ano.

A pesquisa buscou compreender a produção colaborativa de conhecimentos e de que maneira poderíamos pensar nos desafios em que essa perspectiva pode ser apropriada pelos educadores para se pensar encaminhamentos para os desafios educacionais, sempre atento às políticas públicas em diversas áreas do conhecimento, correlatas à educação, incluindo a área da cultura, da comunicação, da ciência da informação e da ciência e tecnologia. Dediquei-me mais a fundo em analisar as licenças criativas, os arquivos abertos e as novas formas de produzir e sistematizar o conhecimento, para além do instituído, incorporando à educação a discussão contemporânea sobre as novas formas de produção de conhecimento. A perspectiva plural que já vínhamos adotando foi então fortalecida e, assim, passamos a construir um conjunto teórico que ajudasse nossa reflexão sobre a realidade educacional e a possibilidade de se construir *novas educações*, de novo aqui, na perspectiva plural que estamos propugnando ao longo dos últimos anos.

Nottingham é uma graça de cidade. Com seus cerca de 300 mil habitantes, conectada por trem com todo o Reino Unido, e por um importante aeroporto muito utilizado pelas chamadas companhias áreas de baixo custo, é um porto seguro para lá ficar e também para circular por toda a Europa, o que fiz bastante, em companhia de minha mulher, Ivone, que me acompanhou

durante todo o tempo. Moramos em um apartamento com vista para uma enorme praça. De nossas janelas, pudemos apreciar um dos inversos mais rigorosos daqueles últimos 18 anos, com muita neve. Emocionante era ver tudo isso da janela de casa, com uma chá (ou um vinho!), enquanto escrevia ou papeávamos. A cidade tem uma vida cultural intensa, também pelo fato de sediar duas grandes universidades: a Universidade Trent (que é o nome do grande rio que corta a cidade), mais nova, e a tradicional Universidade de Nottingham, fundada em 1881.

Aproveitei o período para retomar os contatos acadêmicos, especialmente com Portugal e Espanha e avançar em alguns projetos, entre os quais a ideia de gravar um quadro para a Rádio Educadora da Bahia no programa Multicultura. Em abril de 2009, comecei a alimentar o quadro *Conexões* com comentários sobre educação, ciência, tecnologia, cultura e entretenimento. Esta tem sido uma rica experiência e, hoje, já são mais de 250 programetes de 3 a 5 minutos cada. Essa experiência me levou também, já de volta em Salvador, a fazer comentários semanais sobre Educação na Rádio Band News FM, num quadro denominada *Educação*. Na Band, foram 49 semanas de comentários, e todo esse material, e muito do que escrevo, está disponível em minha página na *web*. Nesta linha, também foi significativa a experiência de ser comentarista do Jornal do Futura, no canal Futura, da Fundação Roberto Marinho. Uma vez por mês, deslocava-me para o Rio de Janeiro e, nos estúdios da GloboSat, no Rio Comprido, gravávamos os quatro comentários que iam ao ar no jornal nas quatro semanas. Foi uma rica experiência que duraram alguns anos, entre 2005 e 2006.

Terminado o pós-doc, o retorno para a UFBA ocorreu no segundo semestre de 2009. Retomamos as orientações, que não foram interrompidas, pois já estávamos vivendo a conexão plena e generalizada, as aulas de graduação e pós-graduação, oferecendo uma nova disciplina, concebida a partir do avanço da pesquisa na Inglaterra. Denominei a disciplina de Ética Hacker e Educação, e começamos a oferecê-la em conjunto com Sérgio Amaral, da Faculdade de Educação da UNICAMP, que também trabalhava com algo muito similar. Começamos, assim, a experimentar o uso das tecnologias de web conferência para práticas de aulas na pós-graduação, o que não foi bem sucedido em função da qualidade das conexões, mesmo dentro de duas universidades públicas, conectadas via Rede Nacional de Pesquisa (RNP). Obviamente que esse é um dos aspectos que têm nos movido na luta política pela implantação de um plano de banda larga com velocidades que viabilizem, para toda a sociedade, o acesso pleno aos recursos da internet.

Nossas pesquisas e atividades de ensino e extensão foram evidenciando isso e demandando uma ação mais articulada o que nos leva, mais uma vez, de volta às nossas associações científicas e, aqui, volta à cena a SBPC.

Como também estava eu já envolvido com a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (Anped), não formalmente em cargos de diretoria, mas sempre como um colaborador, e percebendo que havia um movimento de aproximação da SBPC com a Anped – que é uma das 112 sociedades científicas que compõem a SBPC – considerei que seria importante fortalecer esta relação. Como estava para findar o mandato do secretário regional, profes-

sor Alberto Brum, coloquei-me à disposição para assumir a secretária regional da SBPC na Bahia e assim fui eleito Secretário regional no período de 2011 a 2013 e empossado no cargo na 63ª Reunião Anual que ocorreu em Goiânia/Goiás. Em 2013, fui reeleito, seguindo até julho de 2015 como secretário regional da Bahia e, por conta disso, também indicado para o Conselho do Instituto Ciência Hoje, responsável pelas publicações *Ciência Hoje*, *Ciência Hoje das Crianças* e por um programa de apoio ao uso das publicações do Instituto Ciência Hoje – ICH nas escolas, denominado PCHAE – *Programa Ciência Hoje de Apoio à Educação*. Esse tem sido um rico período, pois tenho tido a oportunidade de mais intensamente participar da aproximação destas duas importantes sociedades científicas. Destaco algumas questões que me parecem básicas para todas as áreas do conhecimento e para as quais estas associações científicas, no meu entender, não estavam atentas o suficiente: a governança da internet. Tentei, ao longo de 2013 e 2014, contribuir para uma posição mais ativa de ambas, SBPC e Anped, quanto à temática. Procurei estimular e quase *empurrar* as duas diretorias no sentido de um maior envolvimento em, pelo menos, dois importantes temas que estavam em pauta no período: o Marco Civil da Internet e a composição do Comitê Gestor da Internet no Brasil. Com relação ao primeiro, conseguimos que a SBPC passasse a se juntar aos movimentos que atuavam junto ao governo e ao Congresso com o objetivo de termos uma legislação para a internet que, de fato, fosse uma referência mundial. Neste sentido, SBPC e Anped passaram a se manifestar de forma contundente em defesa da neutralidade da rede, da liberdade de expressão na internet,

e da necessidade de garantia da privacidade dos internautas, em função da tentativa, cada vez maior, de se controlar a internet através das megacorporações, como as grandes empresas transnacionais de telecomunicação que atuam de forma intensa e articulada em quase todo o mundo. Outra frente aberta foi relativa à composição do Comitê Gestor da Internet. Como é sabido, e já mencionei anteriormente, a internet no Brasil foi implantada a partir da criação da Rede Nacional de Pesquisa (RNP). Como parte do seu processo de implantação e sedimentação, foi proposta a criação de um comitê, definido por decreto presidencial desde 1995, com 21 membros entre representantes do governo, do setor empresarial, do terceiro setor e da comunidade acadêmica. Desde julho de 2004, o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)¹³⁹ elege, democraticamente, seus representantes do terceiro setor, empresarial e acadêmico. O CGI se constitui, portanto, um importante espaço democrático de gestão da rede e é tido como modelo para o mundo. Nas palavras de Carlos Afonso, um histórico membro do CGI e um dos pioneiros da internet no Brasil no tempo do IBASE, que tinha o saudoso Betinho como referência maior, “a missão geral do CGI.br tem sido atuar como formulador, orientador ou executor de políticas relacionadas ao desenvolvimento da internet no país. O decreto original de criação [1995] destacava quatro campos de atuação: supervisionar o desenvolvimento dos serviços da internet; avaliar e recomendar padrões e procedimentos operacionais e técnicos; coordenar a designação

¹³⁹<http://cgi.br/>

de nomes de domínio ‘.br’ e números IP; publicar estatísticas sobre a internet.” Ainda segundo CA, como é conhecido, “a atuação do CGI.br e da equipe do NIC.br nos diversos temas da governança da internet tem sido destacada em foros internacionais como, entre outros, a ICANN e os derivados da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (WSIS), como o Fórum de Governança da Internet (IGF)”¹⁴⁰.

Portanto, tem o CGI um importante papel – que não poderia passar despercebido pelas nossas sociedades científicas. Em todo o período de renovação do CGI, são feitas várias gestões e articulações políticas para a eleição dos seus membros, a partir de um processo que inclui o registro das entidades que participarão do processo, a posterior indicação de candidatos e a eleição propriamente dita. Foi assim que conseguimos que tanto a SBPC como a Anped passassem a compor o referido colegiado e que, em nome das duas entidades, fosse indicado como candidato da academia o professor e ativista da Universidade Federal do ABC, ex-presidente do Instituto de Tecnologia da Informação (ITI), Sérgio Amadeu. Por uma inexperiência da administração da SBPC na questão, no período da eleição, a própria SBPC, que indicou o candidato, não depositou o seu voto eletrônico. Tendo havido um empate entre os candidatos, haveria uma segunda rodada para o desempate e, assim, tra-

¹⁴⁰De acordo com o texto: Sobre a ICANN, ver <http://www.icann.org>. O processo WSIS pode ser acompanhado em <http://www.itu.int/wsis/index.html>. Sobre o IGF, ver <http://www.intgovforum.org>. AFONSO, C. A. “CGI.br: história e desafios atuais.” **PoliTICs**, dezembro de 2011. Acesso em 22 ago.2014.

balhamos para que o nosso candidato fosse o professor da UFRJ, Marcos Dantas, que foi eleito e hoje integra o Comitê. Considero essa uma importante vitória, pois as duas entidades nunca estiveram atentas a este importante aspecto das políticas públicas brasileiras (a internet e a sua gestão), que termina sendo determinante do próprio funcionamento das universidades, centros e institutos de pesquisa e do avanço da ciência e da tecnologia no país.

Para nós da educação, particularmente, estas questões, associadas à necessária política pública de banda larga, são cruciais para a implementação dos processos horizontais que estamos preconizando em nossas pesquisas, estudos e ações, na universidade e fora dela. Em artigo publicado no *Terra Magazine* afirmava: “A conexão à internet em banda larga é fundamental para que possamos ter projetos desta natureza com resultados significativos. Na implantação do atual Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), centrado em um acordo entre governo e as operadoras, estas deveriam oferecer conexão com velocidade de 1 Mbps. Para a educação, o que já estava previsto é que, desde 28 de fevereiro passado, a velocidade ofertada em cada escola deveria estar sendo 'revista semestralmente, de forma a assegurar a oferta de velocidade equivalente à melhor oferta comercialmente disseminada ao público em geral, na área de atendimento na qual se inclui a Escola'. O atual acordo prevê que a partir de 1º de novembro de 2012 deva ser garantido percentuais mínimos de qualidade. Para essa etapa fala-se em oferecer, em média, 60% da velocidade contratada, ou seja, não menos que 600kbps. No entanto, pelo que temos visto em nossa mostra de esco-

las, a velocidade hoje deve estar em torno dos 10% do ofertado comercialmente aqui em Salvador e nas cidades que acompanhamos”¹⁴¹.

E assim, com todas essas frentes teóricas e políticas abertas, estamos atuando em nosso grupo de pesquisa, sempre tendo como princípio a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Esse tripé indissociável tem nos levado a propor atividades que integrem as três dimensões, envolvendo alunos de graduação e de pós.

A partir de um edital da Fundação de Apoio à Pesquisa no Estado da Bahia (FAPESB), que buscava desenvolver tecnologias para a melhoria da educação no estado, propusemos a implantação de uma plataforma para a circulação de vídeos na rede. O projeto, já escrito de forma diferenciada, foi assim descrito, em poucas linhas e adaptado para este memorial a partir dos rascunhos encontrados nos meus discos de memória. “A ideia básica: fortalecer escolas, professores e meninada para serem produtores de culturas e conhecimentos. Como? implantando núcleos de produção de vídeos e áudio em cada uma das cinco escolas iniciais do projeto, distribuídas na Bahia pela Região Metropolitana, Recôncavo e Semiárido. Queremos uma rede de troca de produção: adaptar e aperfeiçoar o RITU (Rede de Intercâmbio de Televisão Universitária) desenvol-

¹⁴¹ PRETTO, N. L. Do UCA a tabuletas: onde está a banda larga?. **Terra Magazine**, 11 de novembro de 2001. <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI5465701-EI17985,00-Do+UCA+a+tabuletas+onde+esta+a+banda+larga.html>

vido pela Universidade da Paraíba, para que esta Rede possa se transformar num espaço de compartilhamento de produções feitas pelas escolas, com base no currículo real e não em currículos idealizados em gabinetes... Com isso, propusemos a criação do RIPE (Rede de Intercâmbio de Produção Educativa). Ripe vem de hippie, de contracultura, de produção e criação descentralizada. Falamos em adaptar o RITU, por quê? Basicamente porque a conexão das escolas não deve ser sempre lá uma maravilha e não temos a ideia de GRADE de programação nacional. Queremos: produzir em qualidade alta, a partir de oficinas de produção, lançar no sistema diretamente da escola ou mandar o CD para a rede; ao subir o programa em resolução alta, gera-se uma versão em formato reduzido para poder ser visto na web com conexão baixa, tipo à la youtube e similares. Tudo com *software* livre, de cabo a rabo! A UFPB entra com a solução, a gente entra com bolsistas de Computação para que o 'RITU da educação' seja desenvolvido a partir do que já foi feito pela UFPB. No futuro, a ideia é termos uma TV da educação, feita diretamente por professores e alunos do sistema público de educação, da Bahia inteira, para começar.”

Submetemos, então, o projeto “Produção colaborativa e descentralizada de imagens e sons para a educação básica: criação e implantação do RIPE - *Rede de Intercâmbio de Produção Educativa*” e fomos selecionados para executá-lo, entre outubro de 2008 e março de 2010, com o objetivo de introduzir no cotidiano da escola formas colaborativas de produção de bens culturais para utilização na educação. Conheço, como sempre, a presença da ex-orientanda, e, hoje, colega, Maria Helena Bonilla.

A pesquisa foi desenvolvida em dois campos: ciência da computação e educação. Abrimos uma frente de investigação que buscava desenvolver sistema de circulação multimídia (como dito, tendo como ponto de partida a experiência do projeto RITU, desenvolvido pelo LAVID/UFPB). A outra frente aberta foi no campo das linguagens audiovisuais, incluindo trabalho com áudio, imagem e modelagem computacional, com a realização de formação nas escolas públicas envolvidas no projeto e com a produção de conteúdos multimidiáticos a partir do currículo “real” das escolas participantes do projeto. Chamamos isso de *currículo do chão da escola*. O resultado final foi a implantação do sistema RIPE, utilizando-se da plataforma Noosfero, criada e desenvolvida pela Cooperativa de Software Livre da Bahia (Colivre)¹⁴², e de um conjunto de oficinas nas escolas para a produção de vídeos. Paralelo a isso, o estudo e a busca de definição de metadados para o registro do material produzido. Com isso, adentramos para o campo das formas de registros, trabalhando intensamente com o uso de *tags* (etiquetas)¹⁴³.

Ao longo da pesquisa, fomos nos aproximando de

¹⁴²<http://colivre.coop.br/>

¹⁴³Relatório final da pesquisa em https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2723/1/artigo_ripe_edital_008-2009enviado_repositorio.pdf. Artigo sobre a pesquisa: BONIILLA, M. H. S.; PRETTO, N. D. L.; ALMADA, D. Produção colaborativa e descentralizada de imagens e sons para a educação básica: criação do e Implantação do RIPE – Rede de Intercâmbio de Produção Educativa. **Revista do IAT**, [S.l.], [S.d.], v. 2, nº 1, p. 202–219. ISSN 2178-2962.

outro movimento, em torno dos Recursos Educacionais Abertos (REA ou *Open Educational Resources* - OER), termo cunhado pela UNESCO em 2002, e que tem como princípio a disponibilização de recursos educacionais *on-line* para que os usuários, notadamente professores e estudantes, possam usá-los, remixá-los, reconfigurá-los, criando novos produtos que também ficarão disponíveis para a comunidade. Desde as primeiras pesquisas e os projetos com livros didáticos na década de 1980, vínhamos adotando esse princípio de produção localizada e de democratização do acesso. Naquele período, corríamos um grande risco de isolar as comunidades que produzissem os seus materiais apenas com os seus próprios conhecimentos. Hoje, temos abundância de informações, e produzir conhecimento localmente é, ao mesmo tempo, estar inserido no planeta e com ele interagir. Por isso insistimos tanto na infraestrutura tecnológica e na banda larga de qualidade. O movimento REA, portanto, se entendido como a possibilidade de produção e remixagem de conteúdos, e não simplesmente uma nova forma de distribuir conteúdos de forma centralizada, pode se constituir em um importante passo para a necessária transformação que tanto esperamos na educação, no país e no mundo. Essas ações investigativas estavam inseridas no projeto de pesquisa *Você é o que compartilha: movimentos sociais colaborativos e educação*, apoiado pelo CNPq, que busca compreender de que forma esta produção colaborativa e o compartilhamento, presentes de forma intensa em diversas áreas do conhecimento, podem contribuir para uma melhor compreensão dos desafios educacionais e de que maneira essas práticas e posturas podem estimular uma

mudança (radical) no papel dos professores (e dos alunos), contribuindo para que eles deixem de assumir a função de meros consumidores de informações para se constituírem em a(u)tores do processo, com intensificação da perspectiva de produção de culturas e conhecimentos no interior das escolas e universidades. Constituem-se objetos de nossa investigação as formas de licenciamento dos produtos científicos e culturais, a necessárias políticas de arquivos abertos e as novas formas de produzir e sistematizar o conhecimento, para além do instituído, incorporando para a educação a discussão contemporânea sobre as novas formas de produção de conhecimento.

Como parte e ao mesmo tempo como uma derivação independente, começamos outro projeto de pesquisa, ensino e extensão que denominamos de *Memória em vídeo da Educação na Bahia*. Criamos, para o curso de Pedagogia, um novo componente curricular (EDCC61) com esse nome, onde estudamos, a cada semestre, a vida de dois educadores com relevantes contribuições à educação no Estado, paralelamente à formação técnica dos alunos para usarem os equipamentos de gravação e edição de vídeo. Tudo sempre e somente com *software* livre, partimos para gravação dos depoimentos destes educadores, de forma a possibilitar que suas ideias, suas impressões e reflexões sobre a educação, cultura, ciência e sociedade, possam ser registradas em vídeo, em depoimentos descontraídos que possibilitem um profundo registro de suas memórias. Em paralelo com o estudo teórico sobre a educação e os nossos personagens, nossos estudantes realizam oficinas de produção para que pudessem estar qualificados para realizar todo o processo,

desde a montagem do espaço para as gravações até a edição, sempre em *software* livre, dos depoimentos já realizados. Esse rico processo de pesquisa, reflexão e operacionalização das entrevistas, constitui-se, desta forma, em um aprendizado para os futuros professores, ao mesmo tempo em que resgatamos a história destes personagens e da própria educação, agora não mais apenas da e na Bahia, mas em um espaço maior, uma vez que, ao se promover o livre pensar, cada um pode extrapolar a sua vivência para um universo muito maior do que o seu local de origem. Este material, licenciado em *Creative Commons*, passa a ficar disponível para que todos os interessados possam usá-lo da forma em que se encontra, mas também, e aí reside a maior importância deste trabalho, reutilizá-lo de diversas formas, remixando-os e com isso produzindo novos materiais, que, evidentemente, devem obedecer às mesmas condições do licenciamento que realizamos. O que esperamos, nessa nítida atividade extensionista, é a promoção de uma intensa circulação desses produtos e dessas ideias. O que pretendemos, ao final destas pesquisas e ações, é poder contribuir com novos elementos para se pensar a educação (e a formação de professores) a partir de práticas colaborativas e cooperativas, com uso intenso das tecnologias de informação e comunicação. Como já mencionamos, as entrevistas estão disponíveis na comunidade Memória em Vídeo da plataforma RIPE¹⁴⁴.

Em relação à graduação também criamos, junta-

¹⁴⁴<http://ripe.ufba.br/memoria-da-educacao-na-bahia>, Acesso em 12 nov.2014.

mente com a professora Mary Arapiraca, uma disciplina chamada Polêmicas Contemporâneas, no período que estávamos na direção da Faced. A primeira turma foi ofertada em 2007. Queremos, com isso, estabelecer uma profunda discussão dos diversos temas “das educações, das ciências e das culturas contemporâneas, constituindo-se numa espécie de 'vazio quântico' do currículo dos cursos de graduação, em todas as áreas do conhecimento”. A disciplina é aberta a todos os alunos da UFBA, justamente para poder resgatar aquilo que consideramos como sendo a essência da universidade, que é a possibilidade de interação com as diversas áreas do conhecimento. O que temos visto hoje, nas mais recentes reformas curriculares é, cada vez mais, os cursos fecharem-se neles mesmos, fazendo com que os alunos não circulem pela universidade, pelas diversas áreas do conhecimento. A componente curricular é oferecida com um módulo grande, justamente para poder abrigar mais gente, estando também aberta aos demais interessados de fora da UFBA. Todas as aulas são gravadas e transmitidas ao vivo em áudio pela internet pela nossa Rádio Faced Web¹⁴⁵ e usamos, intensamente, todas as redes sociais, como Twitter, Facebook, Instagram, entre outros. Com esses registros o que esperamos é a continuidade da discussão ao longo do semestre e do tempo. A programação dos temas é sempre feita pelos alunos no começo do semestre.

Como já brevemente mencionei, na pós-graduação,

¹⁴⁵<http://www.radio.faced.ufba.br>

desde 2009, criamos uma disciplina especial denominada Ética Hacker e Educação (EDCC10), com o objetivo de trazer para a formação dos mestrandos e doutorandos uma reflexão mais aprofundada sobre o *modus operandi* de movimentos que têm na solidariedade, cooperação e generosidade as suas bases. Bases que foram, paulatinamente, se afastando do universo educacional. Trazer essas reflexões para a formação pós-graduada era importante uma vez que percebíamos, cada vez mais, a importância das reflexões teóricas que estavam associadas a essa maneira de produzir os códigos para o funcionamento dos computadores, mas não só limitado a eles. Por isso, me parece ser de fundamental importância compreender que, quando se pensa em um *hacker*, é comum que se pense num criminoso que age entre os zeros e uns da internet, roubando senhas e quantias em dinheiro. Entretanto, o estereótipo do vilão *online* não representa adequadamente os *hackers*. Para os vilões, foi inclusive criada a palavra *cracker*, para identificar esses criminosos cibernéticos, que não têm nada a ver com o *hacker* a que aqui nos referimos. Portanto, partimos para combater a marginalização do termo *hacker* e, como sempre temos feito, consideramos importante a população receber informações sobre o assunto e ser educada para não ver os *hackers* como “terroristas virtuais”, mas, sim, como um grupo de pessoas em busca da construção coletiva do conhecimento. Foi isso que fizemos, como parte da referida disciplina e das nossas pesquisas, num projeto de extensão para acontecer durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia de 2010. Com uma interessante parceria com o Instituto de Rádio e Difusão Educativa da Bahia (IRDEB), que mantém a Rádio

e TV Educadora da Bahia, organizamos, na disciplina e no grupo de pesquisa, um seminário e um conjunto de programas e vinhetas para rádio e televisão que ocuparam a grade de programação da rádio e da TV durante o mês de setembro e outubro de 2010¹⁴⁶. O material, além de estar disponível no RIPE, e nos demais canais de vídeo na internet como Youtube e Vimeo, foram transformados em uma série de Dvds.

Mas voltemos ao tema da ética *hacker* do ponto de vista teórico. Dois livros são importantes e terminaram se constituindo na base inicial de nossas pesquisas e aulas. O primeiro foi escrito pelo jornalista Steven Levy, em 1984, e publicado no Brasil em 2012 com o título *Os Heróis da Revolução: como Steve Jobs, Steve Wozniak, Bill Gates, Mark Zuckerberg e outros mudaram para sempre as nossas vidas*. O outro, referência para quem está atento ao tema, é o livro do filósofo Finlandês Pekka Himanen: *A Ética dos hackers e o espírito da era da informação*. Dos dois livros podemos elencar alguns princípios que regem o movimento dos hackers e que estão sendo úteis para as nossas reflexões sobre educação. Para o *hacker*, o acesso aos computadores e a qualquer coisa que possa ensinar algo sobre o funcionamento do mundo deve ser irrestrito e total. Além disso, o *hacker* faz o que gosta, do jeito que gosta e quando gosta: cria coisas úteis para a sociedade e espera reconhecimento em troca. Por isso, os *hackers* devem ser julgados por suas ações, não por critérios artificiais, como diplomas, idade, raça ou posição. De outro lado, as criações dos *hacke-*

¹⁴⁶Todos os programas, vinhetas e materiais podem ser encontrados em:
<http://www.eticahaker.faced.ufba.br>

rs devem estar sempre disponíveis para serem aperfeiçoadas, sendo importante não confiar nos argumentos de autoridade e, ao mesmo tempo, promover sempre a descentralização das produções e decisões.

Um *hacker* tem participação ativa no seu grupo social, por isso gosto de usar a expressão ativismo quando a eles estou me referindo. Os *hackers* produzem conteúdos e os colocam logo na roda – e na rede! – para que possam ser testados e aperfeiçoados por todos. Eles reconhecem o esforço do outro e dão créditos aos desenvolvedores anteriores. Para o movimento *hacker*, é importante sempre inovar, buscando-se constantemente melhorar o que foi produzido. Isso porque, para eles e para nós, os computadores podem mudar sua/nossa vida para melhor. Mas é necessário dedicar-se com amor ao que se faz e acreditar que é possível criar arte e beleza em um computador. Estes são alguns dos elementos do que poderíamos chamar de princípios gerais da atuação dos *hackers*. O que estamos fazendo em nosso grupo de pesquisa é associá-los à educação para que possamos usá-los como inspiração para repensar o sistema educacional como um todo.

Para que os princípios da cultura hacker façam parte da educação escolar, pensamos ser necessária uma reestruturação da rede como um todo, o que não impede que possamos ir tocando algumas modificações e introduzindo algumas práticas que já apontariam na direção da escola hacker que queremos. Por exemplo, aproveitando todos os equipamentos, que já chegam às escolas, fornecidos pelo MEC e Secretarias de Educação, como computadores e câmeras fotográficas, os celulares dos próprios alunos, poderiam ser montados laboratórios *hacking* e promovidos *hackdays* nas escolas (“reunião

de pessoas que se juntam com o objetivo de chegar a um fim desejado através de métodos inteligentes de *hacking*”), convidando-se, inclusive, ex-alunos e comunidade.

O modo como os *hackers* trabalham tem muito a nos ensinar para o repensar do sistema educacional. Uma primeira e fundamental questão é a própria internet. Quando da sua criação nos laboratórios da Europa e dos Estados Unidos, mais precisamente quando falamos das universidades americanas na Califórnia e em Massachusetts, e do CERN – Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear– na Suíça, o que percebemos é que a internet, que já foi chamada de *a rede das redes*, uma *meta rede*, foi assim denominada por uma única e fundamental razão, vital para tudo que estamos pensando e fazendo nos dias de hoje: o sistema desenvolvido partiu do princípio de que não era necessário modificar o que já existia, e sim criar um protocolo (ou muitos) que conectasse o diferente. Cada um usa o sistema operacional que desejar (eu só uso os livres!), e a comunicação acontece mesmo assim, sem precisar transformar as redes diferentes numa mesma rede, ou seja, sem precisar transformar o diferente no igual. Outro princípio fundamental é o que define que não importa o que cada computador receba no nó da rede a qual ele está conectado. O que é recebido deve ser passado adiante, sem se olhar o que tem dentro (ou seja, todos os bits são neutros) e nem se cobrar nada por isso. Esta é a razão pela qual as pessoas podem conversar sem custos estando lá onde estiverem. Na verdade, o que se tem aqui é um jeitão meio “economia solidária de ser”, pois o custo é diluído por todos.

Como essa turma de *hacker* estava na base do pró-

prio desenvolvimento da internet, esses princípios estavam presentes desde aquele momento. O exemplo maior disso é o movimento do *software livre* (ou do *software aberto*).¹⁴⁷ O movimento *software livre* tem como base justamente o compartilhar a informação, socializando as descobertas, de maneira a estimular a comunidade a buscar o aperfeiçoamento do sistema. Assim, todos participam do desenvolvimento e, quanto mais usamos os *softwares*, mais eles ficam, potencialmente, aperfeiçoados.

Em paralelo a isso, políticas públicas foram sendo estabelecidas, e o Brasil tem tido um papel importante nesse campo. A cultura *hacker* começou a ser uma política de governo, a caminho de uma política de Estado. Estivemos, muito fortemente, associados àquele momento que correspondeu aos dois mandatos do presidente Lula, quando estava no Ministério da Cultura Gilberto Gil e Juca Ferreira. O trabalho com os Pontos de Cultura foi fundamental para pensarmos uma política cultural que brotasse de baixo para cima, privilegiando os diversos saberes da sociedade. Participamos ativamente deste momento, seja como proponente de Ponto de Cultura, o de Irecê, já mencionado, seja integrando, mesmo que por muito pouco tempo, um Comitê Nacional dos Pontos de Cultura a convite do Ministério da Cultura. Lamentavelmente na mudança da Presidência em 2010, assumiu o Ministério da Cultura Ana de Holanda, representando um enorme retrocesso nessas políti-

¹⁴⁷ Para saber mais, ver *Do regime de propriedade intelectual: estudos antropológico Internet lógicos*, organizado por Ondina Fachael Leal e Rebeca Henemann Vergara de Souza, publicado pela Tomo editorial, em 2010.

cas. Estivemos fortemente presentes nas lutas em defesa dos Pontos de Cultura, pela reforma do direito autoral, pela banda larga, Marco Civil da Internet, entre outras. Tudo isso foi fruto, talvez tenha aqui até um exagero, de uma forte articulação em rede – *à la* movimento hacker– e cada ação contra esse avanço correspondia a uma *violenta* reação em defesa dos princípios *hacker*, que, em última instância, são os princípios da liberdade de expressão, do direito ao anonimato, da transparência dos dados, com o movimento pelos dados abertos, entre tantos outros. Neste último, em particular, vale sempre lembrar a máxima *hacker*: a privacidade é para os indivíduos, e a transparência é para os governos e políticos¹⁴⁸.

Creio que ficam claras por este percurso as razões pelas quais eu tenho defendido que precisamos, para pensar as políticas educacionais, ter um olhar mais amplo, para outras áreas do conhecimento que são vitais para a própria educação. Mas, claro, no campo específico da educação, muito precisa ser feito.

Desde o segundo semestre de 2013, essa nossa área começou um debate em torno da indicação de nomes para a sua representação na Capes no triênio 2014-2016. O processo de avaliação da pós-graduação brasileira tem sido levado a cabo por este órgão do governo federal, criado na década de 50 por Anísio Teixeira, com a forte presença e interação com a própria comunidade acadêmica. A cada triênio, estabelece-se um processo de escolha de representantes de cada uma das áreas que compõem a estrutura da instituição. A Capes vem desempenhando um

¹⁴⁸ ASSANGE, J. et al. **Cypherpunks**: liberdade e o futuro da internet, [s.d.].

papel importante na consolidação do sistema de pós-graduação brasileiro e no apoio a pesquisas e projetos de qualificação dos professores e pesquisadores das diversas instituições de pesquisa e ensino superior do país. Sou um beneficiário desses programas, uma vez que os meus dois pós-doutoramentos foram feitos com seu apoio e também coordenei, juntamente com Theresinha Miranda, um projeto de cooperação internacional *Promoting the Inclusion of Persons with Disabilities in Society Through Assistive Technology: Culturally Appropriate Solutions*¹⁴⁹, de 2004 a 2006, com a participação da UFBA, da Universidade de Tuiuti do Paraná¹⁵⁰, *Temple University* e *Bridgewater State College*, as duas últimas nos Estados Unidos. Este programa interdisciplinar envolveu o intercâmbio de professores e de alunos da graduação do Brasil e dos EUA visando à preparação de profissionais ligados à escola no desenvolvimento de abordagens culturais sensibilizadoras para o uso de tecnologias. Conseguimos viabilizar a ida de alunos de graduação para os Estados Unidos e, de lá para cá, recebemos alunos americanos da *Temple University*.

Voltando à Capes e à escolha dos novos coordenadores de área. O meu nome foi indicado pelo Fórum de Programas de Pós-graduação em Educação (Forpred), juntamente com mais três outros colegas, Romualdo Portela (USP), Flavia Werle (Unisinos) e Carlos Henrique de Carvalho (UFUberlândia), para

¹⁴⁹Vide: <http://www.temple.edu/oll/fips/participants.htm>, Acesso em 19 out. 2014.

¹⁵⁰<http://www.boaaula.com.br/iolanda/Capesfipse/brazilpg.html>, Acesso em 15 nov. 2014.

integrar uma lista sêxtupla, composta a partir de indicações de diversos setores da educação, conforme as normas da Capes¹⁵¹. Um curioso processo aconteceu durante todo o período e merece aqui, mesmo que breve, um registro. O Conselho Superior da Capes, em sua 66ª reunião, em 31 de julho de 2014, procedeu a análise de todas as indicações e dos planos de trabalho apresentados e decidiu indicar os coordenadores para todas as áreas, exceto para Direito, Educação, Economia e Serviço Social. Para essas áreas, decidiu o Conselho que seriam instalados Comitês de Busca para a escolha, comitês que não foram constituídos de maneira específica, ficando para o próprio Conselho Superior desempenhar o papel de Comitê de Busca. Estabelecido o processo e definidas as regras, recebemos, apenas os quatro indicados pelo Forpred (soubemos que foram seis indicados inicialmente), uma correspondência da Diretoria de Avaliação da Capes, que afirmava: “o seu nome, por ter sido um dos mais indicados pelos Programas de Pós-graduação de sua área, foi então incluído na lista de professores que serão chamados para entrevista e debate sobre a proposta de trabalho para a coordenação de área para os próximos três anos”. O Plano de Trabalho referido foi-nos solicitado em 11 de junho de 2014 pela mesma Diretoria de Avaliação com um muito estranho alerta ao final: “Os ofícios e documentos devem ser encaminhados (...) sem qualquer outra cópia, seja para outros setores da Capes ou para outras pessoas, associações, conselhos, entidades, sociedades etc.”. Obviamente não concor-

¹⁵¹ Conforme Portaria nº68 de 02/05/2014 Vide em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/PORTARIA-No-68-DE-2-DE-MAIO-DE-2014.pdf>, Acesso em 20 out. 2014.

dei com essa observação e, tão logo a recebi, coloquei na lista do FORPRED a informação de que estava indicado e que seria importante, para escrita do Plano, uma colaboração e participação de todos os membros do Fórum, pois não me considerava um candidato ao posto, e, sim, um representante deste coletivo. Assim fiz, e o documento que enviei à Capes foi imediatamente socializado com o Fórum. Dizia no documento que tinha clareza do tamanho do desafio, uma vez que ele “se constitui em um triplo desafio: primeiro, trata-se de uma representação de um conjunto de 159 Programas de Pós-graduação em Educação (entre Mestrados e Doutorados Acadêmicos e Mestrados Profissionais), o que, obviamente, corresponde à representação de uma diversidade de opiniões e perspectivas para a educação, pesquisa e, especialmente, avaliação do sistema. Num segundo bloco de desafios, temos a relação do campo da educação com as demais áreas do conhecimento que possuem realidades distintas e, consequentemente, perspectivas e visões para a própria área, para o conjunto das áreas e, principalmente, para a sistemática de avaliação, uma vez que ela é fundamental para definir as normas de financiamento da pesquisa e da pós-graduação no Brasil. E, por último, mas não menos desafiador, a função de *Coordenador de Área* implica uma intensa relação da própria área com a Capes, se constituindo, como tenho insistentemente mencionado, num papel de representação DA área na Capes e não da Capes NA área”¹⁵².

Fomos, então, para as entrevistas e, como já era espera-

¹⁵² Documento disponível na minha *home page*: https://blog.ufba.br/nlpretto/?page_id=3960

do, em função do tom do documento que enviei e de não ter me *comportado* de acordo com o esperado, pois fiz circular o Plano de Trabalho, amplamente, entre os meus pares, não fui o escolhido para essa representação. Assumi, então, como coordenador da área da educação para o triênio 2014-2016, o colega professor Romualdo Portela, da USP.

Desde outubro de 2013, o tema da eleição para reitor da UFBA retorna ao meu cotidiano. Após muitas conversas e reuniões com aquele grupo, que, em 2006, esteve unido e articulado em uma proposta para administração da UFBA, visualizava-se o caminho para uma universidade mais democrática e com forte diálogo com a sociedade. As conversas não avançaram no sentido de uma candidatura única. Em março de 2014, reunimos um conjunto de colegas e, a partir de uma avaliação da situação que nos encontrávamos, decidimos manter a minha candidatura, mais uma vez, a Reitor da UFBA tendo como candidato a vice-reitor o colega e amigo professor Ângelo Serpa. Este foi um rico período, que foi de março ao início de maio de 2014. Pudemos, junto com vários colegas, discutir uma proposta para a nossa Universidade Federal da Bahia, que incluísse, como venho defendendo ao longo de todos esses anos – e esse memorial descreve um pouco deste percurso – a importância de um projeto de universidade que tivesse a diferença como fundante de todos os processos. Mais do que isso, ao colocar o meu nome à disposição da comunidade, colocava também, e quem sabe, principalmente, a minha história de vida. Junto comigo, Angelo Serpa, com quem sempre tive uma total sintonia, respeito e amizade. Insistimos isso em toda a campanha, pois não acreditamos que seja possível

fazermos uma campanha para reitor de uma universidade com propostas que não tenham coerência com a história de vida, política e acadêmica, dos candidatos. Dissemos isso, com todas as letras e em alto e bom som em nossa linda campanha que teve como *hashtag* #tocompretto:

É minha trajetória acadêmica, administrativa, política e militante, na UFBA e fora dela, que me impulsionou, com alegria, a assumir essa candidatura. Trago comigo uma imensa disposição para debater ideias, trocar experiências e edificar propostas de gestão capazes de reencantar a comunidade universitária, fazendo da nossa UFBA um lugar bom de estudar, pesquisar e trabalhar. Ou seja, um espaço público da cultura, com desenvolvimento científico, formação profissional e elaboração política.

Desde o momento em que apresentamos a candidatura, temos trabalhado de forma aberta e coletiva nos pontos centrais do programa de gestão, tendo como princípios a defesa intransigente da autonomia universitária, democracia, transparência, controle social e participação coletiva. Mas temos que ir muito além. Não podemos abrir mão da centralidade da cultura na sociedade contemporânea, da história como matriz da produção do conhecimento e de uma UFBA altiva.

Iniciei a minha vida universitária como professor da UFBA em 1978 e, desde então, atuei de forma intensa e socialmente implicada, tendo clareza de que a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão está para além do quanto prescreve a Constituição (Magna e do ethos universitário). Trata-se de um fazer cotidia-

no, o que, a um só tempo, busquei realizar com qualidade acadêmica e compromisso social (...).

Nosso propósito é fortalecer uma articulação de campos e sujeitos, para que as diferenças, além de aceitas e respeitadas, sejam também enaltecidas.

Trabalharemos sempre na perspectiva da valorização do trabalho docente e dos servidores técnico-administrativos, bem como para que a formação dos nossos estudantes não se limite às salas de aulas, mas compreenda todos os espaços universitários. Sigo confiante que é a força jovem que impulsiona todos os processos¹⁵³.

Foi uma intensa campanha que, obviamente, foi dificultada, pois tivemos que enfrentar as máquinas administrativas e partidárias que sustentaram os demais candidatos. Não abrimos mão de fazer uma campanha limpa, tranquila e, principalmente, transparente. Desde os primeiros dias, abrimos página na internet com o valor de cada despesa efetuada e das doações recebidas. Cobramos essa transparência de todos os demais candidatos, mas, lamentavelmente, não houve prestação de contas de nenhuma das outras três candidaturas. Aqui, como sempre temos feito nos últimos anos em termos de pesquisa, trabalhamos com a chamada ética dos hackers e mantendo nossa perspectiva aberta – que tem presidido nossas pesquisas e ações. Para abrir um capítulo do livro que organizei em conjunto com Bianca Santana e

¹⁵³<http://tocomprettoeserpa.wordpress.com/2014/03/23/carta-a-comunidade-da-ufba>, Acesso em 4 ago. 2014.

Carolina Rossini – *Recursos Educacionais Abertos* – utilizei uma citação de Peter Materu que se encaixa perfeitamente nesta perspectiva e que nos inspira: “Se os anos 1990 foram chamados de e-década, a atual pode ser cunhada como a-década (código aberto, sistemas abertos, padrões abertos, acessos abertos, arquivos abertos, tudo aberto). Esta tendência, agora chegando com força especial na educação superior, reafirma uma ideologia que tem sua tradição construída desde o começo da computação em rede”¹⁵⁴.

Terminado este rico período, novo reitor eleito e empossado, chegamos aos dias atuais. Retomamos as aulas, pesquisas, participações em congressos, bancas e reuniões. Em 2014, o nosso grupo de pesquisa GEC fez 20 anos e celebramos a data com um encontro com os ex-alunos que por ali passaram. Importante e emocionante momento, pois permitiu uma maior reflexão sobre o caminho percorrido e o que mais resta a percorrer, pois, por razões que nem a própria razão explica, daqui a dez anos terei de abandonar formalmente a minha vida na UFBA por completar 70 anos, e isso implica na minha aposentadoria compulsória. No entanto, tenho ainda bons esses 10 anos para, de forma intensa e ativista, continuar atuando acadêmica e politicamente na construção de um mundo justo.

¹⁵⁴MATERU, P. N. **Open Source Courseware: A Baseline Study**, THE WORLD BANK, November 2004, p. 5.

Uma dobra no tempo

Chegamos, pois, ao final de 2014. Tudo aqui dito e escrito correspondeu a um intenso movimento de vida, pessoal e acadêmica. Uma vida de muitas vidas vividas. De certa forma, uma vida de correria, de conexão, e, para ser bem atual, uma vida em permanente *on*. Talvez esse seja o nosso maior desafio. Compreender a importância do *off-line*. Como mencionei anteriormente, trazendo um acadêmico argentino, Alejandro Piscitelli, estamos num tempo alucinado, um tempo medido pelos nanossegundos. Talvez, pensar em Manoel de Barros, pode ser, se não tranquilizador, pelo menos balizador do que pode e deve ser o futuro.

A Tartaruga

*Desde a tartaruga nada não era veloz.
Depois é que veio o forde 22
E o asa-dura
(máquina avoadora que imita
os pássaros, e tem por alcunha avião).
Não atinei até agora por que é preciso andar tão depressa.
Até há quem tenha cisma com a lesma porque ela anda
muito depressa,*

Eu tenho.

A gente só chega ao fim quando o fim chega!

*Então pra que atropelar?*¹⁵⁵

Manoel de Barros

Para não atropelar, talvez o melhor seja o silêncio. Silêncio tão necessário neste mundo de tanto barulho. Barulho bom, claro. Mas que não pode ser permanente.

Necessário se faz pensar um pouco mais na sabedoria dos nossos povos ancestrais. Fizemos isso, na Faculdade de Educação, quando convidamos Kaká Werá Jecupé, para conversar com os estudantes e professores sobre a *Terra dos Mil Povos*, nome de um dos seus livros. O livro é precioso. Ao explicar os signos linguísticos indígenas, Kaká Jecupé discorria sobre o significado de cada vogal, que "vibra uma nota do espírito que os ancestrais chamavam de angámirim, que comporta o *ayvu*, estruturando o corpo físico".

Segundo ele, para os índios, são sete os tons, que seriam como as nossas vogais, sendo que o sexto, o I, é um tom que "mora na gruta sagrada do ser, que se localiza no fundo da cabeça, na direção entre os olhos. E ele estabelece ligação com **o sétimo tom, que é o silêncio**".

Nas palavras de Kaká Jecupé, isso "favorece a intuição quando dançado"¹⁵⁶.

¹⁵⁵BARROS, Manoel de. **Tratado das grandezas do ínfimo**. 3ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2005. p. 33.

¹⁵⁶JECUPÉ, K. W. **A Terra dos mil povos**: história indígena do Brasil contado por um índio. São Paulo: Peirópolis, 1998. p. 25 (negrito meu).

Num texto para um livro do Projeto Axé¹⁵⁷, em Salvador, Bahia, justamente denominado de *Turbilhão*, também busquei trazer esta sabedoria milenar.

Terminava aquele texto da mesma forma que aqui termino esta viagem. Uma viagem que é um pouco uma dobra no tempo, é um pouco um olhar justo para a dobra, não para o antes, nem para o depois. Não para o dentro, nem para o fora. É nessa dobra, nessa borda, que tudo isso aconteceu, acontece e acontecerá.

Silenciar. Dançar. Silenciar...

Nada melhor num momento tão barulhento!

Silêncio. Talvez, uma das coisas mais importantes numa escola que precisa se constituir nesse ecossistema pedagógico de informação, comunicação e aprendizagem que venho defendendo.

Uma escola excitada e excitante.

Uma escola com muito barulho

mas... com certeza, também com o seu tempo para o silêncio!

¹⁵⁷ REIS, A. B. dos (org) **Arteeducação, vida cotidiana e Projeto Axé**. Salvador, Bahia: Edufba, 2008.

P.S.: Ah! Me dou conta que muito prometi, jogando neste texto expectativas de debates outros. Não cumpri. Oxalá possamos retomar, nas redes e fora deles, esses e outros desafios.



IMPrensa UNIVERSITÁRIA

IMPRESSO NA GRÁFICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - ILHÉUS-BA